

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO-PPIDC NIVEL MESTRADO.**

**MISTIÇAGEM, ETNIA e INTERCULTURALIDADE:
UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES INTERRACIAIS NA
SOCIEDADE IRATIENSE**

**IRATI/PR
2015**

ELITON EDUARDO CANDIDO

**MESTIÇAGEM, ETNIA e INTERCULTURALIDADE:
UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES INTERRACIAIS NA
SOCIEDADE IRATIENSE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – PPIDC da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Rey Xavier

**IRATI
2015**

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

C217m	<p>CANDIDO, Eliton Eduardo. Mestiçagem, etnia e interculturalidade: um estudo sobre as relações interraciais na sociedade iratiense / Eliton Eduardo Candido. – Irati, PR : [s.n], 2015.</p> <p>155f.</p> <p>Orientador: : Prof. Dr. Cesar Rey Xavier Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.</p> <p>1. História social – dissertação. 2. Filosofia intercultural. 3. Relações interraciais. 4. Etnia. 5. Irati (cidade) – Paraná – Brasil. I. Xavier, Cesar Rey. II. UNICENTRO. III. Título.</p> <p>CDD 20 ed. 301.415</p>
-------	--



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 1.444, de 8 de agosto de 1997

ANEXO III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1-PROFES/UNICENTRO, DE 12 DE MAIO DE 2014,
INFORMAÇÕES PARA CONFECCÃO DO MODELO DE FOLHA DE APROVAÇÃO.

TERMO DE APROVAÇÃO

ELITON EDUARDO CANDIDO

MISTIÇAGEM, ETNIA e INTERCULTURALIDADE:
UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES INTERRACIAIS NA
SOCIEDADE IRATIENSE

Dissertação/Tese aprovada em 15/09/2015 como requisito para a obtenção do grau de Mestre/Doutor no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração _____, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. César Rey Xavier
Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr. Ana M. Ruffino Gillies
Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr. Ana Cláudia Radis
Instituição: IFPR

Irati, 05 11 / 2015

Nome: Yago de Jesus

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Dr. Cesar Rey Xavier, pela paciência e por permitir que realizasse esta caminhada dentro do meu ritmo;

À Professora Juirce Kosinski, por realizar as inúmeras correções, necessárias, do texto desta Dissertação.

À Professora Ms. Maria Amélia Ingles, pela constante troca de ideias e incentivo.

À minha esposa Cleide Candido, que sem seu apoio, iniciar, caminhar e encerrar este processo não seria possível, pois ela é meu TXAI, minha metade.

Ao meu filho Eduardo Procópio Candido, que com sua alegria e disposição, me mostra todos os dias que ser feliz só depende de nós.

Que sejam todos abençoados.

RESUMO

O Brasil é conhecido internacionalmente, desde meados do século XIX, como o país da mistura de raças e desde então, autores dos mais variados ramos das ciências e dos mais variados locais do mundo realizam estudos contra e a favor desta mestiçagem. Nesta pesquisa estudamos a mestiçagem, acreditando que escrever sobre esse tema é escrever sobre como é ser brasileiro e sobre a identidade nacional. A mestiçagem como fator identitário do povo brasileiro ganha dimensões culturais, antropológicas, psicológicas e sociais, pois envolve todos os aspectos da vida cotidiana do brasileiro, suas crenças, seus saberes, sua forma de relacionar-se com o mundo concreto e abstrato e com a forma de ser diferente dos outros povos. Entendemos que a mestiçagem não é natural, ela foi e ainda é um projeto político com bases racistas, e que o dispositivo da mestiçagem no Brasil sempre teve como ponto de partida a superioridade da raça e cultura branca, europeia, sobre as outras raças e culturas, africanas e indígenas. Desta forma, a mestiçagem deve ser vista como um fato histórico, com suas contradições, conflitos e potencialidades. Os principais estudos sobre a mestiçagem no Brasil ocuparam-se de discutir as relações entre negros, brancos, indígenas e seus pontos positivos ou negativos tomando como base a existência de uma hierarquia entre as raças. Nosso desafio aqui é discutir a mestiçagem, também entre os descendentes de europeus, no nosso caso ucraniano e polônês, mostrando que a mesma envolveu todas as raças e etnias que se encontram em nosso território. Utilizamos como base teórica a filosofia intercultural para mostrar que a mestiçagem pode e deve ser realizada considerando a igualdade de importância entre as raças envolvidas e que neste processo não existe uma hierarquia racial, e sim, uma constante troca de saberes de forma linear, sendo que todos os envolvidos devem ter o mesmo lugar. Para realizarmos nossa pesquisa e coletarmos os dados necessários entrevistamos quatro casais interracialiais, residentes no município de Irati, Pr. A mestiçagem, enquanto dispositivo de poder, superou seu objetivo principal, que era o de branquear a população através da mestiçagem entre brancos e negros. Atualmente, a mestiçagem ocorre com os mais diversos grupos raciais e com as composições mais diversas possíveis, o que torna a mestiçagem um dispositivo estrutural da sociedade brasileira. Pensar como esse processo aconteceu, nos obstáculos que os casais entrevistados precisaram superar para formarem as novas famílias surgidas destas uniões, pode trazer uma nova gama de possibilidades para pensar a mestiçagem brasileira. Essas novas possibilidades podem explicar um contexto do povo brasileiro até agora pouco estudado, o contexto contemporâneo da mestiçagem.

Palavras Chaves: Mestiçagem; Relações Interracialiais; Etnias; Filosofia Intercultural; Interculturalidade.

ABSTRACT

Brazil is internationally known, since the mid of the nineteenth century, as the country of mixed races. Since then, authors of various branches of science and various locations around the world conduct studies against and in favor of this miscegenation. In this research we studied the miscegenation, believing that writing on this theme is to write about what it's like to be Brazilian, and it's about national identity. The miscegenation as an identity factor of the Brazilian people, has cultural, anthropological, psychological and social, dimensions as it involves all aspects of everyday life of Brazilians, their beliefs, their knowledge, their way of relating with the world concrete and abstract and with how to be different from other people. We believe that miscegenation is not natural, it was and still is a political project with racist bases, and that the device of miscegenation in Brazil has always had as its starting point the superiority of the white race and culture, on the other races and cultures, such as African and indigenous. In this way, the mixed races should be seen as a historical fact, with its contradictions, conflicts and potential. The main studies about miscegenation in Brazil occupied themselves with discussing relations between blacks, whites, Indians and their positive or negative points based on the existence of a hierarchy between the races. Our challenge here is discuss the miscegenation, also among the descendants of Europeans, in our case, Ukrainian and Polish, showing that the same involved all races and ethnicities who are in our territory. We use as theoretical basis the intercultural philosophy to show that mixed races can, and should be done considering the equal importance between the races involved and during this process there is no racial hierarchy, but a constant exchange of knowledge in a linear way, where everyone involved, must have the same place. The miscegenation, while power device, has exceeded its main goal, which was to whiten the population through miscegenation between blacks and whites. Currently, the fusion occurs with the most diverse racial groups and with the widest possible compositions, which makes the miscegenation a structural device of the Brazilian society. To think about how this process happened, which obstacles these couples had to overcome to form new families arising from these unions can bring a new range of possibilities for thinking the Brazilian miscegenation. These new possibilities may explain the context of the Brazilian people, so far, little studied the contemporary context of miscegenation.

Key Words: Mixed Races; Interracial Relationships; Ethnic groups; Intercultural Philosophy; Interculturality.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	9
II – DISCUSSÃO TEÓRICA	15
CAPÍTULO I: DA RAÇA À ETNIA: UMA EVOLUÇÃO CONCEITUAL	15
1.1 – Raças e sua Evolução Conceitual	15
1.2 – Racismo: A Prática das diferenças	33
1.2.1 – Características do Racismo	33
1.2.2 – Tipos de Racismo: Preconceito Racial de Origem x Preconceito Racial de Marca	37
CAPÍTULO II – MISTIÇAGEM COMO DISPOSITIVO HISTÓRICA	49
2.1 – A Nossa História com a Mestiçagem	54
2.1.1 - Momento 1 - Do século XVII a meados do século XIX, onde tivemos um saber relacionado ao meio religioso, favorável à mestiçagem	60
2.1.2 - Momento 2 – Da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ganha cunho científico, momento desfavorável à mestiçagem	62
2.1.3 - Momento 3 – A partir de 1930, momento de consolidação da ideia da democracia racial e retorno da valorização da mestiçagem	68
2.1.4 - Momento 4 – A partir da década de 1970, onde a ideologia da mestiçagem é desconstruída e, se inicia a construção de uma nação dividida na bipolarização racial negro – branco, culminando com a implantação das Políticas de Ações Afirmativas	71
CAPÍTULO III – A FILOSOFIA INTERCULTURAL: UM CAMINHO POSSÍVEL	89
CAPÍTULO IV - IDENTIDADE, MISTIÇAGEM E INTERCULTURALIDADE: ESCUTANDO OS ENTREVISTADOS	99
4.1 - Relação da discussão teórica com a fala dos entrevistados numa brincadeira séria de “ser ou não ser” - Conhecendo os casais entrevistados	99
4.1.1 – CASAL 1 : HOMEM UCRANIANO e MULHER NEGRA.....	100
4.1.2 – CASAL 2 : HOMEM INDÍGENA e MULHER ITALIANA	106
4.1.3 – CASAL 3 : HOMEM NEGRO e MULHER UCRANIANA	116
4.1.4 – CASAL 4 : HOMEM UCRANIANO e MULHER POLONESA	127
III - CONSIDERAÇÕES FINAIS: O MOMENTO do DIÁLOGO	135
IV - REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	142
V – ANEXOS	149
ANEXO 1 – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	149
ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	151

I – INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa estudamos a mestiçagem, acreditando que escrever sobre esse tema é escrever sobre como é ser brasileiro, pois segundo Lima (2006, p. 175), “nossa mestiçagem está longe de ser simples. Pelo contrário, tem sido motivo de muitos debates acerca de seu significado, consequências sociais e políticas para o entendimento da sociedade brasileira”.

Mestiçagem aqui deve ser entendida, segundo Moura (s/ ano, p. 429), “numa dimensão filosófica, ética, estética e antropológica, quer seja no nível da diversidade e pluralidade dos saberes, quer seja ao nível dos modelos estéticos e éticos, quer ainda ao nível da pluralidade do modo de ser humano”.

Para se formar ou criar uma sociedade mestiça, faz-se necessário que ao menos dois grupos distintos se unam, formando assim um terceiro grupo e, no caso nacional, a mistura aconteceu entre indígenas, europeus e africanos, com o homem europeu se misturando com mulheres indígenas e negras.

A mestiçagem como fator identitário do povo brasileiro, ganha dimensões estruturais, pois envolvem todos os aspectos da vida cotidiana do brasileiro, suas crenças, seus saberes, seus sincretismos, suas práticas culturais, sua forma de relacionar-se com o mundo concreto e abstrato e com a forma de ser diferente dos outros povos.

Entendemos que a mestiçagem não é natural, ela foi e ainda é um projeto político com bases racistas, que sempre teve como ponto de partida a superioridade da raça e cultura branca, europeia, sobre as outras raças, sendo assim, a mestiçagem deve ser vista como um fato histórico, resultante dessa hegemonia europeia.

Acreditamos que esse processo histórico de valorização de uma raça sobre as outras, criou nas pessoas uma consciência de negação: as pessoas brancas não se reconhecem como mestiças, elas buscam escolher uma identidade específica de sua linhagem, na maioria das vezes, a linhagem mais próxima do ideário branco e isto cria novos conflitos individuais e coletivos.

Abib (2009) explica que o povo brasileiro teve historicamente,

... sua identidade negada, tanto externamente, do ponto de vista dos países responsáveis pela condução dos seus destinos, legitimados pela visão ontológica da totalidade que se impõem à negatividade (predicada) dos que estão fora do âmbito do seu ser (já que o europeu, o católico é, enquanto o índio, o negro não é), quanto internamente, a partir de uma negação por partes das elites hegemônicas nacionais

reprodutoras do etnocentrismo, em relação às chamadas “culturas inferiores” ou “sub-culturas” representadas pelos ritos, cultos e manifestações entre outros elementos presentes nas culturas afro-ameríndias. (p. 02)

Fica evidente que falar de mestiçagem e identidade nacional é falar de um fenômeno social, é falar de relações complexas entre as pessoas que compõem esta sociedade e o complexo engloba várias dimensões. Quando falamos em grupos distintos se unindo para formar um terceiro, o mestiço, estamos colocando em discussão as questões raciais que durante muito tempo foram utilizadas como critério de identificação ou classificação dos grupos humanos.

Realizamos entrevistas semiestruturadas com quatro casais residentes no município de Irati, PR., que devido as suas características de colonização europeia, comum na região sul do país, pode nos trazer novos dados e uma nova forma de interpretar a mestiçagem nacional.

Irati está localizada na região Sudeste¹ do Paraná, aproximadamente a 156 km. da capital, Curitiba. Sua população é formada, principalmente, por descendentes de ucranianos e poloneses.

A palavra Irati, vem do Tupi, e significa rio de mel, ou região do mel e, segundo Kiewiet (2011), o município era uma terra habitada pelos índios Cainguangues do ramo tupi, “vestígios dessa antiga civilização, como machados de pedra, pontas de flechas, ainda são encontrados na região, embora raramente”. (p. 21). O nome foi dado por Pacífico de Souza e Cipriano Francisco Ferraz em 1829 ou 1830.

A partir de 1890, famílias de outras regiões fixaram-se nesta região e fundaram o povoado de Covózinho ou Covalzinho, que se tornaria mais tarde a sede de Irati. A chegada da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, em 1899, foi a grande responsável pelo crescimento e desenvolvimento de Irati que antes de sua emancipação, que aconteceu em 15 de julho de 1907², pertencia ao município de Imbituva. A plataforma da estação recebia um número grande de empresários, agricultores e trabalhadores das mais variadas áreas, fazendo com que a região se transformasse em um importante centro econômico e cultural, facilitando sua emancipação.

Em 1908, “... recebe a primeira leva de colonos estrangeiros, custeados pelo

¹ IBGE, Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Versão Eletrônica.

² Em 1907, com o apoio do vice-presidente de Estado, João Cândido Ferreira, no dia 2 de abril, foi sancionada a Lei nº 716, criando-se o município de Irati.

Governo Federal, formados por alemães, holandeses e, principalmente, poloneses, os quais iriam dar impulso decisivo à economia local” (IBGE, 2015, s/p.)³; os ucranianos chegam a partir de 1910 -1912.

Com o passar do tempo, os colonizadores alemães e holandeses foram para outras regiões, ficando cada vez mais forte a presença física e cultural de poloneses e ucranianos que, atualmente, compõem as principais etnias do município.

De acordo com a sequência apresentada no Sumário, no 1º capítulo analisamos historicamente o conceito de raça e como o mesmo foi utilizado pelas sociedades para justificar suas ações de domínio sobre outros grupos e como a hierarquização dos grupos em superiores e inferiores foi validada pelos intelectuais e pela ciência de cada época. Atualmente, este conceito está sofrendo uma desvalorização baseada na evolução das ciências biológicas e, no Brasil, colocadas em prática pelas Políticas de Ações Afirmativas. Ao falarmos da desvalorização do conceito de raça não estamos afirmando que a classificação dos grupos humanos deixou de existir; entretanto, outros critérios estão sendo formulados e utilizados pelos intelectuais contemporâneos, sendo que o mais utilizado e aceito pelos mesmos tem sido o conceito de etnia, que utiliza os critérios culturais para classificar os grupos humanos. O conceito de etnia foi criado para complementar o de raça e não para substituí-lo ou para ser seu oposto.

Tanto o conceito raça como o conceito etnia classificam os grupos humanos levando em conta suas diferenças e criam uma hierarquia entre os mesmos, classificando-os em superiores e inferiores, causando, desta forma, o tratamento diferenciado criando o racismo ou o etnocentrismo. Vamos discorrer sobre o racismo, suas características e dinâmicas que o fazem tão presente nas sociedades antigas e contemporâneas e analisamos dois tipos específicos de racismo para podermos entender como acontece o mesmo na sociedade brasileira.

No 2º capítulo, analisamos as questões da mestiçagem fazendo um percurso histórico que nos permitiu entender de que forma os governantes a manipulam para manter a hierarquia racial e amenizar possíveis conflitos na disputa do poder. Enfatizamos as relações afetivas da sociedade brasileira por acreditarmos que a mestiçagem se tornou tão eficiente que passou a fazer parte das relações afetivas de toda a sociedade, superando o objetivo do branqueamento da raça, o que levaria o Brasil para o escalão das nações supostamente “civilizadas”.

³ IBGE, cidades@, seção - Histórico do Município. Versão Eletrônica.

Acreditamos que as relações sociais e humanas sempre tiveram, direta ou indiretamente, como base as concepções da hierarquia racial, impossibilitando a valorização de todos os envolvidos neste processo, construindo assim relações de assimilação ou acomodação de uma das partes e, como acreditamos na ideia da mestiçagem positiva, aquela que todos os envolvidos ganham com o contato com o outro, valorizamos o processo de mestiçagem como fundamental para entendermos o país em que vivemos.

No 3º capítulo, apresentamos os conceitos postulados pela Filosofia Intercultural, que prega a troca equilibrada de informações entre os envolvidos criando um ser novo, um ser mais completo, pois traz consigo o melhor de cada raça e cultura dos indivíduos ou grupos envolvidos no encontro. A Filosofia Intercultural defende a não existência da hierarquia das raças, entendendo que cada etnia desenvolve seu próprio *logos*. A partir deste princípio, busca a valorização do diálogo e da troca para o crescimento de todos.

No 4º capítulo, analisamos as falas dos casais interracialis envolvidos na pesquisa realizada através de entrevista semiestruturada, sendo que, três casais realizaram a entrevista pessoalmente e um casal passou as respostas por escrito. Tentamos responder como essas relações afetivas podem servir como parâmetro para a construção da identidade mestiça do povo brasileiro. Acreditando que a mestiçagem superou seu objetivo inicial que era o de clarear a população numa relação afetiva entre negros e brancos, entrevistamos casais formados por negro(a), não negro(a), índio(o), polonês(a) e ucraniano(a), mostrando como a mestiçagem atingiu todos os povos nativos e imigrantes que aqui se encontram, transformando a mestiçagem em um fenômeno estrutural da nossa sociedade.

Tínhamos como objetivo investigar os processos de mestiçagem oriundos de casamentos interracialis, pondo em relevo as contingências culturais, antropológicas e psicológicas que circunscrevem suas identidades sociais, como também identificar o grau de consciência que algumas pessoas apresentam a respeito de suas próprias condições de mestiços, e problematizar as consequências desta condição frente à realidade social e cultural da região. Ao investigarmos casais interracialis, buscamos analisar os meios de adaptação que os mesmos, seus familiares e amigos empregam para superar as possíveis dificuldades oriundas desta condição, caso elas existissem.

Para realização desta pesquisa escolhemos as metodologias que envolvem a

pesquisa qualitativa por estarmos analisando aspectos subjetivos das relações humanas e sociais, e por estas metodologias serem:

Entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do Significado e da Intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na e sua transformação, como construções humanas significativas. (MINAYO, 2004, p. 10)

Optamos pelo Estudo de Caso porque o mesmo possibilita uma análise profunda de uma unidade de estudo e, no entender de Godoy (1995, p. 25), “visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular”. O fato de investigarmos quatro casais interracialiais, não inviabiliza a utilização do Estudo de Caso que, segundo Gil (2010, p. 57-58) “... é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”. Entendemos que o número de casais participantes significa uma amostra pequena no universo de casais interracialiais existentes na área delimitada do estudo mas, mesmo assim, pode nos permitir “explorar situação da vida real cujos limites não estão claramente definidos” (GIL, 2010, p. 58). Acreditamos que, com o Estudo de Caso poderemos entender se as situações da vida real são comuns ou não a este grupo pesquisado.

Para a escolha dos casais, o critério foi que os mesmos fossem compostos por indivíduos de raças ou etnias diferentes, levando em consideração a autoidentificação e a identificação do outro em relação ao casal, que morassem no município de Irati, que tivessem mais de 18 anos, que vivessem juntos e que fossem um casal heterossexual.

Para coleta de dados utilizamos a ferramenta da entrevista, pois a mesma nos permite colher dados que:

... se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões. São informações ao nível mais profundo da realidade que os cientistas sociais costumam denominar “subjetivos”. Só podem ser conseguidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos. (MINAYO, 2004, p. 108)

Utilizamos entrevistas semiestruturadas, onde os entrevistados tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. A entrevista semiestruturada facilita o direcionamento das discussões e valoriza a história de vida dos envolvidos, pois cada pessoa tem sua forma de se

relacionar com os fenômenos e isto não pode ser deixado de lado. Gil (2010) denomina este tipo de entrevista como entrevista por pautas, e descreve a mesma como sendo um tipo que "... apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si..." (GIL 2010, p. 112).

Foram entrevistados quatro casais interraciais e, para escolha destes, contamos com a ajuda de amigos que os indicaram por se encaixarem no critério de inclusão. O roteiro das entrevistas foi organizado em quatro etapas respectivamente, aludindo os dados de: Identificação do participante, Identificação da história do casal, Identificação racial/étnica e Identificação de conceitos como: raça, etnia e mestiçagem.

Foi realizada uma entrevista com cada membro do casal em separado, sendo combinada a data, o local e horário com o entrevistado. A entrevista foi gravada, apenas áudio. Posteriormente, foi realizado o estudo e a análise dos dados levantados, levando em consideração as duas entrevistas envolvendo o mesmo casal e fazendo uma relação com os conceitos trabalhados na fundamentação teórica.

Foi prevista uma entrevista com cada participante, mas quando necessário, poderiam acontecer outros encontros, para que o mesmo pudesse modificar, excluir e/ou complementar os dados fornecidos no primeiro contato. Foi permitido que o entrevistado tivesse um ou mais acompanhantes, caso o mesmo sentisse necessidade, como também a participação da pessoa que serviu de ligação entre o pesquisador e os pesquisados, quando isto facilitasse o processo da entrevista. Foi possível realizar a entrevista do casal no mesmo momento ou, ainda em último caso, disponibilizar um questionário no lugar da entrevista.

A análise dos dados coletados foi norteadada pela hermenêutica que, junto com os princípios da filosofia intercultural, também levou em conta o contexto histórico e as várias dimensões envolvidas no processo, inclusive aquelas fora do discurso. Como os casais são de origens diferentes, o modo de ser, de agir, de pensar, reagir, de enxergar e se enxergarem como atores nos conflitos e relações diárias também são diferentes e, por isso, entender o contexto histórico de cada indivíduo e de cada casal se fez essencial para compreendermos suas falas.

Todos os dados dos participantes e as informações fornecidas foram utilizados somente para esta pesquisa. Os dados pessoais ficarão em segredo e o nome dos participantes não aparecerá em nenhum lugar do trabalho, nem quando os resultados

forem apresentados. Para proteção e sigilo dos participantes os mesmos são identificados por nomes fictícios ou por códigos. Os dados coletados durante as entrevistas serão armazenadas num período mínimo de 5 (cinco) anos em arquivos de extensão doc. e pdf., como também de forma impressa para consultas posteriores a quem possa interessar, principalmente dos entrevistados. Os documentos referentes à pesquisa também serão armazenados. Todos os documentos e arquivos permanecerão sob a responsabilidade do pesquisador.

II – DISCUSSÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I: DA RAÇA À ETNIA - UMA EVOLUÇÃO CONCEITUAL

Discutir conceitos como os de raça e etnia são atividades intelectuais complexas de se realizar, pois muitas vezes temos a clara noção do que são dentro das relações vividas em nosso cotidiano mas, quando necessitamos escrever ou explicá-las de uma forma mais estruturada ou científica vemos a dificuldade em conceituá-las. São conceitos vivos, com dinâmicas construídas histórica e socialmente e, com diferenças sutis ou de extremos, conforme o momento histórico e a sociedade que se está estudando. Vamos começar nossa discussão analisando o conceito de raça e etnia e, ao final, discorrer sobre as questões do racismo que nos parece estar entrelaçado nas vivências sociais das varias sociedades contemporâneas.

1.1 – RAÇA E SUA EVOLUÇÃO CONCEITUAL

Devemos pensar o conceito de raça de forma ampla, pois o mesmo é dinâmico, está constantemente em transformação, principalmente, por estar presente nas relações sociais nas mais diversas sociedades e nos mais diversos momentos históricos da humanidade, sempre de forma fundamental nas relações de poder, na negação ou aceitação do outro e de si mesmo. O conceito de raça fundamenta as relações cotidianas das pessoas e dos grupos, atribuindo um lugar dentro do extrato social para cada um dos envolvidos, seja de forma individual e/ou coletiva. Devemos, por estes motivos, discutir raça dentro de uma dimensão psicológica, cultural, social e histórica, o que a torna complexa e cheia de desafios.

Atualmente se discute a inviabilidade do conceito de raça frente aos avanços das ciências biológicas, principalmente da genética, mas Guimarães (1999) defende a utilização deste conceito por acreditar que o mesmo é um conceito classificatório e que não corresponde a nenhuma realidade natural. Ele menciona que:

... Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. (GUIMARÃES, 1999, p. 9)

Como conceito classificatório, raça, abrange todos os indivíduos e grupos, pois um dos principais objetivos da classificação é diferenciar os grupos humanos, e esta diferenciação é assumida individual ou coletivamente no senso de pertencimento, seja ele familiar ou de grupo social. O indivíduo ou o grupo pode ser classificado ou pode classificar (racializar ou ser racializado), dependendo da situação ou da sociedade em que esteja envolvido. Existe, por este motivo, uma luta constante pelo direito de classificar o outro, pois quem detém o poder de classificar pode fazer prevalecer seu próprio grupo ou seu modo de ver e de pensar as relações sociais coletivas e individuais e, principalmente, pode assumir privilégios perante o outro.

Raça é uma construção social e simbólica, que ganha vida na simbologia de pertencimento dos indivíduos ou de uma sociedade, em relação ao outro e, por isto, se faz importante entender quais são as análises construídas nas ciências naturais e sociais dentro de um processo histórico, como elas se refletem na dinâmica das relações cotidianas da contemporaneidade, e nas sociedades antigas, pois, como construção social e simbólica, ela sofre mudanças conforme o momento histórico.

Uma hipótese para a dificuldade de compreensão e entendimento do conceito de raça nos é dado por Moore (2007), o qual defende a ideia de que isto acontece pelo fato de grande parte dos escritos analisados terem como ponto de partida a visão eurocêntrica da história, principalmente a partir do século XVI. Moore, em sua obra *“Racismo e Sociedade – novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história (2007)”*, faz uma análise sobre o que chama de “proto-racismo” no mundo greco-romano e no mundo árabe, dando uma ideia esclarecedora de como os fundamentos das relações raciais foram criados e influenciaram os intelectuais dos séculos seguintes e, como os conceitos que fundamentaram o estudo sobre as raças e suas práticas cotidianas possuem uma história anterior ao processo das grandes navegações e colonizações realizadas pelos europeus a partir do século XVI.

Hall (2003) reforça esta ideia mencionando que:

As sociedades multiculturais não são algo novo. Bem antes da expansão europeia (a partir do século quinze) – e com crescente intensidade desde então – a imigração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente “mistas”. (p. 55)

Moore (2007) faz um estudo do período compreendido entre os séculos VIII a. C. e V d. C., no império greco-romano, mostrando que a escravidão era a principal forma de produção, e a viabilidade desta tinha como base a xenofobia na dinâmica das relações sociais, criando a distinção entre civilizados e bárbaros, superiores e inferiores, entre os que nasciam livres e aqueles que nasciam para serem escravos.

No início não existia uma relação direta de hierarquização e da relação de superioridade e inferioridade com envolvimento puramente racial; a divisão estava baseada na distinção entre civilizados e bárbaros, sendo que os bárbaros, povos diferentes dos gregos e romanos (civilizados), eram considerados inferiores. Existia uma relação do que hoje chamamos de etnia, pois civilizados e bárbaros se diferenciavam culturalmente, nem tanto, fisicamente. Este critério de classificação muda com a expansão do domínio greco-romano para o continente africano e para o Oriente Médio, onde acontece o encontro com outros povos fenotipicamente diferentes, e este encontro traz mudanças nos critérios de classificação racial, que passa a ser baseada na diferença fenotípica e, mais adiante, relacionadas às características físicas com as características morais.

Para demonstrar a mudança nos critérios das classificações raciais na vida cotidiana destas sociedades, Moore (2007) relata como intelectuais influentes até os dias atuais, formularam conceitos e ideias baseadas na diferenciação fenotípica. Neste período, ocorreu o primeiro raciocínio científico sobre raça com a criação da Fisiognomia, ciência criada por Aristóteles. A Fisiognomia era o nome dado ao procedimento que se baseava na ideia de que o estudo da anatomia e do fenótipo conjugados daria uma visão da personalidade humana, sendo que a cor negra, característica do povo “*etiop*” (cara queimada) era considerada a marca dos covardes e a cor rosada a marca das boas disposições. Os fisiognomistas, de cor rosada, frequentemente catalogavam as características fenotípicas dos povos africanos de forma negativa.

Aristóteles também criou teorias que relacionavam os aspectos físicos e

ambientais com qualidades morais, estabelecendo uma relação de poder, no qual os gregos, grupo do qual ele fazia parte, poderiam dominar o mundo, por conta das características climáticas do seu ambiente e das suas qualidades morais.

As nações situadas nas regiões frias – e, particularmente, as européias – são cheias de coragem, mas têm falta, sobretudo, de inteligência e habilidade técnica; é por isso que, vivendo em nações relativamente livres, são incapazes para organização política e impotentes para exercer a supremacia sobre seus vizinhos. Ao contrário, as nações asiáticas são inteligentes e de espírito inventivo, mas não têm nenhuma coragem – e é por isso que vivem numa sujeição e escravidão contínuas. Mas a raça dos gregos, que ocupa uma posição geográfica intermediária (meseíei), participa de maneira semelhante das qualidades dos dois grupos de nações, pois é corajosa e inteligente – e essa é a razão pela qual leva uma existência livre sob excelentes instituições políticas, sendo mesmo capaz de governar o mundo inteiro, sem lograr ter uma única constituição (Aristóteles extraído de HARTOG, 2004, p. 118 apud MOORE, 2007, p. 69).

É assim, requerendo um critério que hoje identificamos como etnocêntrico, que Aristóteles explica e valida a dominação grega, baseado na diferença fenotípica e geográfica, que dariam aos mesmos qualidades morais superiores às outras raças. Sendo assim, esta dominação é aceita como um fator imposto pela natureza e não pela simples vontade política dos homens. A diferenciação racial e o determinismo geográfico se tornam fundamentais para o pensamento coletivo dos povos envolvidos neste processo de dominação e expansão do povo grego e, ainda serve como base para a defesa política da escravidão dirigida inicialmente aos bárbaros (estrangeiros) e, depois aos povos africanos.

Existem fortes indícios de que o pensamento eugênico também fazia parte desta sociedade como ponto chave da estrutura de poder, dominação helênica e como objetivo de melhoramento da raça através do controle das relações sexuais, sendo que Aristóteles defendeu uma legislação que pudesse regular a eugenia para formar uma sociedade com as qualidades físicas e morais desejáveis. Além de Aristóteles outros importantes intelectuais da época também defendiam estas ideias, como é possível observar na citação de Platão:

Primeiro, que os melhores homens tenham relações sexuais com as melhores mulheres tão freqüente quanto possível, enquanto o contrário deve se dar com os homens e mulheres mais inferiores; e, segundo, que se é para o nosso grupo ser o de melhor qualidade, a descendência dos primeiros deve ser criada, mas não a dos últimos. E tudo isto deve ser feito sem que seja notado por outros a não ser pelos governantes, para que nosso bando de guardiões continue tão livre da

discórdia quanto possível (Platão extraído de ISAAC, 2004, p. 124 *apud* MOORE, 2007, p.73).

Aristóteles, como Platão defende o controle racial como uma forma de manter a dominação política baseada em questões biológicas e criam, desta forma, a base para fundamentos raciais que ultrapassaram as barreiras do tempo e das fronteiras, conceitos que influenciaram povos dos mais distintos e em vários momentos históricos, sempre com a escala hierárquica superior/inferior, do confronto do eu com outro e da classificação racial como base das várias relações sociais. O pensamento racial grego está vinculado à busca da pureza do *genos* (raça em grego) e à perfeição dos corpos.

Os greco-romanos também construíram conceitos científicos sobre raça, principalmente na medicina, tendo como principal expoente o médico romano Cláudio Galeno, que atribuiu dez características ao povo negro: cabelos crespos, sobrancelhas pouco abundantes, narinas largas, lábios grossos, dentes pontudos, cheiro da pele forte, olhos pretos, rachas nas mãos e nos pés, desenvolvimento das partes genitais e uma petulância excessiva, resultado da forma imperfeita do cérebro, que explica também a fraqueza de inteligência, características essas reconhecidas até hoje no senso comum e científico para classificar as características físicas dos negros. Este, provavelmente, foi o primeiro momento de utilização da biologia como fundamento racial.

Os ensinamentos de Platão, Aristóteles e Galeno mostram como barreiras filosóficas e científicas podem ser erguidas com critérios raciais e como essas barreiras podem influenciar o modo de vida das sociedades envolvidas. Esta forma de pensar foi original ao erguer os fundamentos filosóficos para a ideia da pureza racial aliada a um modo de produção capaz de inferiorizar e exterminar o outro politicamente, gerando a superioridade de um grupo sobre o outro e permitindo a sustentação hegemônica deste grupo racialmente classificado como superior, dando aos mesmos privilégios sociais, econômicos, políticos e culturais, que estão vivos nas sociedades contemporâneas.

Almeida Jr. (2010) se baseia nas informações trazidas por Moore (2007) e M'Bokolo (2009) para explicar que existem duas formas de compreender as relações sociais no mundo árabe, sendo uma dentro da percepção positiva que vê a sociedade islâmica como igualitária no plano social, e a outra, uma percepção negativa que revela um quadro de discriminação social constante com uma divisão entre brancos, qualidades positivas, e negros, qualidades negativas.

Acreditamos que as relações sociais eram baseadas num quadro de

discriminação social, percepção negativa, que serviam para justificar a escravidão e a hierarquização social reservada para alguns grupos, em especial aos negros, pois são fortes os indícios de que a sociedade no mundo árabe tinha como base de produção a escravidão, sistema que necessitava de uma construção mental e de uma justificativa moral anterior, antes de se concretizar, que lhe desse legitimidade. Isto ocorreu através de ideologias raciais que fundamentavam os conceitos raciais. Os árabes criaram um suporte racista de cunho ideológico-religioso baseado em traduções realizadas a partir do século VII das mais importantes obras dos pensadores e cientistas gregos e romanos. Essas traduções representam a linha de conexão entre as duas sociedades que construíram na antiguidade os fundamentos do racismo moderno e contemporâneo. Eles também se basearam em mitos religiosos que justificavam a hierarquização e a inferioridade dos povos negros.

Um exemplo de mito religioso utilizado para legitimar e dar sustentação moral para justificar a escravidão dos povos negros é o mito da *Maldição de Cam* que, conforme Munanga (2004) é o mito que sustentou a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana, de origem bíblica e rabínica, a qual diz que:

... Os três filhos de Noé seriam os ancestrais das três raças da primeira classificação: Jafé (raça branca), Sem (raça amarela) e Cam (raça negra). No nono capítulo de Gênesis, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não linzongeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos... (MUNANGA, 2004, p. 24-25)

O conjunto de ideias e práticas raciais baseado nas características supostamente inferiores existentes nos traços fenotípicos foram transferidos para a Península Ibérica pelo Império Árabe-mulçumano, como produto da conquista secular (711-1492) dos árabes naquele território, o que mostra que as concepções raciais da Península Ibérica surgiram no Oriente Médio.

Essa análise nos mostra como a divisão humana em raças tem suas raízes na antiguidade e conforme foi acontecendo o encontro com o outro, diferente fenotípicamente, os conceitos e fundamentos raciais foram sendo ampliados e ganhando as mais diferentes formas, religiosa, social, jurídica, ideológica, econômica, sexual, etc.

Este processo sempre contou com a ajuda dos principais intelectuais de seu tempo para fundamentar e validar esse processo de diferenciação racial e, tanto o mundo greco-romano como o mundo árabe foi importante para a divulgação e consolidação dessas ideias. Nos séculos seguintes, o conceito se transformou e tomaram outras dimensões, mas continuaram a classificar os grupos em superiores e inferiores, com sentido cada vez mais político e ideológico do que científico. As características fenotípicas possuíram, historicamente, um papel fundamental na demarcação de oposições na dinâmica dos conflitos que surgiram “na antiguidade, em uma época caracterizada por grandes ondas migratórias, invasões de territórios e distúrbios nas civilizações assentadas no Mediterrâneo, no norte da África, no Oriente Médio e no sul da Ásia” (MOORE, 2007, p. 258). Elas foram tomadas como a base da relação dicotômica entre brancos e negros, bom e ruim.

As formas e modelos de relações sociais contemporâneas, fundamentadas na diferenciação racial, tendem a ser provenientes dos conceitos formulados e desenvolvidos no mundo greco-romano e no mundo árabe, os quais foram estendidos, a partir de novas invasões e conquistas, para outras regiões do mundo ao longo da História. O encontro com outras regiões possibilitou a transformação do conceito de raça e essas transformações trouxeram algumas características diferentes do conceito utilizado na antiguidade. Dá-se mais importância às características físicas e se valoriza cada vez mais a hierarquia entre as raças. A exclusão passa a ser uma das principais ações dos novos fundamentos, separando os diferentes e tirando-lhes muitas vezes os direitos políticos, religiosos e jurídicos, fundamentais da cidadania, suprimindo a humanidade dos inferiores e transformando-os em mercadorias.

Durante os séculos XVI-XVII os principais debates sobre o tema aconteceram na Península Ibérica, pois, para aceitar a humanidade dos outros era preciso provar que os mesmos também eram descendentes de Adão, prova essa fornecida pelo mito dos Três Reis Magos, outro mito religioso, que representavam os semitas, os brancos e os negros.

Até o fim do século XVII, a explicação do outro era dada pela religião, que detinha o saber, mas no século XVIII, a cor da pele passou a ser o critério mais importante para a divisão racial, razão pela qual a espécie humana foi dividida em três raças fixas: branca, preta e amarela. Esta classificação resiste até hoje na terminologia científica e no senso coletivo das sociedades. Basta analisar os critérios de identificação étnico/racial dos censos populacionais. O botânico Carl von Linné (1707 – 1778), criou

o sistema de classificação dos seres vivos e deu o nome científico de *HOMO SAPIENS* para a espécie humana. Seguindo o pensamento da época, dividiu a espécie humana em quatro raças:

Americano, que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado. Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas. Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados. Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas. (MUNANGA, 2004, p. 25-26)

Essa classificação traz a relação direta entre características biológicas (físicas), qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que classificam as raças em superiores e inferiores. Sustenta-se a hierarquização, sendo a raça branca a superior e a negra inferior, mostrando uma relação direta com a cor da pele. Esta classificação, apesar da falta de critérios científicos, foi aceita e está em uso até os dias atuais, principalmente no imaginário coletivo das sociedades contemporâneas.

Neste mesmo século (XVIII), cientistas europeus desenvolveram as primeiras concepções raciais, que se distanciariam cada vez mais dos dogmas religiosos. Hofbauer (2003) acredita que “... seguindo esta nova visão, que concebia o homem como parte integrante da natureza (*physis*), a ciência passou a analisar e classificar os seres humanos também segundo critérios e métodos “físicos”...” (p. 74). Ao relacionar as diferenças humanas à hereditariedade, os cientistas transformaram o conceito de raça numa categoria biologicamente definível e desta forma as diferenças raciais passaram a ser naturalizadas e de cunho científico.

Ainda no século XVIII, os iluministas contestaram o conhecimento e as explicações dadas pela igreja recusando-se a aceitar a tese monogenista, e passaram a defender a tese poligenista. Neste momento, surgiram as doutrinas racialistas que, como os iluministas, não defendiam a superioridade racial ou a hierarquização das raças, o objetivo era encontrar um conjunto de valores universais, que pudessem ser estabelecidos para todas as raças.

As doutrinas racialistas abriram caminho para o nascimento de uma nova disciplina chamada História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física, que colocam novamente em discussão o objetivo de

saber quem eram os outros, que são incorporados como raças diferentes. Influenciada pela História Natural e pela doutrina racialista, raça começa a definir os tipos humanos e suas diferenças biológicas, utilizando os conceitos da classificação do reino animal para os estudos sobre os seres humanos. A Antropologia Física é considerada a primeira ciência a estudar a variedade das raças humanas, levando ao surgimento de uma disciplina especializada na determinação das diferenças biológicas entre as raças, que é a Frenologia⁴, que pretendia estabelecer as características psicológicas de cada raça com base nas medidas e no tamanho do cérebro. A Frenologia influenciou muitos intelectuais das ciências sociais, entre os quais Auguste Comte, o criador do positivismo, as teorias eugênicas sobre raças superiores nos séculos XIX e XX, a Medicina e a Criminologia.

Neste momento

... o racialismo, com os iluministas, definia raça como um grupo humano cujos membros possuíam características físicas comuns. Tal teoria voltou-se para a crença de que a raça não era apenas definida física, mas moralmente, bem como que as diferenças físicas acarretavam diferenças mentais hereditárias. Assim, a distinção do mundo em raças correspondia à divisão do mundo em culturas, e o comportamento do indivíduo era definido pelo grupo racial ao qual ele pertencia. Além disso, um sistema de valores universal classificaria as raças em superiores e inferiores. (SILVA e SILVA, 2009, p. 346)

A raciologia era uma doutrina e não uma ciência e seu discurso serviu como fundamento ideológico para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial mais do que como explicação científica das diferenças humanas.

Neste mesmo período, Arthur de Gobineau (1816-1882), considerado o pai do racismo moderno, escreve a obra *Ensaio sobre a desigualdade entre as Raças Humanas (1853-1855)* e apresenta nesta obra as formulações sobre o que chamou de determinismo racial, no qual apresenta as raças superiores e as raças inferiores, o que não era uma novidade. A originalidade da obra de Gobineau é a teoria da impossibilidade de progresso para as sociedades compostas por sub-raças mestiças não civilizáveis. O autor defende que a mistura racial seria um dano ao progresso das sociedades e das raças envolvidas. As sociedades com grande população de raças consideradas inferiores, como negros, ou com grande população mestiça, estariam caminhando para a decadência e não conseguiriam evoluir social, intelectual, política,

⁴ Muito parecida com a Fisiognomia de Aristóteles ao defender o estudo da anatomia e do fenótipo para estabelecer características psicológicas e morais para as diferentes raças.

cultural e nem biologicamente, pois as raças superiores em contato com as raças inferiores seriam com o tempo inferiorizadas.

As raças consideradas superiores não poderiam se envolver sexualmente com as inferiores, elas deveriam continuar separadas na questão reprodutiva, com as inferiores apenas servindo as superiores que, por sua vez, levariam a salvação e a civilidade para essas sociedades. Essas teorias serviram para justificar o uso dos negros escravizados como mercadoria, diferenciando desta forma as relações da escravidão da antiguidade da escravidão moderna. O processo racial, agora pode ser pensado em relação ao futuro das novas colônias que estavam em processo de independência como é o caso do Brasil, que possuía nesta época uma grande população negra e mestiça e, por isso, estaria destinado ao fracasso e a única solução seria a imigração de europeus para melhorar a raça e o destino do país.

Com a publicação da obra de Charles Darwin, em 1859, o racismo ganhou novas influências, pois o conceito de raça migrou das ciências naturais para as ciências sociais e humanas com o chamado darwinismo social⁵. Em *A origem das espécies*, Darwin cria as teorias da evolução e da seleção natural, utilizando conceitos como competição, seleção do mais forte, evolução e hereditariedade, formulações estas que, mais tarde, seriam estendidas para o surgimento do homem, que Darwin classifica como descendente dos antropóides. As propostas e conceitos básicos da obra de Darwin foram aproveitados imediatamente para a análise do comportamento das sociedades humanas.

O darwinismo social é, sem dúvida, a principal abordagem racista de caráter científico pois, apesar de eliminar ou pôr em dúvida outras teorias racistas, ainda era possível indicar a superioridade dos brancos através do determinismo racial já que, supostamente, o argumento era que as raças ‘superiores’ predominaram ou se adaptaram dentro do contexto histórico-evolutivo, frente às raças ‘inferiores’ que pareciam fadadas a desaparecerem. Isto possibilitou que os teóricos de outras abordagens racistas mudassem de lado, sem abrir mão de suas crenças.

Neste contexto, desenvolve-se a eugenia⁶ moderna, que discursava sobre a pureza das raças, a existência de raças superiores e desenvolvia os aspectos negativos da miscigenação humana. As principais afirmações consideravam que não haveria a

⁵ Termo criado em 1944, pelo historiador americano Richard Hofstadter, para descrever o pensamento desenvolvido entre os séculos XIX e XX a partir das ideias de Thomas Malthus e Herbert Spencer, que aplicaram as noções de “evolução” e “sobrevivência dos mais aptos” às sociedades e nações. (CURSO DE FORMAÇÃO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS, 2012, p. 16).

⁶ Doutrina já defendida por Aristóteles e Platão no mundo greco-romano antigo.

possibilidade de desenvolvimento cultural entre as raças distintas, uma vez que eram comprovadas empiricamente que estariam em estágios diferenciados, cada raça tinha um lugar predeterminado, definido pelo grau de evolução. O desenvolvimento científico se daria na Europa, por meio da escrita, do poder centralizado (Estado), da constituição do monoteísmo, de um mercado (capitalista), etc. Diferente teria sido o desenvolvimento do africano (negro) e asiático (amarelo). A massa craniana seria diferenciada em tamanho e, portanto, em capacidade de desenvolvimento intelectual. Os eugenistas postulavam que o desenvolvimento da inteligência e das habilidades humanas não decorria da educação e do meio social, mas que eram construídas geneticamente.

A eugenia (eu: boa; genus: geração) era uma espécie de doutrina, como era a raciologia, e uma prática avançada do darwinismo social. A eugenia moderna seria a ciência da hereditariedade humana e foi criada pelo naturalista e geógrafo britânico Francis Galton (1822-1911). Seus artigos seriam articulados no livro intitulado de *Hereditary Genius* que foi publicado em 1869. Galton, que era especialista em estatística, demonstrava através de métodos estatísticos e genealógicos, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação e do meio social. Por este motivo os eugenistas propuseram proibições aos casamentos interraciais, restrições aos alcoólatras, epiléticos, alienados etc., com a finalidade de um equilíbrio genético, o controle de natalidade, a segregação racial, a criação de políticas de restrição de imigração, o aprimoramento das populações, a identificação precisa das características físicas que apresentavam grupos sociais indesejáveis e a aplicação de leis de esterilização.

Assim, a eugenia passou a ser tanto um procedimento científico como social e Schwarcz (1993) explica que o movimento da eugenia moderno deu origem ao processo de administração científica e racional da hereditariedade, formulando novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social e genética com políticas de controle da fecundidade e de discursos de caráter moral a respeito dos relacionamentos afetivos. Os eugenistas ampliaram os conceitos raciais, passando a considerar as características físicas e culturais por exemplo, apesar de terem a mesma cor branca, os germânicos seriam superiores aos judeus e aos eslavos.

No século XIX, acrescentou-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial etc.

para aperfeiçoar a classificação. O crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos.

No século XX, com a evolução da genética e dos estudos científicos sobre o corpo humano nas mais variadas áreas da biologia, o conceito de raça como fator biológico foi descartado, mas a confirmação científica de que raça biologicamente não existe, não significa que todos os indivíduos ou todos os grupos sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para separar esses indivíduos ou grupos em raças.

O conceito de raça da forma como é utilizado atualmente, nada tem de biológico, praticamente é aceita a inexistência do conceito enquanto fator biológico mas, nas áreas que levam em conta a construção cultural e os fatores sociais, o conceito ainda produz muitas discussões.

Nas relações sociais a vivência das diferenças é percebida e sentida de várias formas e por vários grupos, o que a mantém viva enquanto uma realidade ativa e percebida nas mais variadas formas e situações. O conceito está carregado de ideologias e foi incorporado pelas estruturas globais das sociedades contemporâneas escondendo as lutas que acontecem nas relações de poder e dominação. Raça ainda é real em uma dimensão social, os grupos raciais são grupos reais que foram criados pelas práticas sociais, para identificar indivíduos e nações, tanto nas suas semelhanças como, mas suas diferenças e Hall (2006) confirma esta ideia dizendo que:

raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas — cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. — como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (p. 63)

Atualmente, segundo Pontes (2014), as discussões acadêmicas nos trazem três respostas distintas que são:

... i) Eliminativismo racial: visão segundo a qual as “raças” não existem; ii) Naturalismo racial: as “raças” podem existir como grupos populacionais com relevância biológica, baseados em características naturais (genéticas), mas sem qualquer relação com as teorias populares da “raça”; iii) Construtivismo racial: a “raça” existe, é real, mas é uma construção social – um grupo cultural, folk cultural concept. (p. 73)

O eliminativismo racial defende que não existem diferenças genéticas suficientes para construção de categorias biológicas, por este motivo as questões levantadas pela mesma são irrelevantes e projetos sociais baseados na existência da diferença racial devem deixar de existir; já o naturalismo racial defende que as diferenças raciais não são diferenças físicas essenciais e sim, superficiais, visíveis a olho nu e suficientemente importantes para a classificação em grupos e utilização em contexto comum e científico.

A cor da pele e o formato dos olhos são exemplos de diferenças superficiais visíveis a olho nu e o construtivismo racial defende que a raça traduz o caráter biossocial da investigação biomédica, apresentando-se como uma realidade biológica e, simultaneamente como construção social. A cultura e a história social dos grupos faz parte do processo de diferenciação racial, já que produz indivíduos e grupos diferentes uns dos outros.

Alguns cientistas chegaram a sugerir que o conceito de raça não fosse mais utilizado, no entanto, o conceito vive tanto no imaginário popular como em trabalhos científicos produzidos nas mais diversas áreas do conhecimento. Naturalmente, o caráter não científico do termo "raça" não afeta o modo "como a lógica racial e os quadros de referência raciais são articulados e acionados, assim como não anula suas consequências" (DONALD e RATTANSI, 1992, p. 1). Desta forma o uso do conceito se justifica enquanto realidade social e política, considerando a raça como uma construção social e histórica fundamental nas relações sociais de dominação e de exclusão que traz reais consequências sobre a vida dos indivíduos e dos grupos envolvidos.

O conceito de raça como critério de classificação humana serviu e ainda serve como ferramentas para formar o pensamento social das relações individuais ou coletivas com o outro, com o diferente, e é neste sentido que o mesmo é importante e fundamental para entendermos as sociedades contemporâneas. Essa característica não é o problema central que este conceito traz, os principais problemas surgem quando essa classificação é utilizada como justificativa da hierarquização, da diferenciação dos direitos e das oportunidades para os grupos envolvidos e, principalmente, quando esta classificação relaciona de forma direta as características físicas (biológicas) e as qualidades psicológicas, morais e intelectuais dos pertencentes a este ou aquele grupo, causando assim, dificuldades econômicas, jurídicas e sociais.

Os conceitos raciais foram incorporados e aceitos por toda a humanidade, e a formação das identidades individuais, coletivas e das nações contemporâneas foram

formuladas dentro de um pensamento de exclusão, divisão e hierarquização do outro. Isso mostra como o conceito de raça é dinâmico, flexível, simbólico e principalmente cheio de vida dentro das relações sociais de indivíduos e grupos. Atualmente, com o avanço das ciências biológicas, principalmente de genética, este conceito está sendo negado devido não existirem evidências científicas suficientes que demonstrem que cada grupo possui características únicas que justifiquem a classificação racial. Deste então, a utilização e a reflexão sobre o conceito de etnia vêm ganhando força para classificar os grupos humanos, não mais pelo viés biológico e sim pelo viés cultural o que faz surgir, segundo Paul Gilroy (1992) o racismo cultural.

Etnia passa a ser valorizada e estudada no momento em que as sociedades modernas começam a passar por "um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente [...], caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior" (HARVEY, 1989, p. 12).

Essas fragmentações e rupturas internas são possíveis devido as constantes e rápidas mudanças oriundas das facilidades vindas dos novos processos de deslocamentos de pessoas e informações o que, também, transformam os conceitos de identidade individual e coletiva. Laclau (1990) utiliza o conceito de “deslocamento” para explicar este fenômeno social mundial, que além de deslocar informações e pessoas, desloca principalmente, os centros de poder e dominação. Não é mais possível definir a identidade dos indivíduos, grupos ou nações pelo viés biológico de raça, se faz necessário à construção de outro viés, que apesar de “novo”, mantenha a mesma lógica e ordem social, neste momento os esforços se voltam para o conceito de etnia, que:

... desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos e o que ele chama de "recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação" (LACLAU, 1990, p. 40).

Desta forma, etnia passa a ser um conceito que possibilita a manutenção do *status quo* ao mesmo tempo em que dá a possibilidade dos indivíduos e nações se deslocarem entre os diferentes e buscarem novas identidades, valorizando o tradicional que o fixa a uma identidade já construída, identificando-o com uma etnia ou sociedade e ao novo que lhe dá individualidade e o fixa ao momento atual, identificando-o ao global, coisa que o conceito de raça não poderia fazer.

Silva e Silva (2006) nos diz que o termo etnia foi criado pelo antropólogo

francês Georges Vacher de Lapouge (1854-1936) e vem do grego *ethnos* que significava povo ou estrangeiro. Referia-se, na maioria das vezes, aos povos ou nações não gregas ou aos povos ou nações estrangeiras.

Lapouge definia etnia “... como um agrupamento humano baseado em laços culturais compartilhados, de modo a diferenciar esse conceito do de raça (que estava associado a características físicas)” (SILVA e SILVA, 2006, p. 124). O conceito etnia vinha para complementar o de raça e não para substituí-lo. Os principais laços culturais seriam a língua e a religião, sendo que dentro da etnia se encontrariam indivíduos de raças distintas que estariam unidos por fatores históricos e por acreditarem em um antepassado comum, fatores esses que os diferenciavam de outros grupos sociais. Silva e Silva (2006) utilizam a definição de Weber (1974), quando o mesmo diz que “uma etnia seria um conjunto de indivíduos que afirma ter traços culturais comuns, distinguindo-se, assim, de outros grupos culturais” (p. 124).

Ampliando esta definição Munanga (2003) defende que etnia seria

... um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. (p. 28-29)

Outro fator importante para definir etnia é que os indivíduos se identifiquem com a cultura e com a história que a mesma representa. Por isso, pessoas fisicamente iguais, classificadas como da mesma raça, podem se identificar como de etnias diferentes. Os índios brasileiros, apesar de serem classificados racialmente como iguais, formam distintos grupos étnicos, pois possuem costumes, língua, religião e se identificam de forma distinta uns dos outros. Isso também pode acontecer com pessoas fisicamente diferentes, classificados como de raças diferentes, que podem se identificar com a mesma etnia, formando assim um grupo étnico culturalmente homogêneo com indivíduos racialmente distintos.

A autoidentificação faz com que os indivíduos se reconheçam como iguais e ao mesmo tempo como diferentes dos outros, estabelecendo desta forma fronteiras ideológicas ou físicas que mantêm claramente quem são o nós e quem são os eles e, desta forma, ajudam a construir os grupos étnicos, com suas características que lhe dão existência, singularidade, identidade e, principalmente, que lhes tornam diferentes uns dos outros. Concordamos com Araújo (2012) quando menciona que:

Mesmo que os elementos dessa autodefinição sejam fruto de uma construção social que não pode ser constatada empiricamente, se ela serve de marco divisório entre o “nós” e os “outros”, se é pensada e reproduzida como verdade para os indivíduos do grupo, então será elemento marcante da autodefinição e, conseqüentemente, da construção do grupo étnico. (p. 10)

É preciso diferenciar etnia de grupo étnico. Uma etnia pode englobar vários grupos étnicos, pois um grupo é formado por um número reduzido de indivíduos e possui uma interação entre seus membros; uma aldeia indígena pode ser considerada como um grupo étnico, enquanto etnia envolve um número muito grande de indivíduos e isso impossibilita uma interação direta entre os mesmos. Todas as aldeias indígenas do Brasil fazem parte da etnia indígena por possuírem algumas características em comum, ao menos no imaginário coletivo.

As fronteiras construídas para distinguir os grupos não impedem que os indivíduos ou grupos se relacionem e que exista interação constante entre os mesmos, apenas servem de parâmetros para posicionar os elementos que identificam cada um dos envolvidos. Essa divisão fronteira perfeita (ideal) só seria possível se existisse uma etnia ou um grupo étnico perfeito (ideal), que se encaixasse dentro das teorias que postulam o entendimento construído para os conceitos, o que obviamente não existe e este fator possibilita que vários grupos coexistam ao mesmo tempo em uma sociedade com características tão diferentes que formam no seu conjunto, uma única etnia e Bauman (2003) diz que:

A despeito do que dizem os guardas de fronteira, as fronteiras que eles protegem não foram traçadas para defender a singularidade das identidades já existentes. [...] Só depois que os marcos de fronteira são cravados e as armas estão apontadas contra os intrusos é que os mitos sobre a antigüidade das fronteiras são inventados e as recentes origens culturais e políticas da identidade são cuidadosamente encobertas por “narrativas da gênese”.(p. 21)

A dinâmica existente nos limites das fronteiras pode ser considerada o ponto de união de uma etnia, pois este limite é um elemento comum para todos, diferente dos elementos que se encontram no centro que são elementos próprios de cada grupo étnico.

Para a concretização deste processo, saber as semelhanças que identificam um povo, uma raça ou uma etnia é importante, mas mais importante ainda, é conhecer as diferenças entre os mesmos, pois

Ao mesmo tempo em que as semelhanças estabelecidas nas referências fixas têm a função de formatar a identidade cultural,

também às (sic) diferenças tem um papel preponderante nos sistemas de representação coletivos. A diferença então é apontada aí como uma categoria central na constituição das identidades culturais que não tem a significação de uma simples oposição binária, mas uma posição mais complexa... (ROSA, 2012, in GUEDES, 2013, p. 05)

É importante perceber que o sentimento de pertencimento do indivíduo a uma etnia ou a um grupo étnico lhe confere uma identidade e uma carga cultural que lhe caracteriza como indivíduo historicamente construído. Isto pode lhe trazer vantagens ou prejuízos, conforme o grupo ao qual se identifica ou é identificado e, esse sentimento de pertencimento cria a relação de etnia com o de identidade social. Zarur (2000) acredita que

... um importante avanço decorrente desta relação foi o abandono da idéia de etnia como algo imanente aos seres humanos. Pelo contrário, passou-se a conceber as distinções étnicas como contextualmente construídas, relativizadas a culturas, histórias, geografias e interesses particulares (p. s/nº).

Etnia não é um conceito estático, ele sofre transformações conforme o momento histórico e social no qual está inserido, pois os grupos étnicos se envolvem constantemente na sua autoafirmação e na luta por direitos e reconhecimento. Como exemplo podemos citar os quilombolas, no Brasil, que passam por um processo de autoafirmação bem diferente de décadas atrás, em que se identificar como tal era um fator extremamente negativo. Isto mostra como os critérios de identificação são transformados conforme as relações com outros grupos vão sendo realizadas, acrescentando ou excluindo novos elementos neste processo, transformando desta maneira a forma como o grupo se autoidentifica e como identifica o outro, mudando conforme o contexto do momento que traduz no seu interior a forma de organização social do seu tempo.

Etnia é um conceito classificatório, historicamente construído, baseado nas características socioculturais e utiliza a diferença como um dos critérios para classificar os grupos. Desta forma mantém a ideia de hierarquia entre os diferentes, baseando-se nas características culturais, perpetuando o tratamento diferenciado que chamamos de racismo quando estudamos raça, e chamamos de etnocentrismo quando falamos de etnia. O etnocentrismo se apresenta quando um grupo étnico ou uma etnia são considerados inferiores em relação a outro grupo ou quando uma forma de cultura é considerado melhor que a outra, voltando muitas vezes aos conceitos, de civilizado e

bárbaro (selvagem) e como diz Gilroy (1992), o etnocentrismo é:

... um racismo que tomou uma distância necessária das grosseiras idéias de inferioridade e superioridade biológica busca, agora, apresentar uma definição imaginária da nação como uma comunidade cultural unificada. Ele constrói e defende uma imagem de cultura nacional — homogênea na sua branquidade, embora precária e eternamente vulnerável ao ataque dos inimigos internos e externos... (p.87).

Apesar de se confundir muitas vezes com o conceito de raça, a substituição do conceito raça pelo de etnia traz uma mudança importante na forma de observar, de analisar e principalmente no modo de pensar os indivíduos e grupos envolvidos na formação do povo brasileiro, o que abre novas possibilidades, pois

... a etnicidade não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou de grupos, mas como uma forma de organização ou um princípio de divisão do mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e as situações. (POUTINGNAT, 1998: 124-5 apud ARAÚJO, 2012, p. 10)

No Brasil, a utilização do conceito de etnia está muitas vezes relacionada ao conceito de raça, servindo de substituição do mesmo por ser historicamente menos conflitante, o que não muda os problemas trazidos pelo tratamento diferenciado vivido nas relações cotidianas Munanga (2003) diz que:

Essa substituição não muda nada a realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes e que constitui o nó do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto (p. 29).

Isso nos faz pensar como as relações sociais no Brasil foram, e ainda são construídas apesar das mudanças sociais constantes ocorridas na história do nosso país, alguns grupos raciais ou étnicos são constantemente prejudicados neste processo. Esta característica nos mostra que o tratamento diferenciado existe e influencia de forma determinante nosso modo de ser e de pensar nossa identidade, seja ela individual ou coletiva, em relação ao nosso próximo ou, em relação ao estrangeiro.

Vamos tentar entender esse tratamento diferenciado refletindo sobre o conceito de raça e como este influenciou a construção das sociedades contemporâneas.

1.2 – RACISMO: A PRÁTICA DAS DIFERENÇAS

O racismo já foi objeto de diversas discussões e interpretações e, conforme Munanga (2004), na maioria das vezes, essas discussões e interpretações nascem a partir de uma abordagem da raça e suas possíveis relações, mas o racismo possui características próprias que permitem sua existência através dos tempos, características essas que o tornam dinâmico, presente em todas as classes sociais e em todas as sociedades sejam elas antigas ou modernas e, principalmente, faz com que seja tão difícil combatê-lo e superá-lo.

1.2.1 - Características do Racismo

O racismo é considerado por muitos como a prática dos fundamentos raciais e uma de suas principais características é a capacidade de se manter escondido, silencioso e, muitas vezes invisível. Esta característica traz uma grande dificuldade para que se possa perceber sua existência nas relações diárias e desta forma lutar contra ele. Isto está intimamente ligado ao que Moore (2007) entende como simbologização.

O homem cria representações simbólicas que reconhece, mas também representações simbólicas que lhe escapam após tê-las concebido. Trata-se de formas de consciência determinadas historicamente e, conseqüentemente, desprovidas de sua própria memória. Desse modo, têm a capacidade de subjugar, individual ou coletivamente, o próprio sujeito que as criou. Ao longo da história humana, os processos de simbologização, que implicam, sempre, uma ‘perda da memória autoral’, têm dado origem a diversos mitos fundadores de crenças, cosmogonias e religiões. [...] De todas elas, o racismo aparece nitidamente como a forma de consciência mais violenta e abrangente, porquanto ele implica uma vontade e intenção de extermínio do Outro Total. (p.244)

O racismo é constantemente transformado e adaptado ao momento histórico e às características dos povos ao qual está inserido, e isto só pode acontecer por ser a simbologização um escudo invisível com poder de camuflagem, que transforma o imaginário coletivo sem dar a esse novo símbolo uma representação de origem, como se o mesmo sempre tivesse existido, passando assim a ser considerado como natural. Desta forma, tira o peso do racismo dos ombros da sociedade e o coloca nos ombros dos indivíduos, sendo percebido como um problema de relações interpessoais, individuais, do outro. Por isso é comum ouvir: “eu não sou racista, mas conheço alguém que é” ou

até mesmo “racismo não existe, a pessoa que se inferioriza”.

Isso mostra que o racismo é visto como um ato individual e não coletivo, que é uma ação realizada pelo outro e não pelo eu ou pela sociedade em que o indivíduo está inserido. A simbologização torna o racismo tão complexo que permite aos envolvidos realizarem a ação racista sem se perceberem agentes ativos desta ação e ao mesmo tempo enxergarem esta ação no outro, colocando-se muitas vezes como vítima e em outras negando sua existência. Explicar que não é racista dizendo que seu melhor amigo é negro é um exemplo desta relação tão complexa.

Cunha (2004) postula que o racismo possui um papel estruturante na formação das relações sociais ao longo da história da humanidade e que, o entendimento do racismo depende da condição que temos de entender suas dinâmicas e sua capacidade de adaptação nas diversas formas de relações sociais individuais e coletivas. Para entender melhor a complexidade do racismo o autor postula três importantes características:

... (i) o caráter metamórfico - o racismo é necessariamente plural; existem racismos; (ii) a temporalidade - o racismo não é um fenômeno historicamente recente, tendo sido gerado muito antes da escravidão nas Américas; (iii) a espacialidade – o racismo não é uma construção ideológica específica e exclusiva das sociedades europeias. (p.43)

Quando o autor menciona que o racismo é plural podemos pensar na forma diferente em que o mesmo acontece no Brasil, nos Estados Unidos, na Índia ou no Japão onde as formas diferenciadas do racismo fizeram surgir sociedades diferenciadas na sua forma de pensar a identidade de seu povo. Podemos citar dois tipos distintos: enquanto no Brasil temos o racismo chamado de preconceito racial de marca⁷, nos Estados Unidos temos o racismo chamado de preconceito racial de origem⁸. Essas diferenças mudam toda a forma dos relacionamentos sociais, sejam elas relações pessoais, coletivas, institucionais, relações internacionais e até mesmo afetivas e sexuais.

Em relação à temporalidade podemos perceber que o racismo não é um fenômeno do nosso tempo, ele sempre esteve presente nas relações grupais, nas relações com o outro (estrangeiro), com o diferente. Estes encontros fizeram com que os povos formulassem explicações para entender as diferenças e teorias para justificar o domínio de um grupo sobre o outro ou sobre os outros desde os primórdios basta ver como essas

⁷ Preconceito racial de marca está associado à cor da pele e as características fenotípicas. Nogueira 2006.

⁸ Preconceito racial de origem está associado à descendência genética, étnica e geográfica. Nogueira 2006.

relações influenciaram o mundo greco-romano e o mundo árabe⁹.

Este fenômeno não se localiza em um determinado ponto ou sociedade, não respeita a divisão espacial das fronteiras, está e sempre esteve presente em todas as sociedades, sejam elas orientais, ocidentais, urbanas, rurais, conservadoras ou progressistas. Demonstra um poder de penetração muito grande dentro dos mais variados extratos sociais, o que o torna um fenômeno mundial.

Com o estudo destas características, Moore (2007) identificou três dinâmicas, sendo que a primeira dinâmica é a fenotipização de diferenças civilizatórias e culturais: possibilita a organização da sociedade tendo como ponto central o fenótipo, com o objetivo final de dar vantagens a um determinado grupo baseado nas características físicas ditas ideais, visto que as características físicas e morais estão diretamente relacionadas.

A simbologização da ordem fenotipizada seria a segunda dinâmica: é a criação de valores e conceitos referentes ao significado de cada cor, é sair do plano concreto para o plano mitológico para criar características negativas ou positivas baseadas no fenótipo do indivíduo ou grupo; por exemplo, relacionar o preto (negro) com o ruim, com o demônio, com o feio e o branco com o bem, o belo e o santíssimo são criações de simbologização.

A terceira dinâmica diz respeito ao estabelecimento de uma ordem social baseada numa hierarquia raciológica através da elaboração de ideologias que possibilitem o controle permanente do mundo conquistado, mesmo quando o conquistador não se faz presente fisicamente, a criação de um pensamento coletivo que aprisiona o modo de pensar e de agir dos indivíduos e grupos em relação a si mesmos e em relação ao outro (dominador ou dominado), dando a cada um, um lugar específico na escala social, no seu local ou na escala mundial.

Para possibilitar a viabilidade de todo um sistema social, econômico, político, cultural e de relações sociais, se faz necessário criar ideologias que possam sustentar esse complexo processo de dominação e subordinação entre os indivíduos e grupos, sem que os subalternizados reivindiquem mudanças nesse sistema. Com a ajuda destas ideologias, o racismo consegue se estabelecer como um critério estrutural na formação das sociedades e nas relações cotidianas dos indivíduos e grupos, contribuindo desta maneira para a sustentação e manutenção de uma sociedade multirracial excludente,

⁹ Ver mais no item 1.1 – RAÇA E SUA EVOLUÇÃO CONCEITUAL.

aceita de forma inconsciente por todos os envolvidos, o que, conforme Moore (2007) possibilita que o racismo se configure como uma metacsciência histórica, por conta da sua dinâmica simbólica, o que permite construir ferramentas que possam parecer antirracistas.

As ideologias racistas são tão abrangentes e flexíveis que, enquanto forma de consciência coletiva, a mesma não se parece com racismo e até pode criar a ideia de negação, e “é essa característica de poder se “negar a si mesmo” que lhe confere tal plasticidade e resistência aos esforços de mudança.” (MOORE, 2007, p. 256)

Apesar de ser combatido e visto como algo ruim, praticamente em todas as sociedades e em todos os tempos, o racismo vem sobrevivendo às tentativas de sua destruição, transformando-se, adaptando-se e ressurgindo das mais variadas formas e com os mais variados conceitos ou termos. Essa característica faz com que o mesmo seja pensado como uma consciência histórica, ou uma metacsciência, pois é difícil conceituar ou explicar o racismo de forma clara e precisa, mas ao falar sobre o tema qualquer pessoa e em qualquer lugar do mundo tem ideia do que se está falando e como o mesmo atua, todos possuem consciência sobre a divisão e o tratamento diferenciado sobre os indivíduos e grupos que sofrem a discriminação e as complexas relações hierárquicas e de poder que são possibilitadas pela sua prática, e é essa consciência histórica que permite que o racismo esteja em todas as estruturas sociais contemporâneas.

Pensarmos o racismo como uma consciência histórica ou uma metacsciência pode ser o ponto inicial para entendermos como o mesmo pode estar em todos os segmentos da sociedade, em todas as formas de organização social e em todas as relações individuais e grupais de forma estruturante do pensamento e da prática deste, visando à exclusão do outro, mesmo quando isto é um prejuízo para todos, sendo uma ação muitas vezes inconsciente, uma reprodução automática.

Essas características e dinâmicas do racismo fazem com que ele esteja presente na história da humanidade de várias formas e em vários lugares permitindo que se apresente no pensar dos indivíduos e grupos que são beneficiados, bem como nos indivíduos e grupos que são prejudicados nessas relações. Isto faz com que este fenômeno esteja presente no consciente coletivo de todos e em qualquer tempo histórico. Por esta razão, temos que pensar o racismo como consciência histórica da humanidade, que dá vida às características metamórfica, temporal e espacial deste

fenômeno.

Pensar no consciente coletivo nos permite entender o poder de adaptação e de negação que o fenômeno apresenta nos comportamentos individuais e coletivos que dão vida às desigualdades de tratamento entre pessoas e grupos diferentes, racialmente ou etnicamente. Isto faz com que cada sociedade tenha suas peculiaridades na vivência do ou dos preconceitos raciais ou étnicos, sendo que a sociedade brasileira não foge desta realidade, apresentando um tipo de preconceito racial muito peculiar, o qual molda as relações humanas e sociais do nosso cotidiano.

Por este motivo se faz necessário discutirmos um pouco sobre nosso tipo de preconceito racial que é chamado de preconceito racial de marca, fazendo um paralelo com o chamado de preconceito racial de origem que se faz presente em países como os Estados Unidos e África do Sul, por exemplo.

1.2.2 – Tipos de Racismo – Preconceito Racial de Origem x Preconceito Racial de Marca

Neste momento vamos nos concentrar em estudos e pesquisas realizadas sobre relações raciais desenvolvidos no Brasil, no início da década de 1950, pela UNESCO e que envolveu pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos. Vamos utilizar em especial as formulações elaboradas por Oracy Nogueira (2006), que fez uma análise das semelhanças e diferenças entre o preconceito racial da sociedade brasileira e da sociedade estadunidense apresentando pela primeira vez as expressões preconceito racial de marca e preconceito racial de origem de forma científica. Originalmente, os conceitos de preconceito racial de marca e preconceito racial de origem levaram em consideração, principalmente, as relações entre negros e não negros (brancos) em cada uma das sociedades estudadas.

Foram apresentadas doze características de análises e vamos relacioná-las no seu conjunto, tendo em vista que as relações sociais e humanas nestas duas sociedades mudaram e muito nas últimas décadas. Vemos ainda que na sociedade brasileira as questões passaram da relação negro e não negro (branco) para todos os grupos raciais ou étnicos que envolvem a nossa sociedade, enquanto as relações sociais e humanas na sociedade estadunidense sofreram mudanças consideráveis nas questões jurídicas e nas políticas públicas. Por este motivo, vamos tentar contextualizar as formulações

apresentadas por Nogueira.

Considera-se como *preconceito racial* uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é *de origem*. (NOGUEIRA, p. 292)

Entre esses dois tipos de preconceito racial foram construídas e analisadas as seguintes diferenças:

1- Quanto ao modo de atuar:

- Preconceito racial de Marca – determina uma atitude de excluir um indivíduo;
- Preconceito racial de Origem – determina uma atitude de exclusão dos membros do grupo atingido pelo preconceito.

No caso do preconceito racial de marca o racismo pode variar conforme a situação e conforme a posição social do indivíduo; as relações são flexíveis ao ponto da pessoa não perceber que está sendo discriminada ou até mesmo que está discriminando. O preconceito se esconde nas questões sociais, na forma de vestir, de falar, da aparência física, condição econômica, nível de instrução formal, entre outras. As atitudes preconceituosas são vistas como um ato individual tanto de quem discrimina como de quem é discriminado; portanto, é um problema que deve ser resolvido apenas entre os envolvidos, e as lutas e conquistas são individuais.

No preconceito racial de origem as atitudes preconceituosas afetam todo o grupo identificado com os envolvidos. Uma ação discriminatória a um indivíduo negro é vista como discriminação a todos os negros e a forma de enfrentamento é coletiva, o problema é de toda sociedade. O indivíduo representa todo um grupo, suas lutas e conquistas são ampliadas para todos e o preconceito não se esconde em outras questões, ele é explícito.

2. Quanto à definição de membro do grupo discriminador e do grupo discriminado:

- Preconceito racial de Marca – o critério é a aparência racial ou fenotípica;
- Preconceito racial de Origem – o critério é a descendência familiar, étnica ou de origem geográfica.

No Brasil, onde o preconceito racial é de marca, a definição entre discriminado e discriminador é indefinida, depende de inúmeros fatores e muda conforme a situação na qual o indivíduo se encontra. Também depende da auto definição e da definição das outras pessoas, sendo que os critérios para identificação são a cor da pele e a aparência física. Esta característica pode explicar a quantidade de expressões na qual o brasileiro identifica os outros ou é identificado.

Uma pessoa negra pode ser “de cor, negão, mulata, mulata tipo exportação, morena clara, morena, morena escura, “negro, mas negro de verdade”, cor de jambo, cor de cuia” etc., e isto também vale para pessoas brancas ou asiáticas. Neste quesito, vale mencionar o fato de que nos resultados do censo de 1980 os “brasileiros se autoclassificaram utilizando 136 terminologias para definir sua cor, que simbolizava o grupo étnico, por exemplo, alvo-rosada, polaca, amarelo-queimada, mista, morena-bem-chegada, mulata, pardo-clara, ruiva, ruça, sarará, quase-negra, roxa etc.” (SANTOS, 2008). O preconceito racial de marca permite a criação do mestiço como um novo grupo racial, com identidade própria, e aceita o meio termo, permitindo que o indivíduo ou grupo possa se afirmar ou negar-se racialmente conforme a situação e os interesses em jogo.

Onde o preconceito racial é de origem, o critério da cor ou do fenótipo não é o principal critério para identificar um indivíduo ou grupo; apesar de ser um critério importante, o que importa é sua origem familiar, étnica ou geográfica. Neste caso, existe de forma explícita uma classificação hierárquica das raças, sendo que o mestiço é identificado como membro da raça inferior e não como um novo grupo racial; numa relação afetiva entre um indivíduo branco e outro negro, o filho é identificado como negro; na relação de um estadunidense com mexicano, o filho é mexicano. Não se aceita o meio termo e a classificação por conveniência, pois um negro, um latino, um mexicano, um chinês, enfim, o outro será sempre o outro; indiferente de sua posição social o que importa é sua origem.

3. Quanto à carga afetiva:

- Preconceito racial de Marca – a carga afetiva é mais intelectual e estético;
- Preconceito racial de Origem – a carga afetiva tende a ser mais emocional e integral.

No Brasil, a intensidade do preconceito está diretamente associada à aparência física, quanto mais o indivíduo se parece com o grupo discriminado, mais preconceito ele sofre e a busca pela boa aparência é constante, seguindo um padrão estético o mais próximo do ideal branco europeu (não confundir com padrão de beleza). O indivíduo que mais se aproxima do ideal sofre menos preconceito e tem facilidades nas relações com outros grupos, facilidades que podem ser afetivas ou profissionais, o que facilita a negação de pertencimento ao grupo discriminado e a afirmação de pertencimento ao grupo discriminador.

Onde o preconceito é de origem, existe um aspecto de oposição ou ódio com manifestações conscientes de exclusão e segregação; mesmo que esteticamente a pessoa esteja dentro do padrão desejado ela pode não ser aceita pela sua origem familiar. O padrão estético valorizado é o que identifica sua raça ou grupo e esta característica cria um forte senso de pertencimento racial e étnico.

4. Quanto ao efeito sobre as relações interpessoais:

- Preconceito racial de Marca – as relações cruzam as fronteiras com facilidade;
- Preconceito racial de Origem – as relações dificilmente cruzam as fronteiras.

Onde o preconceito racial de marca impera, é comum as pessoas terem amizade ou até mesmo relacionamentos afetivos com pessoas que pertençam a outros grupos sem deixarem de discriminar outros membros deste grupo. A pessoa pode ter um relacionamento com uma mulher loira e contar piadas de “loira burra” acreditando que não está ofendendo a pessoa com a qual se relaciona. O relacionar-se com o diferente, não muda sua atitude preconceituosa em relação ao grupo como um todo, mas exclui a pessoa com a qual tem relação do grupo que está sendo discriminado. É comum ouvir, por exemplo, uma pessoa justificar que não é racista com a seguinte frase: “meu melhor amigo(a) é negro(a)”. Podemos traduzir esta frase da seguinte maneira: “apesar de ser negro(a) eu a aceito como meu/minha melhor amigo(a)”, o que vem a esconder o

sentimento de preconceito em relação aos outros negros(a). São comuns casamentos interraciais onde um dos envolvidos passa a frequentar o grupo do outro sem que seja identificado como pertencente a este grupo, sem que isto cause estranheza.

Onde o preconceito é de origem, a pessoa que cruza a fronteira é identificada de forma inferior, e socialmente é tratado como o outro, o diferente. As relações afetivas interraciais não são comuns e causam estranheza, sendo que o indivíduo que casa com um indivíduo do grupo discriminado passa a ser considerado como tal e passa a sofrer os preconceitos dirigidos a este grupo; as fronteiras são mais vigiadas e explícitas não permitindo muita flexibilidade para os relacionamentos afetivos entre as pessoas de grupos diferentes. Os envolvidos em relações interraciais normalmente necessitam defender sua escolha constantemente e ficam restritos ao convívio com um dos grupos.

5. Quanto à ideologia:

- Preconceito racial de Marca – a ideologia é assimilacionista e miscigenacionista;
- Preconceito racial de Origem – a ideologia é segregacionista e racista.

No Brasil, a miscigenação foi e é utilizada como um instrumento ideológico pensado para fazer com que as características físicas de grupos como negros e índios deixassem de fazer parte da população que, desta forma, passaria a ter as características físicas dos europeus. Assimilação teria a mesma função em relação às características culturais. Graças a esta ideologia, foi possível abrir as fronteiras do país para um grande número de imigrantes europeus, a fim de realizar o projeto político chamado de “branqueamento” embora se esperasse que o indivíduo imigrante estrangeiro deixasse com o tempo sua cultura e assimilasse a cultura nacional. Defendia a diferenciação racial e procurava a formação de uma raça única representada pelo mestiço.

Onde o preconceito racial é de origem, é comum existirem bairros ou regiões ocupadas por pessoas da mesma raça ou grupo social, pois a diferença é vista como um fator evolutivo e natural de cada grupo. Desta maneira, cada grupo deve ficar dentro do seu próprio espaço. Podemos pensar na África do Sul e seu regime de Apartheid onde o preconceito racial era explícito e os grupos geograficamente e juridicamente eram separados. O preconceito racial faz parte das relações sociais e afetivas de forma constante e sustentam ideologicamente políticas e ações de exclusão; cada pessoa tem bem definido seu lugar na hierarquia racial a qual grupo pertence; defende-se a

diferenciação racial e tenta-se impedir a miscigenação por se acreditar que a mesma trará a degeneração racial e social.

6. Quanto à distinção entre diferentes minorias:

- Preconceito racial de Marca - o dogma da cultura prevalece sobre o da raça;
- Preconceito racial de Origem – o dogma da raça prevalece sobre o da cultura.

Onde o preconceito é de marca, as minorias menos endogâmicas e menos etnocêntricas são favorecidas, pois seguem a lógica da miscigenação e a formação de uma cultura nacional comum. Ao contrário, as minorias mais endogâmicas e mais etnocêntricas negam a lógica da miscigenação e da construção de uma cultura nacional que possa unir e identificar o povo brasileiro.

Onde o preconceito é de origem, ao contrário, há maior tolerância para com as minorias mais endogâmicas e mais etnocêntricas, pois a lógica da segregação é respeitada, os grupos se localizam e se relacionam em espaços pré-determinados e com fronteiras bem conhecidas.

7. Quanto à etiqueta:

- Preconceito racial de Marca - a etiqueta de relações inter-raciais põe ênfase no controle do comportamento de indivíduos do grupo discriminador, de modo a evitar a humilhação de indivíduos do grupo discriminado;
- Preconceito racial de Origem - a ênfase está no controle do comportamento de membros do grupo discriminado, de modo a conter a agressividade dos elementos do grupo discriminador.

No Brasil, evitamos falar sobre racismo ou situações de preconceito quando a pessoa discriminada está próxima, evitam-se situações desagradáveis e de confronto. Existe uma etiqueta na forma das relações diárias com o objetivo de evitar situações explícitas de preconceito, negando assim a existência do mesmo. A pessoa pode ter uma oportunidade negada por vários motivos, menos pelo racial, o que esconde e cria uma cordialidade nas relações. Podemos achar uma pessoa feia, mas não podemos falar isto a ela; porém, dizemos que ela é simpática. Existe a sensação de simetria nas relações raciais.

Defende-se a igualdade racial, sendo que manifestações públicas de preconceito racial são ocultadas para não se criar polêmicas. Protestar contra situações em que a pessoa se sente vítima de preconceito racial também é ocultada ou reprimida. A pessoa que protesta contra situações de racismo passa a ser considerada como culpada pela situação, acontecendo uma inversão de papéis e legitimando a ação racista. O preconceito existe, mas deve ser silencioso e escondido para manter o *status quo* das classes sociais e das relações cordiais existentes entre os diferentes.

Onde o preconceito racial é de origem, a assimetria nas relações raciais é evidente e não existe a preocupação de esconder o sentimento de superioridade e inferioridade entre os grupos envolvidos, sendo que espera-se que o grupo discriminado haja sempre com respeito em relação ao grupo discriminador e que tenha gratidão pelo mesmo, pois os superiores são a tábua de salvação para os inferiores e, a esses cabe agradecer e aceitar a salvação. Existe um controle em relação ao indivíduo do grupo discriminado para que não ultrapasse as fronteiras o que causaria uma mudança no *status quo* das classes sociais e das relações existentes entre os diferentes.

8. Quanto ao efeito sobre o grupo discriminado:

- Preconceito racial de Marca - a consciência da discriminação tende a ser intermitente;
- Preconceito racial de Origem - tende a ser contínuo, é uma ideia fixa.

Onde o preconceito é de marca, a pessoa discriminada só toma consciência da situação nos momentos de conflito, quando é humilhado ou quando lhe é negado algum direito ou oportunidade em relação à outra pessoa, muitas vezes, em situação inferior a sua. A discriminação explícita acontece esporadicamente, podendo uma determinada pessoa passar um grande período de tempo, ou anos, sem se envolver numa situação explícita de discriminação ou sem enxergá-la, principalmente, para as pessoas que passaram por um longo e profundo processo de assimilação. O ato discriminatório acontece em alguns momentos ou setores das relações sociais ou de poder, o que dá a sensação de que o mesmo não exista como forma social e sim como um problema moral do indivíduo discriminador. O fato de poder negar sua condição racial ou afirmar, conforme a situação, ajuda na sensação de que o preconceito não faz parte da estrutura social.

Onde o preconceito é de origem, a discriminação é constante e faz parte das relações sociais diárias; a pessoa que discrimina e a que é discriminada possuem clara noção de que os conflitos são constantes e que seu enfrentamento é essencial para o fim deste processo; as pessoas envolvidas não negam ou afirmam sua condição racial conforme a situação na qual estão envolvidas, ao contrário, elas envolvem-se nas situações de conflito por causa da sua condição racial. Existe uma preocupação de autoafirmação, uma atitude constante de defender o grupo ao qual pertence e um olhar mais atento às situações explícitas ou não de discriminação.

9. Quanto à reação do grupo discriminado:

- Preconceito racial de Marca - a reação tende a ser individual;
- Preconceito racial de Origem – a reação tende a ser coletiva.

No primeiro caso, a ação discriminatória pesa sobre os indivíduos envolvidos na situação em questão, e a reação por isto é individual, “eles que se entendam” é o pensamento que predomina. Em relação às situações sociais o indivíduo discriminado procura superar suas marcas através da mudança de nível intelectual, econômico, comportamental, ou até mesmo se envolvendo afetivamente com pessoas de outro grupo, diminuindo desta forma suas marcas e aumentando sua aceitação e a aprovação dos membros do seu grupo e, principalmente, do outro grupo, o dominante. As conquistas do indivíduo não se traduzem como conquistas coletivas, uma pessoa do grupo discriminado que “vence na vida” valoriza suas conquistas, mencionado sua determinação e esforço ao mesmo tempo em que acredita que os outros não conseguiram porque não se esforçaram o suficiente, e muitas vezes se isola ou se desinteressa pelas lutas contra a discriminação chegando muitas vezes a negá-la.

Onde o preconceito é de origem, a ação discriminatória pesa para todo o grupo dos indivíduos envolvidos; por este motivo, a reação é coletiva, o senso de dever com o grupo predomina sobre o individual, “todos por um e um por todos” é o pensamento que predomina. Em relação às situações sociais, o indivíduo discriminado procura afirmar as características que o identificam com o grupo, ele não muda conforme a situação, defende o grupo e é defendido pelo mesmo, o que torna a luta sempre coletiva. Uma pessoa do grupo discriminado que “vence na vida” procura, principalmente, a aprovação do seu grupo, valoriza suas conquistas e questiona o porquê de outras pessoas não

conseguirem o mesmo. Acredita que as outras pessoas não conseguiram por culpa do sistema social e lutam para mudar esta situação. Suas conquistas são consideradas como uma conquista de todo o grupo, pois abre possibilidades para que outros também superem as dificuldades.

10. Quanto ao efeito da variação proporcional do contingente minoritário:

- Preconceito racial de Marca - a tendência é se atenuar nos pontos em que há maior proporção de indivíduos do grupo discriminado;
- Preconceito racial de Origem - a tendência é se apresentar sob forma agravada, nos pontos em que o grupo discriminado se torna mais evidente pelo número.

No preconceito racial de marca, quanto maior o número de pessoas que compõem os grupos discriminados mais sutis são as ações de discriminação. A forma de controle social é através de uma falsa harmonia, evitando desta forma os momentos de conflitos. O controle é feito através de ideologias de assimilação e acomodação social dos grupos discriminados e o favorecimento social e econômico para os membros dos grupos discriminadores, mantendo cada grupo dentro do seu espaço social e hierárquico. Não se deseja claramente exterminar o outro e sim, mantê-lo sob controle.

No preconceito racial de origem, quanto maior o número de pessoas que compõem o grupo discriminado mais evidente são os conflitos, pois a disputa pelo poder e pelo controle é permanente, sendo que a segregação e a exclusão são a base do controle social e hierárquico. O objetivo não é apenas controlar o outro e sim, excluí-lo das relações sociais.

11. Quanto à estrutura social:

- Preconceito racial de marca - a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir;
- Preconceito racial de origem - o grupo discriminador e o discriminado permanecem rigidamente separados um do outro, em *status*, como se fossem duas sociedades paralelas, em simbiose, porém irredutíveis uma à outra.

Nas sociedades onde existe o preconceito de marca, como no Brasil, quanto mais

identificado com as marcas do grupo discriminado, maiores são as dificuldades de o indivíduo mudar de escala social, econômica, intelectual ou afetiva. As dificuldades encontradas pelos indivíduos discriminados são explicadas pela sua condição social desfavorável que o impossibilita de ter acesso a uma boa educação, a bons serviços de saúde e de segurança, acesso à cultura, etc. já que esses fatores são considerados fundamentais para uma escalada social. A culpa da não ascensão recai sobre o indivíduo que não aproveitou as oportunidades e não sobre a falta de oportunidades oferecidas historicamente aos que estão nas escalas mais baixas da sociedade. Possibilita uma sociedade onde as fronteiras não são fechadas, os indivíduos e grupos transitam de um lado para o outro apenas como turistas e as principais fronteiras são cercadas por telas que isolam, mas não invisibilizam o outro lado, criando o sonho de um dia conseguir viver do outro lado; existem portas aparentemente pouco vigiadas, mas a permanência do outro lado é para poucos.

Nas sociedades onde existe o preconceito de origem, os grupos vivem em sociedades separadas que ocupam o mesmo espaço geográfico; para deixar de sofrer a discriminação, o indivíduo deve permanecer em luta constante ou negar a sua identidade racial, passando a viver e a se identificar como parte do outro grupo. As dificuldades são impostas, muitas vezes, de forma jurídica e a falta de oportunidade é vista como uma falha social que recai sobre o grupo e não apenas sobre o indivíduo. Criam-se sociedades onde as fronteiras são fechadas por muros, o que impossibilita ou dificulta o transitar livremente de um lado para o outro e principalmente não permite a visualização do outro lado, deixando claro qual o espaço que cada grupo possui; existem portas muito bem vigiadas e a permanência do outro se faz pelo merecimento, mas também é para poucos.

12. *Quanto ao tipo de movimento político a que inspira:*

- Preconceito racial de Marca - a luta do grupo discriminado tende a se confundir com a luta de classes;
- Preconceito racial de Origem - o grupo discriminado atua como uma “minoría nacional” coesa e, portanto, capaz e propensa à ação conjugada.

Como no preconceito de marca os grupos discriminados normalmente fazem parte ou encontram-se na parte de baixo da escala social e, o número de indivíduos

nestes grupos é muito grande, as lutas se misturam com as lutas sociais por melhores condições de vida, ou simplesmente, por acesso aos direitos básicos de higiene, educação, saúde, segurança, moradia, emprego, cultura, entre outros. Como as lutas raciais são realizadas individualmente, quando as lutas são coletivas cria-se a sensação de que é uma luta social e não racial, pois passam a atender as necessidades de determinadas classes, como a dos pobres, dos sem teto, dos sem terras, dos desempregados, das mulheres, etc., desvinculando o foco da raiz do problema que é racial.

Nas sociedades onde o preconceito é de origem, as lutas estão sempre vinculadas às questões raciais e sociais, pois os indivíduos representam o grupo racial ao qual pertencem da mesma forma que o grupo representa o indivíduo que faz parte dele. Desta forma, se a maioria dos pobres de uma determinada região possui a mesma identidade racial sua luta significa melhores condições sociais para aquela região e isso se torna uma referência para outros grupos da mesma raça que estejam na mesma situação em outras regiões. A conquista do grupo discriminado significa uma conquista ou uma força para futuras lutas sociais para outros grupos. Quando se luta sozinho, está indiretamente representando o grupo ao qual pertence e, por isso, a possibilidade de conseguir apoio durante o processo é grande, o que dá segurança para se expor e possibilita alcançar os objetivos de forma mais rápida, pois quanto mais demorado o processo, maior adesão conseguirão os indivíduos envolvidos, o que pode causar um grande conflito.

Esses são os doze elementos de análise trazidos por Nogueira (2006), lembrando que os conceitos foram por ele analisados dentro de um conceito ideal, o que dificilmente encontraremos dentro de qualquer sociedade pelas formas dinâmicas em que acontecem as relações humanas e pelas próprias características e dinâmicas apresentadas tanto pelo conceito de raça quanto pelo conceito de racismo.

Temos que entender também que essas formulações trazidas foram estudadas e formuladas no início de década de 1950, e tinham como objetivo entender as relações entre negros e brancos fazendo uma comparação entre a sociedade brasileira e a sociedade estadunidense, sociedades essas que se encontram, atualmente, muito diferentes. Mesmo assim, é relevante entendermos as diferenças entre o preconceito racial de marca e o preconceito racial de origem por serem, ainda hoje, a base ideológica que regula as relações humanas e sociais das duas sociedades e, conseqüentemente, formaram duas nações distintas, que olham o mundo de forma bem

diferentes. Acreditamos que o preconceito racial, seja ele de marca ou de origem, é um elemento estrutural do modo de ser de cada sociedade, que aparece nas relações humanas e sociais das mais variadas.

Enquanto na sociedade estadunidense os indivíduos possuem clareza de sua identidade e as lutas são coletivas, na sociedade brasileira os indivíduos não possuem uma identidade clara, transitando entre as muitas possibilidades conforme a situação e suas lutas são individuais.

O preconceito racial de marca possui uma flexibilidade muito grande e esconde o racismo em questões sociais, educacionais, morais, afetivas e econômicas de uma forma tão eficiente que podemos, em muitos casos, até defender a não existência do racismo em nossa sociedade, colocando a culpa das dificuldades no indivíduo e não no processo histórico social no qual está inserido. A flexibilidade do preconceito racial de marca é tão eficiente que, quando acontece uma situação de conflito, muitas vezes, a pessoa discriminada fica como culpada, pois ela reclamou de uma situação que é comum, e por isso não é um ato racista, ato este que pode ser explicado como uma brincadeira, uma piada, uma falta de educação, um momento de raiva, um desentendimento entre as pessoas envolvidas na discussão e, em algumas vezes, a explicação culpa o ofendido dizendo que o racismo está dentro da pessoa, ela que vê preconceito em tudo.

Os conflitos são suavizados e, na maioria das vezes, não possuem um caráter cultural, pois os indivíduos se identificam, não raro, dentro do mesmo aspecto cultural. Podemos usar como exemplo a religião, onde no Brasil as pessoas se identificam com uma religião específica, mas transitam em outras religiões antagônicas, dificultando assim, o conflito religioso, mas também não assumem de forma convincente uma religião e suas doutrinas. A hierarquia racial é mantida de forma sutil e sem resistência.

Nas sociedades onde o preconceito racial de marca é predominante existe uma valorização exagerada do outro, do estrangeiro em detrimento do interno, do eu. Valoriza-se a cultura, o tipo físico, os conceitos educacionais, políticos, sociais e econômicos, principalmente de europeus e estadunidenses, sendo que o racismo e o etnocentrismo são evidentes, apesar de camuflados. Nega-se de forma constante a cultura, o tipo físico, o envolvimento político e as lutas de afirmação do povo por um sentimento de construção e que no futuro tudo será melhor. Nega-se desta forma, a responsabilidade de construir uma sociedade mais justa e melhor como também uma

identidade positiva dos indivíduos e grupos que a compõe.

Já nas sociedades onde o preconceito é de origem o conflito racial é, muitas vezes, amenizado com o termo preconceito étnico, que na prática tem o mesmo efeito, só que as fronteiras raciais e culturais são claras e os conflitos são constantes, podendo acontecer conflitos raciais e culturais. Os conflitos têm como objetivo valorizar a identidade racial e cultural na qual o indivíduo se encontra e, ao mesmo tempo, provar que suas crenças e raças são superiores à do outro. A hierarquia racial é mantida através do confronto e, constantemente, posta em questão. Nessas sociedades podemos relatar, por exemplo, guerras baseadas nas diferenças religiosas, onde os indivíduos não circulam em ambientes ou participam de ritos religiosos que não sejam iguais ou, se aproximem muito com aqueles ao qual pertençam.

Nas sociedades que possuem como base ideológica os ideais do preconceito racial de origem, os indivíduos e grupos lutam pela autoafirmação possuindo uma postura de luta coletiva para o benefício de todo o grupo, os quais são claramente identificados, não existindo grupos intermediários. Onde a base ideológica são os ideais do preconceito racial de marca, os indivíduos não se assumem racialmente, chegando, muitas vezes, a se negarem conforme a situação. Sua postura é evitar o conflito, a luta é individual e as conquistas não beneficiam o grupo e sim, apenas o indivíduo. Nestas sociedades, a existência de grupos intermediários é uma realidade e, muitas vezes, passa a ser assumida como identidade unificadora dos vários grupos. É o caso da sociedade brasileira, que tem no mestiço o grupo unificador da identidade nacional, o que não possibilita a afirmação racial dos indivíduos que compõem essa sociedade, pois o grupo intermediário ao mesmo tempo é de todos e de ninguém.

Como podemos perceber, a sociedade brasileira tem uma formação baseada em ideologias raciais complexas e extremamente dinâmicas, o que nos faz acreditar na importância de entendermos melhor como os conceitos de raça e racismo influenciaram a formação do povo brasileiro e legitimaram a mestiçagem que por aqui aconteceu de forma contínua, utilizada como dispositivo de poder pelos governantes.

CAPÍTULO II - MESTIÇAGEM COMO DISPOSITIVO HISTÓRICO

O fenômeno da mestiçagem não é uma invenção atual e nem foi criada no território nacional, mas existe desde os primórdios da humanidade, sendo utilizada de

várias formas, principalmente como ferramenta política de dominação. No Brasil, essa discussão se encaminha em torno da identidade mestiça que, a princípio, reúne todos os brasileiros.

A mestiçagem é sem dúvida um fato histórico, que faz parte das relações humanas resultantes do encontro entre os diferentes povos e sociedades, acontecendo, em alguns momentos, de forma espontânea e em outros, como um projeto planejado e pensado para manter um sistema político-econômico e, principalmente, para manter a hierarquia racial e étnica estabelecida pelas ideologias raciais. Sua ocorrência pode ser considerada um fenômeno mundial, pois acredita-se que desde as primeiras sociedades ou agrupamentos humanos ela aconteça e “... dificilmente, uma sociedade ou um conjunto de pessoas escapariam de tal processo, tomando por base que não existe cultura, sociedade ou indivíduo biológico de origem pura ou mesmo estática sob influências do tempo e do espaço”. (NETO, 2013, p. 02)

A mestiçagem pode ser vista com parte do processo de expansão e dominação dos povos colonizadores que causaram genocídios, relações forçadas, perda da identidade do povo colonizado, a criação de ideologias e de postulados científicos e religiosos direcionados para justificar as ações dos colonizadores, criando assim, uma hierarquia entre as sociedades e entre os grupos humanos.

Também pode ser vista como um processo de troca entre os diferentes, que formaram novos povos, fenotípica e culturalmente diferentes dos originais, através das relações afetivas e sexuais baseadas no respeito e na afetividade para formarem um novo ser, criando assim, novos arcabouços de valores culturais para a humanidade.

O termo mestiçagem precisa ser repensado para que seja possível compreender o processo no qual foi criado e entender como se tornou uma ferramenta política de dominação, que fez do mestiço um ser político sem lugar determinado que não é “nem um, nem o outro”, dos seres originais e sim, um terceiro, muitas vezes negado e sem lugar.

É importante entender que não existem culturas, povos, indivíduos e sociedades puras, isso apenas acontece no plano das ideias, pois na prática, a troca entre os diferentes acontece constantemente e essas trocas causam transformações em todos os envolvidos, surgindo um novo ser ao final de cada encontro e Moraes (2001), defende que:

É óbvio que nenhum agrupamento humano culturalmente identificável permanece o mesmo depois de seu contato com outro. Pelo fenômeno

inevitável da aculturação, algumas culturas acabam predominando sobre as outras. Influenciando mais do que sendo influenciada. Mas, inevitavelmente, nesse contato até as que preponderam se modificam - se transformam, do mesmo modo que as, vamos chamar assim, menos poderosas, de algum modo conseguem preservar traços essenciais de sua identidade... (p. 38)

Mestiçagem deriva do termo mestiço, que provém do adjetivo latino, *mixticius* e Neto (2013), ainda nos traz uma definição mais ampla quando diz que:

O mestiço é a derivação desse processo que envolve o biológico, o físico e o cultural e constitui-se na mistura resultante dele. Do ponto de vista populacional, mestiço significa descendente de indivíduos biológica e culturalmente diferentes e/ou indivíduo cujos pais ou ascendentes são de nações diferentes. (p. 03-04)

Dizer simplesmente que o mestiço nasceu da mistura entre sujeitos diferentes, não é o suficiente, mas quando observamos os termos biológico, físico, cultural e nação percebemos a complexidade que nasce junto com o ser mestiço, pois cada um dos termos, individualmente, gera uma gama de possibilidades e reflexões, o que dizer então, quando estão todos juntos no mesmo ser, esta união “... não é uma simples mescla de estruturas ou práticas sociais discretas, puras, que existem em forma separada, e ao combinar-se, geraram novas estruturas e novas práticas.” (CANCLINI, 1997, p. 113)

Sujeitos podem ser diferentes na cultura, no fenótipo e na nação, ou apenas em um destes aspectos. Aqueles que são formados por sujeitos de culturas diferentes, possuem um entendimento da mestiçagem mais relacionada à questão étnica; aqueles que são formados por sujeitos fenotipicamente diferentes, possuem um entendimento da mestiçagem mais relacionado à questão racial. Quando os sujeitos são diferentes fenotipicamente e culturalmente, as questões são raciais e étnicas e, ao incorporar o termo nação, podemos entender que os indivíduos deste grupo são semelhantes, jurídica, política e geograficamente.

Todos esses encontros traduzem-se no surgimento de um novo ser, que deverá em algum momento se identificar com um dos lados de sua origem ou se identificar como mestiço. Cada escolha requer uma renúncia (negação) ou uma aceitação (afirmação) e ter uma ““identidade” significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular — e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar” (BAUMAN, 2003, p. 21). No caso do indivíduo formado do encontro entre os diferentes culturalmente, o mesmo poderá se identificar com uma das etnias originais ou

ainda com uma etnia mestiça e, entendemos que a identificação dos indivíduos depende das suas simbologias de pertencimento com uma ou com outra etnia.

A mestiçagem é estudada levando em conta normalmente duas hipóteses: uma delas diz que a mestiçagem elimina identidades, não gera outra e degenera todos os grupos envolvidos. A segunda defende que a mestiçagem é capaz de manter o vínculo afetivo e histórico com as diversas ancestralidades como também é capaz de construir uma nova identidade. A primeira hipótese se baseia na negação das identidades originais e da identidade mestiça, já a segunda baseia-se na afirmação do passado e, principalmente, na aceitação da identidade mestiça.

Tanto uma como outra, nos possibilita estudar as transformações ou permanências de características físicas e culturais dos povos e, isto justifica a ideia de que não existem povos, culturas, indivíduos ou sociedades puras, além do mundo das ideias, sendo que os novos seres “podem constituir uma fusão quase total dos fatores formativos ou mesmo uma conjunção de elementos impermeáveis que não se misturam, mas coexistem em uma mesma conformação.” (NETO, 2013, p. 5)

A mestiçagem é um fenômeno que acompanha as sociedades, desde tempos remotos e, para entendermos como a mestiçagem aconteceu ou foi utilizada no Brasil, temos que retornar aos estudos de Moore (2007) e Cunha (2004), quando analisam o proto-racismo no mundo greco-romano e no mundo árabe-mulçumano onde relatam como a mestiçagem era utilizada por esses povos.

Os greco-romanos construíram uma mestiçagem com objetivos políticos e assimilação cultural entre as elites políticas, administrativas e intelectuais com os povos por eles dominados. Criaram uma hierarquia étnica na qual o povo greco-romano ocupava o topo da pirâmide, e quando as relações matrimoniais aconteciam significava que os dominados reconheciam publicamente a superioridade dos dominadores e lhes entregavam o poder de conduzir os rumos desses povos; ao mesmo tempo dava o direito do povo dominado de se incorporar ao povo greco-romano sem, contudo abandonar sua cultura e sua identidade.

Foi uma forma que os greco-romanos encontraram de se fazerem presentes fisicamente na vasta extensão dos seus domínios e espalhar seu modo de pensar, agir e viver. As questões envolvidas eram étnicas e a mestiçagem não era um problema, pois o encontro acontecia entre as diferentes etnias que habitavam o continente europeu o domínio era étnico-cultural, com uma perspectiva universalista. A dominação se dava

através das armas e depois através da cultura, criando uma hierarquia étnico-cultural, onde os gregos e romanos ocupavam o topo da pirâmide.

Isso muda quando os mesmos começam a expandir suas conquistas para os continentes africano e asiático, onde o outro é fisicamente diferente. As questões raciais passam a ser mais importantes que as questões culturais, desenvolvem-se barreiras raciais e a mestiçagem passa a ter uma função política voltada para a eliminação racial e cultural do outro, justificada pelas ideologias racistas da época. Perde-se o caráter universalista de inclusão e surge o caráter etnocêntrico e racista que prima pela exclusão e eliminação do outro.

Os gregos e romanos desenvolveram uma mestiçagem de inclusão para as relações dentro do continente europeu, onde o outro era semelhante fisicamente e uma mestiçagem de exclusão para as relações fora do continente europeu, onde o outro era fisicamente diferente.

Cunha (2004) faz referências sobre o processo de mestiçagem racial no mundo árabe-mulçumano, os quais chamavam de mulatização, como ferramenta política de dominação no processo de ampliação do Império Árabe no continente africano e relata que:

... a 'mulatização' se constituiu em um processo de transição da escravidão à liberdade e o reconhecimento social num ambiente que era decididamente antinegro. A conversão religiosa e adoção dos modos árabes, da língua, e dos preconceitos árabes foram o corolário da 'mulatização', ou o processo pelo qual os negros se viam integrados na sociedade árabe, porém não mais como negros, mas como árabes. A integração e a 'mulatização' unilateral (homem árabe/mulher africana) eram inseparáveis neste processo de mobilidade social vertical para população [escrava]. Daí, o caráter "ameno" das relações entre brancos e negros nesses lugares (Moore, 1995 apud CUNHA, 2004, p. 41).

Esse processo político de mestiçagem racial criou um sistema de admissão do mulato para o grupo dominante, permitindo que os conflitos raciais fossem diminuídos, pois o processo visava à exclusão do negro. Tendo o homem árabe como ser ativo e a mulher negra como ser passiva do processo de mestiçagem é construída uma hierarquização dos grupos envolvidos, onde os árabes ocupam o topo da pirâmide e os negros ocupam a base da mesma, como acontecia no mundo greco-romano.

Nos dois mundos, a mestiçagem foi uma ferramenta de dominação e de afirmação do dominante e uma ferramenta de exclusão e negação do dominado. O

mestiço serve como meio de controle social para os dominantes e de ascensão para os dominados, assim como elo de unificação dos diferentes.

As questões raciais envolvidas na mestiçagem no mundo greco-romano e no mundo árabe-mulçumano, futuramente seriam um dos principais dilemas vividos nos países da América, como é o caso do Brasil. As relações humanas individuais e coletivas foram formadas dentro da mesma ótica, tendo a mestiçagem como ferramenta de dominação étnico, racial e cultural de inclusão em alguns momentos e de exclusão em outros.

2.1. – A NOSSA HISTÓRIA COM A MESTIÇAGEM

Os estudos sobre a mestiçagem acontecidos no Brasil possuem dois focos distintos, que variam conforme o momento histórico, entre uma visão positiva ou negativa do fenômeno, tendo como base ideológica o referencial da hierarquia racial, da superioridade dos povos e da cultura europeia sobre os outros povos e culturas.

Como agentes deste processo o foco recai sobre as relações que envolvem os povos indígenas, africanos e europeus, o que se justifica quando estudamos o período colonial até aproximadamente os anos de 1930. A partir deste momento, o número e a diversidade dos imigrantes que chegaram ao Brasil, aumentaram de forma expressiva, sendo necessário pensar em outras combinações, como as que envolvem os asiáticos, muçulmanos e outros povos europeus além dos portugueses, como os alemães, ucranianos, poloneses, italianos, espanhóis, etc., o que permite fazer uma nova leitura a partir de 1970, até os dias atuais.

Por causa deste grande número de envolvidos, pela forma que foi utilizado pelos grupos, pelas simbologias criadas, pela afirmação e negação impostas aos indivíduos e aos grupos, este fenômeno, segundo Lima (2006), “... está longe de ser simples. Pelo contrário, tem sido motivo de muitos debates acerca de seu significado e suas consequências sociais e políticas para o entendimento da sociedade brasileira”. (p. 175)

No caso brasileiro, a mestiçagem ocorreu desde seu início com povos de raças, etnias e nações diferentes, tornando-se assim uma mestiçagem complexa e cheia de novas alternativas e possibilidades. O encontro ocorreu, inicialmente, entre indígenas (nativos), brancos (europeus) e negros (africanos), tendo o homem europeu relacionando-se com mulheres índias e negras.

No início da colonização do Brasil duas características importantes em relação aos portugueses podem ter facilitado o processo inicial da mestiçagem: o grande número de homens que migravam de Portugal para tentar a sorte na nova colônia, relacionado ao pequeno número de mulheres portuguesas que tentavam a mesma sorte, causando uma escassez de mulheres brancas e, segundo, a falta de homens em número suficiente na metrópole para ocupar e defender o extenso território que ainda contava com colônias na África e na Ásia. Essas características facilitaram a aprovação da mestiçagem pela elite portuguesa que via no relacionamento com as mulheres nativas uma forma de resolver essas questões.

Em relação ao índio uma característica importante era o costume de incorporar estranhos à suas comunidades através do *cunhadismo*, “que consistia em lhes dar (ao estrangeiro) uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo” (RIBEIRO, 1995, p. 81).

Essas uniões davam ao índio um membro novo a seu patrimônio familiar, o que aumentava sua participação e liderança dentro da comunidade e ao português serviu para o recrutamento de mão-de-obra e de ocupação física no novo território.

Isso possibilitou a formação do primeiro mestiço em solo nacional, o *brasilíndio* chamado de *mameluco* e, destas uniões formaram-se famílias, onde mestiços foram gerados, os quais depois formaram outras famílias unindo-se a pessoas indígenas, brancas ou a outros mestiços. Estas famílias foram aumentando em número até tornarem-se a maioria das famílias brasileiras, sendo que em 1570 menos de um quarto da população das comunidades portuguesas eram formados por portugueses tinham no *mameluco* o grosso da população.

Os *mamelucos* gerados na maioria das vezes, por pais brancos e por mães indígenas foram os primeiros brasileiros que sofreram com o peso da escolha da identidade e com a negação vinda com o processo de mestiçagem, pois:

... foram vítimas de duas rejeições drásticas. A dos pais, com quem queriam identificar-se, mas que os viam como impuros filhos da terra [...]. A segunda rejeição era a do gentio materno. Na concepção dos índios, a mulher é um simples saco em que o macho deposita sua semente. Quem nasce é o filho do pai, e não da mãe, assim visto pelos índios, Não podendo identificar-se com uns nem com outros de seus ancestrais, que o rejeitavam, o *mameluco* caía numa terra de ninguém, a partir da qual constrói sua identidade de brasileiro.” (RIBEIRO, 1995, p. 108-109)

Podemos considerar o mameluco como o primeiro brasileiro constituído nestas terras, consciente da sua diferenciação em relação aos seus ancestrais, tanto na cultura, na etnia e na constituição física. Possuidores de uma flexibilidade de gente nova que construiu sua própria língua, chamada de nheengatu ou língua geral, tinham sua própria forma de ver o mundo, dominavam a tecnologia portuguesa e os conhecimentos ancestrais dos nativos da terra. Surge, neste momento, um indivíduo fragmentado, que não possuía “uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade tornou-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 2006, p. 13). Aparecem desta forma, sujeitos fragmentados entre dois mundos distintos, possuidor não de uma identidade, mas, ao mesmo tempo, de várias e de nenhuma.

Décadas depois, os portugueses incorporam um novo elemento nas relações sociais e individuais, que é o contingente negro, trazido do continente africano para o trabalho escravo. Acredita-se que Martim Afonso de Souza¹⁰, tenha trazido em 1530, a primeira leva de negros para o país. Somente em 29 de março de 1549, a Coroa Portuguesa autoriza o comércio de negros africanos para serem escravos. Esse comércio cresceu de forma rápida e em 1583, já existiam 14.000 escravos negros, numa população de 57.000 habitantes. Em apenas trinta e quatro anos a população de escravo atingia o contingente de aproximadamente um terço da população, que ainda era composta por índios e mamelucos, além dos portugueses.

Várias estratégias foram utilizadas para o controle do contingente negro, estratégias que tiveram início desde o primeiro momento: era evitada a concentração de negros da mesma etnia, tanto nos navios como nas propriedades desta forma, eram separados de familiares e amigos. Os castigos físicos, a tortura psicológica, péssimas condições de trabalho, de moradia, de alimentação, de sobrevivência, a proibição de práticas culturais como a língua e a religião, somadas ao isolamento afetivo e sexual, causaram a desumanização destes negros.

Os negros encontraram uma sociedade mestiça, composta por índios, portugueses e mamelucos, na qual tiveram que aprender a viver e a reconstruir sua identidade individual e coletiva, construindo em cada indivíduo um novo ser e, na forma

¹⁰ Martim Afonso de Sousa (1500-1571) foi militar português, comandante da primeira expedição colonizadora, enviada ao Brasil, pelo rei de Portugal D. João III, no ano de 1530. Foi nomeado conselheiro da Coroa. Primeiro donatário da Capitania de São Vicente.

coletiva um novo elemento para a mestiçagem brasileira.

Como aconteceu com o contingente português, também era escassa a presença de mulheres negras, o que levou os homens negros a se misturarem com mulheres indígenas, dando origem ao que foi chamado de Cafuzo, enquanto as poucas mulheres negras tinham relações sexuais com homens brancos, na maioria das vezes relações violentas e sem consentimento por parte da mulher. Desta relação, nasce o Mulato.

Esse novo contingente, de novos mestiços, teve a mesma rejeição enfrentada pelos mamelucos que, segundo Ribeiro (1995) “... ou eram brasileiros ou não eram nada, já que a identificação com o índio, com o africano ou com o brasilíndio era impossível.” (p. 128)

Dentro deste contexto em que foram criadas as relações sociais, afetivas e amorosas da colônia, não podemos deixar de considerar que, até mesmo o português que veio morar e, principalmente, aqueles que haviam nascidos no Brasil, eram perante os portugueses da metrópole e dos outros europeus, considerados inferiores. Os mesmos viviam influenciados pelo sonho de se tornarem europeus de valor e identificados como pertencentes à metrópole. Esse branco nascido longe da metrópole também se sentia isolado por viver em uma terra onde seu semelhante era minoria étnica e cultural e, mesmos eles eram diferentes dos outros portugueses e europeus.

A mestiçagem no Brasil, sempre teve como referência as ideologias raciais que hierarquizavam os grupos humanos em superiores e inferiores. Até mesmo no início da colonização, os portugueses viam o índio como inferior e selvagem. Mais tarde, o peso da inferioridade passa para a população negra trazida para o serviço escravo, e esta visão hierarquizada passa depois para os mestiços, de alguma maneira atingindo o português e seus descendentes que aqui vivem.

As relações afetivas e sexuais entre as diferentes raças e etnias aconteciam de forma cada vez mais evidente, com um aumento considerável do contingente mestiço na constituição da população. Apesar, disto, a maioria das uniões sexuais dos homens portugueses e mulheres indígenas, negras e mestiças não se transformavam em relações oficiais e as que viravam, aconteciam às margens da lei, pois o matrimônio interracial era proibido por lei e foi somente em “... Abril de 1755 que uma lei, de iniciativa do Marques de Pombal, declarou que os brancos que se casassem com índias – mas não com negras – ficavam livres de infâmia...”. (RUY, 2005, s/p)

De certa forma, todos os grupos envolvidos na formação do povo brasileiro,

sejam eles, mestiços ou não, sofreram com a negação de suas identidades, tendo que enfrentar uma luta constante para saber quem eram e qual o papel lhes era destinado neste novo mundo que juntos criaram. Apesar de ter o europeu (branco) como ideal a ser alcançado, índios, negros e mestiços criaram um mundo simbólico tão complexo que envolveu até mesmo o europeu, o qual, com o passar do tempo, se tornou diferente do europeu da metrópole, sendo também tratado como diferente.

O dispositivo da mestiçagem incutiu no pensamento dos estudiosos e da elite dirigente da colônia e mais tarde do país uma visão pessimista, chegando a colocar na mestiçagem a culpa pelo atraso do Brasil em relação aos países civilizados, principalmente em relação aos países europeus.

As relações ocorridas neste processo tão longo e complexo da formação do povo brasileiro nos diferencia de qualquer outra sociedade e possibilita, segundo Ribeiro (1995), o surgimento de um povo novo. Novo porque surge das mais variadas combinações raciais e étnicas que os tornam diferentes de seus ancestrais e porque era visto e se via, como diferente dos outros povos da época.

A mestiçagem como fator identitário do povo brasileiro ganha dimensões culturais, antropológicas, psicológicas e sociais, pois envolve todos os aspectos da vida cotidiana do brasileiro, suas crenças, seus saberes, seus sincretismos, suas práticas culturais, sua forma de relacionar-se com o mundo concreto e abstrato e com a forma de ser diferente dos outros povos. Fica evidente que falar de mestiçagem e identidade nacional é falar de um fenômeno social, é falar de relações complexas entre as pessoas que compõem esta sociedade.

Concordamos com Tadei (2002) quando diz que a mestiçagem brasileira, não foi natural, ela foi e ainda é um projeto político, em que o dispositivo da mestiçagem, foi pensado e planejado com objetivos bem elaborados e, por este motivo a mestiçagem deve ser vista como um fato histórico, resultante dessa hegemonia europeia.

Enquanto dispositivo de poder, a mestiçagem brasileira envolve um conjunto de saberes e de estratégias que atuam no nosso inconsciente coletivo através de ideologias e de subjetividades que direcionam nosso modo de pensar, de viver, de nos enxergarmos perante nós mesmos e, principalmente, perante aos outros (o estrangeiro), causando assim, dificuldade de pertencimento étnico, racial e cultural.

Esse longo processo de formação do povo brasileiro através do dispositivo da mestiçagem, deixou como herança cultural no inconsciente coletivo um senso de

inferiorização do que é nosso e uma supervalorização do que é dos outros, uma negação de nossas raízes étnicas, raciais e culturais que nos impossibilita de lutarmos por uma causa coletiva e ao mesmo tempo, cria condições para aceitarmos nossas características como inferiores quando comparadas ao estrangeiro, principalmente, ao europeu.

Conforme Tadei (2002), o dispositivo da mestiçagem possui algumas características que podem explicar as relações acontecidas em nossas terras durante esses séculos:

... ele incita à mistura étnica; coloca a sexualidade num plano estratégico, ou seja, como o veículo capaz de promover a confraternização das etnias; dilui a identidade nacional, ao apostar num amálgama capaz de unir os vários elementos que compõem nossa nacionalidade, porém, manobra essa identidade em construção para determinadas direções, conforme a conjuntura de cada período de nossa História; coloca-nos numa busca insistente pela nossa identidade nacional, impedindo um envolvimento maior com a própria nacionalidade por parte dos brasileiros; ele é, ainda, produtor de subjetividades dóceis e mal delimitadas, uma vez que promove a mistura étnica apagando as origens, apagando o passado e suas contradições, voltando-se para o futuro e des-historizando as raízes históricas individuais e nacionais.” (p. 8-9)

É fácil identificar em nossa trajetória as características dadas ao dispositivo da mestiçagem, mas temos também que aprofundar nossas análises dentro do processo histórico deste fenômeno, pois o mesmo sofreu influências das mais distintas, que direcionaram as escolhas da elite intelectual, econômica, política e administrativa do nosso país. Vamos dividir esse percurso em quatro momentos, três deles realizados por Tadei (2002) e um analisado por nós, a partir de 1980.

- Do século XVII a meados do século XIX, onde tivemos um saber relacionado ao meio religioso, favorável à mestiçagem;
- Da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando esse saber ganha um cunho científico, desfavorável a mestiçagem;
- A partir da década de 1930, passa a ter um cunho cultural, favorável à mestiçagem. Momento em que se consolida a ideia de democracia racial; e
- A partir da década de 1980, onde a ideologia da mestiçagem é desconstruída e, se inicia a construção de uma nação dividida na bipolarização racial negro – branco, culminando com a implantação das Políticas de Ações Afirmativas.

Vamos fazer uma prévia análise de cada momento e procurar entender como cada um deles trouxe um novo elemento para o processo de mestiçagem brasileiro.

2.1.1 - Momento 1 - Do século XVII a meados do século XIX, onde tivemos um saber relacionado ao meio religioso, favorável à mestiçagem;

Neste período, a mestiçagem já estava instituída na sociedade brasileira e começaram os primeiros estudos sobre o fenômeno, sendo que três correntes de pensamento da época ganharam destaque: A corrente dos beneditinos¹¹, que buscavam uma melhora da mão-de-obra; a dos jesuítas¹² que buscavam a moralização da colônia e, a da elite administrativa, política e intelectual da colônia que buscava o controle social dos escravos.

Nesta época, o mestiço era considerado pelo povo da colônia como o mais adaptado para suportar as solicitações desta terra, crença também compartilhada pelos beneditinos, “... frades argutos que, no Brasil, andaram sempre a fazer experiências de genética com os seus escravos para chegarem à conclusão, no século XVIII, de que os melhores, os mais dotados de inteligência e de talento, eram os mulatos.” (FREYRE, 1951, p. 1001-1002).

Os beneditinos fizeram seus estudos voltados para a melhoria da mão-de-obra, já que os mesmos eram donos de engenhos e necessitavam, constantemente, de trabalhadores qualificados. Podemos destacar as qualidades da inteligência e do talento dados ao mulato, fruto provavelmente da melhor condição do relacionamento, da compreensão da língua e da cultura da colônia em relação aos negros escravos vindos do continente africano, o que dava aos mesmos condições mais favoráveis para o aprendizado e, principalmente, melhores condições de colocar esse aprendizado em prática durante o trabalho nos engenhos. Os beneditinos postulavam a mestiçagem de forma positiva para a melhora da mão-de-obra em relação ao trabalhador indígena e africano, vendo nos mesmos, a melhor saída para seus empreendimentos.

No século XVIII, a igreja está preocupada com a moralização da colônia, devido ao grande número de pagãos, constituídos por índios e negros. O mestiço surge como

¹¹ Também conhecida como Ordem de São Bento, é uma ordem religiosa católica de clausura monástica. Chegaram ao Brasil em 1581.

¹² Conhecida como Companhia de Jesus, é uma ordem religiosa fundada em 1534 e liderada por Inácio de Loyola. Chegaram ao Brasil em 1549.

um estágio evolutivo nas questões religiosas em relação aos seus ancestrais, pois índios e negros eram considerados representantes do mal, e o europeu cristão era o representante do bem, para onde caminhava o mestiço. Hoomaert (1993) relata as ideias do Padre Antônio Vieira¹³ em relação aos mestiços

... na teologia colonial, em Vieira, por exemplo, a mestiçagem é comparada a um purgatório entre o mundo negro (entregue às forças do mal) e o mundo branco dos cristãos. Uma espécie de 'paedagogia ad Christum' (Clemente de Alexandria). Aliás, o sincretismo entre as formas 'pagãs' (africanas, indígenas) e as formas 'cristãs' (leia-se européias) também é interpretado assim, de forma pedagógica, como estágio intermediário entre o mal e o bem, entre o pecado e a virtude (p. 27).

O mestiço ganha, desta forma, a função de salvador religioso dos seus ancestrais, pois estaria num ponto intermediário entre o mal e o bem, mas alcançaria o lado do bem com a ajuda dos jesuítas, através da catequese e da aceitação da fé cristã. Desta forma, não seria a salvação apenas dos seus ancestrais, mas de todo o povo da colônia por serem os mestiços em maior número.

Uma das missões mais importantes, assumidas pelos portugueses, era a de conduzir os povos pagãos para a fé cristã, associando esta,

... como sendo uma tarefa civilizatória apenas admitida devido o reconhecimento da existência de uma boa alma que caracterizaria o inocente selvagem. No entanto, se os povos indígenas eram dotados de uma inocente pureza, precisando receber dos civilizados brancos a orientação evangelizadora que restava para alcançar a consciência de sua humanidade, o que dizer dos negros, que então viriam como escravos e tidos como inferiores? (MORENO, 2011, p. 21)

Outro problema da época, que buscou a solução na valorização do mestiço foi a busca pelo controle social dos escravos, pois o medo de uma revolta por parte dos mesmos era incessante já que não existia uma constante cultural, étnica ou racial que unisse as diferentes etnias e raças que formavam o povo da colônia e o mestiço poderia ser esse elo entre os diferentes. Essa preocupação se manteve durante o período colonial e em 1821, Francisco Soares Franco¹⁴, defendia a mestiçagem como solução para o controle social. Freyre (1951) relata que:

Do assunto já se ocupara Francisco Soares Franco em *Ensaio sobre os Melhoramentos de Portugal e do Brasil*, publicado em 1821, onde

¹³ Antônio Vieira (1608-1697) chegou à Bahia em 1619.

¹⁴ Francisco Soares Franco (1810-1885). Militar e Nobre Português, foi o primeiro Visconde de Soares Franco.

reconhecera: 'A casta preta he hoje a dominante no Brazil', isto é, dominante pelo número. Daí sua sugestão para que se estimulasse a mestiçagem e se favorecesse o mestiço, desenvolvendo-se a emigração de europeus e proibindo-se a importação de negros. Os brancos substituíram os negros nas cidades marítimas, já no serviço doméstico, enquanto os pretos se concentrariam nos sertões nos trabalhos de minas e plantações. Apelava para o legislador no sentido de que os mestiços não pudessem legalmente casar senão com indivíduos de 'casta branca ou índia', promovendo-se assim o 'baldeamento' dos mestiços na 'raça branca'. ... (p. 1008-1009).

A ideia defendida por Francisco Soares Franco seria utilizada décadas depois na chamada ideologia do branqueamento, que buscava além do controle social colocar o país entre os civilizados e desenvolvidos.

Durante este período, o mestiço foi valorizado em relação aos seus ancestrais índios e negros, como uma evolução dos mesmos, mas ainda continuavam a ser desvalorizados em relação ao europeu. Os mesmos eram considerados como um passo importante para a evolução dos povos atrasados, representados por seus ancestrais, a caminho da evolução representada pelos europeus.

Apesar disto, cria-se uma ideia positiva sobre o processo de mestiçagem e, o mestiço passa a ter condições de ascensão social, política e econômica em relação aos seus ancestrais, já que era considerado mais apto para o trabalho, mais adaptado para enfrentar as condições adversas dos trópicos e um elo entre as etnias e raças diferentes que aqui se encontravam, possibilitando, desta forma o sonhado controle social.

2.1.2 - Momento 2 – Da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ganha cunho científico, momento desfavorável à mestiçagem.

Neste período, as discussões sobre a mestiçagem tiveram como base intelectual as teorias do darwinismo social e o evolucionismo, que influenciaram de forma fundamental o pensamento dos cientistas, intelectuais e políticos da época, os quais se dividiam em dois grupos: os que enxergavam a mestiçagem como fator positivo e os que a enxergavam como fator negativo para o desenvolvimento do país.

Percebe-se uma mudança na forma de analisar o mestiço em relação ao primeiro momento, no qual a visão era apenas positiva. A influência do darwinismo social começa a transformar a forma como as elites olham o povo brasileiro, principalmente, por estarem ocorrendo mudanças que obrigavam a pensar numa identidade para o povo

brasileiro e também em um projeto de desenvolvimento para o país.

Neste momento, a cor dos indivíduos ganha o centro das atenções, pois o indivíduo negro passa a ser considerado como um obstáculo para o desenvolvimento social, econômico, político, cultural e até mesmo racial do país. Desta forma, a mestiçagem, de brancos com negros, poderia levar o país para um novo patamar de evolução e civilização, pensamento positivo da mestiçagem e, por outro lado, é postulado que a mestiçagem iria degenerar a raça branca através do contato com os negros. Cada grupo deveria seguir sua história de forma separada, até a eliminação do contingente negro, pensamento negativo da mestiçagem.

O Brasil, ao final do século XIX, era um país em transformação, transformações essas que mudariam os rumos do país. Em 1822 conseguiu sua independência, em 1850, com a instituição da Lei Eusébio de Queirós, que firmava o fim do tráfico negreiro, iniciava a desconstrução da estrutura escravocrata. Em 1871 é promulgada a Lei do Ventre Livre, em 1888 acontece a Abolição dos escravos e, em 1889, a Proclamação da República. Acontece a passagem do Império para a República. Começa a transição do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial, com a mudança do trabalho servil pelo trabalho livre, e São Paulo se torna o novo polo econômico do Brasil.

A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, consolidada com a abolição da escravatura (1888), significou a entrada do Brasil em um novo tempo no que se refere à relação capital e trabalho; porém, não significou o fim do pensamento racista.

Este momento será palco de intensos debates sobre a composição racial brasileira e das diversas tentativas de explicação do Brasil pela via do componente racial. Foi um momento de visões pessimistas sobre o destino de uma nação marcada pela “inferioridade” da raça negra. (PINA, 2009, p.70)

Tal situação representava um grande entrave para o grupo hegemônico nacional, tendo em vista que a ideia de nação civilizada, em busca de progresso ou desenvolvimento estava intimamente ligada ao fator racial, com a exclusão de negros e mestiços da sociedade brasileira, visto que esses eram percebidos como raças inferiores.

Esse novo cenário político, econômica e social do Brasil trouxe mudanças radicais em todos os setores e esferas, mudanças essas, que fizeram emergir para o centro das discussões a identidade brasileira, pois até esse momento, todos eram portugueses que viviam na colônia, agora passam a ser brasileiros. Surge à necessidade

de definir de forma clara quem é o brasileiro e Mercer (1990) diz que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. (p. 43). Nesse contexto são formuladas as bases da política do branqueamento do povo brasileiro, que viria a acontecer com a incorporação de imigrantes europeus.

Os escravos foram libertos, mas não foram incorporados ao novo sistema econômico e social que estava nascendo, sendo substituído pelo imigrante europeu. Calcula-se que entre 1870 e 1953, entraram no Brasil cerca de 5,5 milhões europeus que em pouco tempo vieram a superar em número a população negra e mestiça, principalmente no Sul e Sudeste do país.

A imigração de brancos europeus era justificada como uma forma de sanar os problemas econômicos causados pela falta de mão-de-obra escrava; também contribuiria para a europeização do país, melhoraria nossa imagem perante os estrangeiros, que por aqui passavam e, nossa imagem perante os governos com os quais o país possuía relações comerciais.

Apesar da importância dada à imigração, a mesma foi ponto de discórdia entre governo e fazendeiros. Para os fazendeiros, os imigrantes poderiam ser de qualquer lugar e de qualquer raça, pois estavam preocupados em substituir o negro escravo nos trabalhos braçais. O governo e os intelectuais da época queriam utilizar da imigração como instrumento de progresso e civilização representado pelas ideologias do branqueamento seus preferidos eram os italianos, por serem brancos e latinos.

As políticas colocadas em prática não foram facilmente aceitas e um dos principais nomes contra, segundo Netto (2013) foi do historiador alemão Gottfried Heinrich Handelman¹⁵ (1827-1891), que valoriza o conceito de raças puras e defendia a ideia de raças superiores e inferiores. Via na mestiçagem e na política do branqueamento do país um obstáculo para o desenvolvimento e acesso ao mundo civilizado, pois mesmo que a cor da pele ficasse mais clara com o passar do tempo, o peso das ancestralidades seria fundamental para a degeneração das futuras gerações, sendo desta maneira todas as raças envolvidas neste processo, prejudicadas.

O pensamento de Handelman ajuda a entender o sentimento de inferioridade que toma conta da elite brasileira, um exemplo é Nina Rodrigues¹⁶, que acreditava que o

¹⁵ Cientista alemã Primo de Max

¹⁶ Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) – Médico baiano que defendia que negros e mestiços se

contingente negro seria o fator de inferioridade do nosso povo, sua supremacia em quantidade era um obstáculo. Nina Rodrigues era defensor das teorias científicas racistas, vindo da Europa e dos Estados Unidos e não possuía muito otimismo em relação ao futuro do país, pois acreditava que não seria possível branquear a população brasileira.

Os defensores da ideia do branqueamento acreditavam no clareamento gradual e permanente da pessoa, de forma que, em algumas gerações não existiriam mais negros e os mestiços seriam cada vez mais brancos.

Almeida Jr. (2010), cita Sílvio Romero¹⁷, que acreditava na mestiçagem como ferramenta para resolver os obstáculos encontrados pela grande diversidade racial que com o tempo iria produzir o branqueamento de negros e mestiços.

Todo brasileiro é um mestiço, quando não é no sangue, o é nas idéias. Mas não é por isso que o Brasil será uma nação de ‘mulatos’, porque na mestiçagem a seleção natural faz prevalecer, após algumas gerações, o tipo racial mais numeroso, que no caso do Brasil é a raça branca, graças à intensificação da imigração européia, ao fim do tráfico negreiro, ao decréscimo da população negra após a abolição e ao extermínio dos índios. Dentro de dois ou três séculos, a fusão entre as três raças será talvez completa e o brasileiro típico, mestiço, bem caracterizado. (ALMEIDA JR. 2010, p. 78)

Anos depois, Sílvio Romero conclui que o desaparecimento das raças inferiores só poderia acontecer se todas as gerações futuras de mestiços tivessem um parceiro branco, caso contrário, o branqueamento nunca chegaria a ser total e nem o desaparecimento de negros, índios e mestiços escuros como postulavam outros intelectuais da época, não iria se concretizar.

Almeida Jr. (2010) relata o discurso de dois intelectuais brasileiros que falam sobre as crenças envolvidas no ideário da mestiçagem:

João Baptista de Lacerda, diplomata brasileiro, no I Congresso Internacional das Raças em 1913, afirmou que em um século não haveria mais negros no Brasil. Raciocínio semelhante teve Roque Pinto que, no Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no começo dos anos 1930, estimou que em 2012 a composição racial no Brasil seria de 80% brancos, 17% indígenas, 3% de mestiços e 0 % de negros. (p. 81)

As previsões de futuro deixam claro que a intenção era eliminar gradualmente a

constituíam na causa da inferioridade do Brasil.

¹⁷ Sílvio Romero (1851-1914). Advogado e Deputado Provincial por Estância, Sergipe.

população negra e mestiça com predominância de cor escura, sendo que caberia ao índio ser incorporado racialmente e culturalmente como ancestral do povo brasileiro. A mestiçagem passaria de ponto de união das várias raças, para uma ferramenta de eliminação e assimilação das diferenças, para criar uma raça branca e superior. Não houve um debate sobre a criação de uma sociedade plural que unisse o povo brasileiro. Cria-se a ideia que o “Brasil é o país do futuro”, futuro esse que chegaria junto com o clareamento do seu povo.

Almeida Jr. (2010) faz uma diferenciação entre Sílvio Romero e Nina Rodrigues dizendo que, as ideologias de Sílvio Romero “estaria mais atrelada a uma leitura racista presente na lógica do racismo pigmentocrático pré-industrial, mais ligado aos países multirraciais na sua origem, como o Brasil” (p. 80). Ele defende a mestiçagem como dispositivo de domínio, conforme foi apresentado por Moore (2007) e Cunha (2004) no mundo greco-romano e árabe-mulçumano.

As ideologias de Nina Rodrigues estariam ligadas ao cientificismo da época, e defendia as ideologias do racismo do tipo novo, ligadas ao determinismo biológico, compreendendo “a mestiçagem como um elemento degenerativo, longe de ser um instrumento de melhoramento da raça ou de dominação de grupos subalternizados” (ALMEIDA JR., 2010, p. 80).

Para Jaccoud (2008), o argumento do branqueamento, como uma estratégia de desenvolvimento do país surgira de modo a conciliar a crença na superioridade branca, atrelada à busca progressiva do desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um elemento péssimo para o projeto de nação. Dessa forma, a relação desenvolvimento e dimensão racial ficam patentes tanto nas formulações dos intelectuais mais significativos da virada do século XIX para o XX, como nas políticas do Estado brasileiro.

Foi esse o projeto de desenvolvimento nacional que levaria o Brasil a moldar-se ao quadro capitalista internacional, iniciando o seu processo de industrialização, substituição de mão-de-obra e reorientação para o processo de urbanização crescente. A elite política e intelectual utiliza a mestiçagem para resolver o problema da cor e para justificar a entrada de imigrantes ao país; a chegada destes novos imigrantes, dentro deste contexto, criou novas dinâmicas em nossa mestiçagem, tornando esse fenômeno ainda mais complexo e único.

Com essa escolha, o Estado nega o seu povo e projeta um povo ideal baseado na

eliminação do contingente formado por negros e mestiços de pele escura e na assimilação do contingente indígena. Se, anteriormente, o mestiço era negado por ser um ser novo, agora ele é negado pela sua ancestralidade, fato que não ajuda na formação da identidade do povo e valoriza cada vez mais o estrangeiro europeu.

A preocupação de construir uma identidade nacional fica evidente, pois não se podia mais se identificar com o português, separado pela Independência e pelo ato da Proclamação da República. Não se podia associar ao negro, considerado inferior, sobrando apenas o índio como ancestral histórico, mas esse, apesar de ser considerado inferior pelo português, sempre esteve aqui e possuía certa pureza, criando, assim o mito do bom selvagem. Para tentar resolver este problema, em 1844 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição fundada em 1838, promove um concurso com o tema: “Qual o melhor sistema para escrever a História do Brasil”.

O naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1968),¹⁸ foi o vencedor com a monografia intitulada “*Como se deve escrever a História do Brasil*”.

O projeto vencedor propunha, portanto, uma 'fórmula', uma maneira de entender o Brasil. A idéia era correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham. Estas, por sua vez, segundo Von Martius, possuíam características absolutamente variadas. Ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação: 'Não há dúvida que o Brasil teria tido', diz Von Martius, 'uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros. (SCHWARCZ, 1998, p. 112)

Podemos visualizar, neste projeto, um suporte teórico para a política do branqueamento, já que suas hipóteses estão em concordância com o pensamento político da época e, também, com o pensamento racista do mundo europeu. Martius coloca a mestiçagem dentro do pensamento científico e intelectual da época e dá forma concreta ao mito das três raças formadoras do povo brasileiro, tendo o elemento branco como superior, o índio como elemento a ser salvo e, o negro como elemento a ser eliminado pelo seu peso negativo.

As discussões sobre a mestiçagem não começaram neste momento, mas é a

¹⁸ MARTIUS, C. F. von - Como se deve escrever a História do Brasil, publicado com O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982.

partir deste momento que essa discussão é incorporada pelo senso comum e passa a ser vista como um elo de identidade, com suas crenças e mitos criando uma memória de origem e a partir deste momento, o mito da mestiçagem, formada pelas três raças, vai direcionar o pensamento da elite intelectual e as políticas públicas no Brasil.

2.1.3 - Momento 3 – A partir de 1930, momento de consolidação da ideia da democracia racial e retorno da valorização da mestiçagem.

Nesta etapa, o fenômeno da mestiçagem sofre uma transformação importante, pois até este momento a discussão acontecia numa perspectiva racial e étnica, que poderia servir para formar uma identidade nacional, o que não ocorreu. Agora passam a ser discutidas, dentro de uma perspectiva cultural, onde as subjetividades vão ganhar o centro das discussões. Ainda estão em curso as políticas do branqueamento e as fronteiras são abertas a outros grupos de imigrantes além dos europeus, como é o caso dos asiáticos, mas a mestiçagem se constitui novamente em fator positivo que nos diferencia dos outros povos e nações.

As bases ideológicas continuam pautadas nas questões raciais e, no caso brasileiro, nas ideologias do preconceito racial de marca, deixando de lado as questões biológicas e discutindo as questões culturais.

Estudiosos como Gilberto Freyre (1900-1987), Arthur Ramos (1903-1949) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), trazem um novo olhar ao dispositivo da mestiçagem, passando a ter novamente a função de servir como nexo de unificação das diferentes etnias e raças, dentro de uma mesma cultura.

Gilberto Freyre valoriza a figura do mulato que, junto com a mulata, passam a ser valorizados na vida cultural brasileira, tendo na mulata um ícone de brasilidade. Valor este que não foge das teorias raciais vigentes, pois o mulato e a mulata representam o branqueamento lento e gradual do negro. Para seus estudos, Gilberto Freyre faz novas interpretações dos estudos e saberes difundido na sociedade colonial, quando a mestiçagem era vista como algo positivo.

Analisa a vida cotidiana dos senhores de engenho, sua composição familiar, sua relação íntima com seus escravos e chega a defender que a escravidão brasileira não foi tão cruel como nos Estados Unidos, apresentando o mito da “democracia racial”.

... com Gilberto Freyre e Jorge Amado, surge uma interpretação paradisíaca da mestiçagem como 'confraternização das raças',

'laboratório da humanidade de amanhã', 'democracia racial'. A própria mestiçagem seria uma superação dos graves contrastes sociais, econômicos e políticos vividos no Brasil." (HOORNAERT, 1993, p. 27).

A democracia racial cria a ilusão de que as relações sexuais e afetivas, ocorridas durante nossa história aconteceram de forma natural e sem confrontos, o que não é uma verdade, essas relações sempre tiveram um referencial racista, que hierarquizava os grupos envolvidos neste complexo modelo de mestiçagem brasileiro. Serviu também para colocar a culpa da não ascensão social de negros e índios na falta de capacidade e esforço dos mesmos e não nas dificuldades trazidas pelo racismo e pela falta de ação dos governantes.

Arthur Ramos faz a distinção das noções de raça e cultura defendendo a tese de que muitos dos problemas raciais atribuídos aos negros não passavam de problemas culturais. Vai buscar a presença do negro nas manifestações culturais brasileiras através da religião e denuncia o preconceito racial.

Sérgio Buarque de Holanda trabalha a ideia do “homem cordial” e faz uma profunda análise da cordialidade brasileira, defende que ela está enraizada no perfil psicossociológico do nosso povo, contribuindo para todas as mazelas existentes nas relações sociais no Brasil. Diz que temos um desejo constante de estabelecer intimidade e que as nossas relações sociais são regidas por uma “ética emotiva”.

Faz suas análises estudando o legado cultural deixado pelo colonizador que, segundo o autor, não possuía um orgulho racial tão comum dos povos europeus. Isto facilitou a adaptação do português em viver com povos diferentes, o que possibilitou a mestiçagem brasileira.

Neste contexto, apesar da visão ser voltada para o aspecto cultural, as reflexões ainda usam como referência o mito das três raças formadoras do povo brasileiro, sendo que em alguns momentos o foco é a valorização do papel do índio e, em outros, a valorização é do negro, a participação do europeu é sempre tomada como ponto principal para as análises. O que nos diferencia dos mesmos é uma pergunta constante nesses estudos.

Neste momento, cria-se a possibilidade da existência de uma identidade mestiça para o povo brasileiro, pois o dispositivo além de criar um povo novo fisicamente, conseguiria criar um povo novo culturalmente, com características próprias e com espaço cada vez mais demarcado, podendo desta forma unir todos dentro de um

imaginário comum de pertencimento. Abre também a possibilidade de assumir uma identidade sem eliminar a afirmação da cultura negra, da indígena, da europeia ou qualquer outra que se faça presente na história de cada indivíduo. Temos que ter em mente que apesar de ser um povo mestiço, dividido e fragmentado, o indivíduo que forma esse povo, “vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e “resolvida”, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo como uma “pessoa” unificada...” (HALL, 2006, p. 38)

Assumir uma identidade mestiça não é eliminar as identidades formadoras e sim, valorizá-las, tendo consciência de que nossa história étnica, racial e cultural, foi formada através de relações múltiplas que foram com o passar do tempo se ampliando com a incorporação de novos povos, na tão complexa relação branco, índio e negro.

Essas relações influenciaram e, ainda influenciam todos os povos, que aqui chegaram e ainda chegam. A mestiçagem está inserida na estrutura social, política, cultural e no inconsciente coletivo da sociedade brasileira, sendo impossível ficar totalmente isento deste processo.

Temos consciência que faltam dados precisos para afirmar que exista uma identidade mestiça diferenciada de outras, pois ainda estão sendo incorporados novos elementos dentro do processo, como é o caso das etnias asiáticas e muçulmanas.

Ainda existe para muitos, um vazio identitário, devido aos muitos momentos de negação que o dispositivo da mestiçagem trouxe aos indivíduos, que dele participaram e/ou ainda participam. Esse vazio pode ser explicado como uma das consequências das estratégias utilizadas pelas elites administrativas, políticas e intelectuais, que direcionaram nosso pensar para várias direções, conforme as necessidades do momento histórico e, este vazio identitário acontece porque nossa identidade ainda está por se fazer, em constante negociação.

Entendemos que na estrutura social brasileira em que vivemos, onde tantas referências constituem as simbologias de identidade, não podemos deixar de admitir que deva haver o espaço social e cultural para o mestiço como para outras etnias, que embora legítimas do ponto de vista de afirmação de uma identidade, também vão sendo caracterizadas por esse processo cheio de sutilezas.

2.1.4 - Momento 4 – A partir da década de 1980, a ideologia da mestiçagem é desconstruída e, se inicia a construção de uma nação dividida na bipolarização racial negro – branco, culminando com a implantação das Políticas de Ações Afirmativas.

Nesta etapa, as discussões são fomentadas a partir do texto da Constituição Federal, promulgada em 1988 (C.F. de 1988), a qual foi muito influenciada pelos debates e reivindicações dos movimentos sociais, políticos, educacionais, tanto nacionais como internacionais, trazendo novas discussões às questões raciais e identitárias pois, através das mesmas, o Estado assume a existência do racismo, da discriminação, do preconceito e do tratamento desigual para com indivíduos e grupos. Assume pela primeira vez a responsabilidade de criar ações que levem a superação das desigualdades oriundas das discriminações e dos preconceitos, criminaliza o racismo, como também reconhece que o país é plural nas suas simbologias e nas suas formas de expressão cultural e racial. Peter Fry (2005-2006) relata que, desde 1995 existe uma radical mudança na política racial brasileira.

Podemos entender que o Estado, ao reconhecer nossa sociedade como uma “sociedade pluralista”, está fazendo um reconhecimento histórico do nosso processo de mestiçagem racial e cultural, mas na prática, não foi o que aconteceu. Apesar disto, termos como raça, racismo, cor, discriminação, preconceito e igualdade se fazem presentes em vários momentos do texto constitucional, mostrando a força das reivindicações vindas dos movimentos sociais, na elaboração da C.F. de 1988.

O reconhecimento feito pelo Estado, da existência do racismo e de outras formas de discriminação e preconceito, é um passo importante para a superação real destes conflitos, pois se torna mais fácil lutar, estudar, criar leis, fiscalizar e, principalmente, punir indivíduos, grupos e instituições que as pratiquem e, também, possibilita a discussão desses conflitos de forma aberta e nos mais variados ambientes públicos e privados.

Um avanço significativo nas questões raciais veio no Título II, dos direitos e garantias fundamentais, onde o texto relata que todos são iguais perante a lei, reconhece o racismo como crime e define que qualquer discriminação será punida.

TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS -
CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E
COLETIVOS - Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de

qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; (BRASIL, 1989, p. 8-9)

Muitos dos direitos assegurados pela C.F. de 1988, não faziam parte do cotidiano do brasileiro durante o regime militar¹⁹ e, com a redemocratização, esses direitos aparecem como uma conquista vinda das pressões dos movimentos sociais e de alguns intelectuais que conseguem demonstrar as desigualdades que envolveram e ainda envolvem, as relações sociais coletivas e individuais da nossa sociedade. O Estado passa a ter papel ativo nos debates e nas ações que visam eliminar ou diminuir as desigualdades surgidas pela discriminação e pelo preconceito, nas questões de gênero, de idade, de expressão religiosa, de liberdade de expressão, da expressão cultural, dos deficientes físicos e mentais, entre outros.

Os debates e discussões foram, e ainda são, fundamentais para que direitos e deveres possam ser tirados do papel e passem a ser realidade no cotidiano das relações. Pela primeira vez, toda a sociedade brasileira participa das discussões raciais de forma aberta. As discussões e debates saem do cunho exclusivo dos intelectuais, dos políticos, das elites e dos movimentos sociais e ganham amplitude, envolvendo todas as classes sociais e setores da sociedade brasileira.

Esses debates e discussões que incorporaram os vários setores e os vários atores da sociedade possibilitaram que os grupos minoritários ganhassem força para se oporem ao histórico processo de opressão e reivindicassem seus direitos e espaços, tanto na história como nas relações cotidianas, colocando na ordem do dia, conceitos como cultura, racismo, racismo institucionalizado, diversidade, multiculturalismo, globalização, igualdade, respeito, reparação histórica e ações governamentais diferenciadas para cada grupo.

Como promover a igualdade numa sociedade cheia de desigualdades foi a questão discutida nos primeiros debates. Reconhecer a existência das desigualdades é fácil, o difícil é encontrar os motivos e eliminá-los, pois a discriminação e o preconceito não podem ser eliminados apenas pela via do texto e do debate, grupos e indivíduos

¹⁹ Período que vai de 1964 a 1985, onde o país esteve sob controle das Forças Armadas Nacionais (Exército, Marinha e Aeronáutica).

discriminados devem ser incorporados através de um processo de inclusão social, educacional, cultural, profissional, política, econômica e simbólica de uma maneira que possa mudar as estruturas sociais onde estão inseridos.

A inclusão das minorias passa pela participação efetiva do Estado e das instituições organizadas que representam esses grupos, em busca de ações que tenham a igualdade como um ideal levando a alcançar todos os indivíduos que compõem a sociedade, pois segundo Silva Filho (2005),

Em um Estado democrata de Direito, a igualdade de todos deve ser garantida na lei e nos fatos. Porém, há grupos humanos que são menores em número ou na sua expressão econômica ou política, e por isso são tratados pela sociedade envolvente não apenas como diferentes, mas desiguais e "menores" em direitos. (p. 02)

Para aqueles que realizam uma leitura superficial, a C.F. de 1988, pode parecer um amontoado de leis que prescrevem os direitos e deveres dos cidadãos e das instituições, mas ela vai muito, além disto. Para que a mesma possa ser colocada em prática se fez e, ainda se faz necessária, a discussão de vários conceitos e simbologias que formam a identidade do povo brasileiro e que trazem à tona as questões raciais e étnicas, o que força uma mudança radical na forma de pensar, sentir, agir, viver, de se identificar e ser identificado. Uma nova identidade começa a ser construída, dentro de um novo projeto de Brasil, construção essa que começa décadas antes e possui uma trajetória de lutas, derrotas, conquistas e avanços.

O quadro abaixo faz um breve relato desse processo que, conforme Aguiar (2009) e Políticas de Ações Afirmativas (2010) influenciaram a construção da C.F. 1988.

DATA	ÓRGÃO	AÇÃO
1968	- Técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho	São favoráveis a criação de uma Lei que obrigasse as empresas a ter uma porcentagem mínima de empregados de "cor", o que podemos chamar de primeira iniciativa para a implantação das políticas de cotas
1970	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Governo Federal	O quesito "cor" foi retirado da coleta de dados. O Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia e o Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, recebendo grande apoio do governo federal, para realizarem pesquisas com a temática africana e negra;
		Ano de fundação e, desde o início busca atacar o

1978	- Moimento Negro Unificado (MNU)	mito da democracia racial e o processo de mestiçagem. Recolocam a discussão racial em pauta e buscam na origem africana um elo comum para identidade negra;
1979	- Carlos Hasenbalg;	Lança o Livro Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Hasenbalg faz uma análise inovadora sobre os dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados demonstram as desigualdades entre brancos e negros no Brasil;
1980	- IBGE; - Governo Federal; - Governo Federal	Publica estudo que mostra a desigualdade entre brancos e negros no mercado de trabalho; Determina o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra; Cria a Fundação do Memorial Zumbi;
1983	- Abdias do Nascimento	Na época como Deputado Federal, propõe o projeto de Lei nº 1.332, que versava sobre adoção de ações compensatórias para população negra;
1984	- Governo Federal	Tomba a Serra da Barriga, em Alagoas, por ter sido local do antigo Quilombo dos Palmares;
1986	- Governo do Estado de São Paulo	Cria o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra;
1987	- Governo Federal	Cria o Programa Nacional do Centenário da Abolição;
1988	- Governo Federal	Cria a Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura.

Esse breve percurso serve para demonstrar como as questões raciais estiveram presentes no debate do movimento negro, de institutos, de intelectuais e, principalmente, dos órgãos governamentais brasileiros nas últimas décadas do século XX, influenciando de forma definitiva os rumos do novo projeto de nação.

Os movimentos sociais influenciaram de forma decisiva na construção da C.F. de 1988, não apenas nas questões raciais, mas em todo processo ideológico do direito à igualdade que incorpora os vários grupos minoritários ou discriminados, e este fato faz com que esses grupos passem a ocupar o centro das discussões, como prejudicados pelo processo de discriminação e preconceito. Grupos como mulheres, idosos, crianças, adolescentes, homossexuais, negros, índios, deficientes físicos e mentais, entre outros, passam a possuir direitos e tratamentos diferenciados por terem sido historicamente tratados de forma desigual

... não há dúvida de que a Constituição de 1988 acolheu a transformação do princípio da igualdade, ou seja, a passagem de um conceito constitucional estático e negativo a um conceito dinâmico e positivo. Assim, o princípio constitucional da igualdade não

representa mais um dever negativo, mas sim uma obrigação positiva, cuja expressão democrática mais atualizada é a ação afirmativa. (SILVA FILHO, p. 01)

Para poder atender as várias demandas e o anseio dos vários grupos, as Políticas de Ações Afirmativas foram o caminho escolhido pelo Estado brasileiro para colocar em prática os direitos promulgados na C.F. de 1988, sendo que as ações voltadas às questões raciais e étnicas foram e, ainda são, as que causam as maiores discussões, principalmente quando o assunto são as cotas raciais para o ensino superior e para o emprego.

Após a promulgação da constituição, as discussões e os debates tem como objetivos colocar em prática os direitos e deveres nela prescritos. Vale demonstrar algumas ações que culminaram na efetivação das políticas de ações afirmativas e no combate ao mito da democracia racial bem como a “extinção” do mestiço ou do processo de mestiçagem.

DATA	ÓRGÃO	AÇÃO
1990	- MNU	É considerado um ano marco para a questão racial, quando aconteceu a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Após a Marcha foi entregue, ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), um documento contendo informações sobre a situação do negro no Brasil. Esse documento também continha propostas de ações para superação das desigualdades e do racismo;
1991	- Governo do Estado do Rio de Janeiro	Cria a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras;
1995	- Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Governo Federal	É realizada a 83ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, onde o governo brasileiro, reconhece oficialmente a existência da prática de discriminação racial no mercado de trabalho e, cria o Programa Brasil, Gênero e Raça, que tinha como objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento e combate à discriminação no emprego e na profissão; É criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI, População Negra), ligado ao Ministério da Justiça que, tinha o objetivo de propor ações de combate à discriminação racial. O grupo era formado por oito representantes da sociedade civil vindos do Movimento Negro e dez representantes governamentais. Realizou dois seminários para discutir as políticas de ações afirmativas e, apresentou 46 propostas de políticas afirmativas, nas áreas da educação, saúde, trabalho e comunicação;

1996	- Governo Federal	<p>É criado o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação (GTDO), formado por representantes do governo, trabalhadores e membros do Ministério do Trabalho;</p> <p>É realizado o lançamento do I Programa Nacional dos Direitos Humanos (I PNDH), pela Secretaria de Direitos Humanos. O governo se compromete a apoiar iniciativas privadas que promovessem o combate à discriminação racial;</p>
2000	- Fundação Palmares; - Paulo Paim	<p>Promoveu Pré-Conferências e encontros para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban, na África do Sul;</p> <p>Na época como Deputado Federal, apresenta o Projeto de Lei nº 3198/2000, que tinha como objetivo instituir o Estatuto da Desigualdade Racial.</p>
2001	- Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Realiza em julho, a I Conferência Nacional contra o Racismo e Intolerância, onde é aprovado o documento chamado de Plano Nacional de Combate ao Racismo e Intolerância – Carta do Rio, sendo que, a proposta de cotas para negros nas universidades públicas foi a mais combatida;
2002	- Governo Federal	Foi criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas no dia 13 de maio, no aniversário de 114 anos da Abolição da Escravatura. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça ficou a cargo da implementação do programa.
2003	- Governo Federal	Lei nº 10.678/2003, cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que procura consolidar o tema da igualdade racial;
2010	- Governo Federal	O Estatuto da Igualdade Racial, entra em vigor com a sanção da Lei nº 12.228/2010. Com o Estatuto, a capoeira passa a ser considerada arte marcial afro-brasileira e cria-se uma agência especial que exige que as escolas em todos os níveis incluam a história e a cultura dos afro-brasileiros em seus currículos;
2012	- Superior Tribunal Federal (STF) - Governo Federal	<p>Aprova por unanimidade a constitucionalidade das cotas raciais;</p> <p>Em agosto, é aprovada a Lei nº 12.711, que institui a obrigatoriedade da adoção de ações afirmativas raciais e sociais nas universidades federais.</p>

Os fatos aqui apresentados tiveram grande influência dos movimentos negros, sendo que estes utilizaram de forma consciente o termo “negro”, como ferramenta política, e principalmente, como símbolo identitário; ao mesmo tempo, de forma sutil, desconstruíam as simbologias da mestiçagem e do mito da democracia racial. As Políticas de Ações Afirmativas eram constantemente apresentadas como instrumento

que viria a solucionar os problemas raciais brasileiros.

Antes mesmo de falarmos em Políticas de Ações Afirmativas, temos que entender que as discussões sobre o tema trouxeram mudanças jurídicas significativas e se fez necessário pensar conceitos como isonomia, igualdade, discriminação inversa e constitucionalidade. Segundo Munanga (1996), as políticas públicas brasileiras se identificam dentro de uma perspectiva social, com medidas redistributivas ou assistencialistas baseadas na busca da igualdade.

As Políticas de Ações Afirmativas também foram o caminho escolhido por outros países como Estados Unidos, Canadá, França, Índia, Cuba, Malásia, Austrália, Nigéria, África do Sul, Argentina, entre outros. Foram adaptadas dentro do contexto em que estavam inseridas e, no caso brasileiro não foi diferente, a mesma ganhou forma através das discussões, reivindicações, características culturais e necessidades do povo brasileiro não se restringindo simplesmente à questão do negro, mas também respondendo aos anseios de outras minorias prejudicadas pelo processo histórico de discriminação e preconceito de nossa sociedade. Conforme Martins (1996), a C.F. de 1988, reconhece a desigualdade material sofrida por alguns grupos e cria a possibilidade de tratamento desigual para pessoas ou grupos que foram historicamente prejudicados durante o processo da construção do nosso país.

Quando falamos em Políticas de Ações Afirmativas, temos que conhecer alguns conceitos. Vamos utilizar o trabalho de Couto (2014), que apresenta as definições elaboradas por Kellough (2006) e pelo decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002, onde diz que:

Ações afirmativas: São programas e medidas especiais adotadas e orientadas pelo Estado ou por organizações privadas objetivando a correção de desigualdades e a promoção da igualdade de condições. A ação afirmativa tem como objetivo promover a representação de certos grupos e pessoas, geralmente nas áreas do trabalho, cultura e educação, redistribuindo as oportunidades.

Políticas afirmativas: São políticas orientadas e planejadas pela agenda das ações afirmativas, são a tentativa de fazer valer, na prática, a garantia de direitos e proteção das minorias étnicas, raciais ou de gênero, usando por vezes o recurso da discriminação positiva. (s/p)

É importante entender que os programas que envolvem as Ações Afirmativas no Brasil não se resumem às políticas de cotas e às questões raciais, são ações que acontecem em várias áreas, abrangem vários grupos, fazem parte de uma proposta maior que são as Políticas Afirmativas e possuem o objetivo de tirar do papel os direitos

promulgados pela C.F. de 1988, criando a possibilidade de tratamento diferenciado conforme o grupo a ser beneficiado. Sérgio Guimarães (1997) nos auxilia dizendo que:

... tratar pessoas desiguais como iguais, somente amplia a desigualdade entre elas e que as ações diferenciadas têm o objetivo de “promover privilégios de acesso a meios fundamentais”, principalmente educação e emprego, “a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente. (p.233)

Além do conceito da igualdade, outros dois conceitos são muito discutidos no bojo das Políticas de Ação Afirmativa, que são:

1 - O conceito da reparação: inclui todos os membros de um determinado grupo prejudicado, como beneficiários. No caso brasileiro, os beneficiários ainda necessitam passar por critérios de mérito, como é o caso das cotas políticas para mulheres e as cotas raciais para o ensino superior, desde que preencham alguns critérios pré-estabelecidos.

2 – O conceito de redistribuição: leva em conta a carência econômica ou socioeconômica como critério para se ter direito ao benefício. Como exemplo podemos citar o Programa Bolsa Família, voltado para famílias carentes em todo o país e que visa diminuir as desigualdades financeiras entre os diferentes grupos econômicos.

As Ações Afirmativas possuem objetivos claros e bem definidos que, no caso brasileiro são: o combate à discriminação e ao preconceito; reduzir a desigualdade entre os indivíduos e/ou grupos; a integração dos diferentes grupos sociais que formam a sociedade brasileira, o que poderia vir a prevenir futuros atos de discriminação e preconceito, sejam eles raciais ou não.

Outro aspecto oriundo das Ações Afirmativas para nossa discussão, o mais importante é o de reforçar a identidade individual e coletiva dos envolvidos, sejam eles beneficiados ou não, pois somente podem existir Ações Afirmativas e cotas raciais se for levado em conta a existência de raças, fortalecendo a crença na diferenciação racial. A definição de quais grupos serão beneficiados e de quem faz parte desses grupos é fundamental na criação das leis e dos programas que dão vida às Políticas de Ações Afirmativas.

Mais do que reparar perdas e prevenir outras, as Ações Afirmativas têm nas suas entrelinhas a discutida identidade racial brasileira, mas agora negando a formação mestiça do povo e, de certa maneira, construindo uma identidade bipolar, ou se é negro ou não, o que transforma os caminhos até agora percorridos, na questão da formação da identidade do povo brasileiro. Para ter direito aos benefícios é necessário que a pessoa

se identifique racialmente dentro dos critérios pré-estabelecidos e que, ainda, seja avaliada para se comprovar a identificação descrita isto quer dizer que a pessoa passa por dois processos de identificação racial, o seu e o do outro, o que fortalece o preconceito racial de marca.

Uma dificuldade criada pelo critério de identificação racial em uma sociedade mestiça é conhecer de forma clara onde estão as fronteiras de pertencimento. O contingente mestiço possui uma variedade enorme de cores, e como essas marcas são fundamentais na formação da identidade, existe uma grande dificuldade de se estabelecer as fronteiras e reconhecer de forma eficiente, quem é negro e quem não é. A mestiçagem, desta maneira, inviabiliza as Políticas de Ações Afirmativas raciais, justamente por não possibilitar uma classificação que inclua e/ou exclua todos os envolvidos. ““Escolher” não é simplesmente agregar-se a uma categoria estatística ou a um movimento em vez de outro, seguindo a maré. Escolher implica um processo de conversão identitária que transforma a percepção de si mesmo e do espaço social”. (VÉRAN, 2010, p. 35)

A solução escolhida foi a desconstrução das simbologias mestiças. O Estado, mais uma vez, faz a opção política e ideológica de negar as características do seu povo, com a negação da mestiçagem. Aceita as ideologias dos movimentos negros que descrevem a mestiçagem focando em seus aspectos negativos e, defendem que a mestiçagem causou e escondeu a marginalização da população negra, possibilitando a dissimulação do racismo e amenizando os efeitos da escravidão, negando as diferenças culturais e raciais, promovendo uma falsa mestiçagem generalizada, escondendo o projeto de branqueamento e construindo uma barreira intelectual que dificultou os estudos, os debates, as discussões sobre o preconceito racial e as dificuldades de ascensão dos negros, impossibilitando a superação do racismo e a discussão das relações raciais no Brasil.

Os movimentos negros acreditam que a negação da mestiçagem se faz necessária para a desconstrução do mito da democracia racial que, segundo eles, foi a principal ferramenta ideológica que escondeu o racismo nacional e impossibilitou a construção de uma consciência negra, o que acabou “impedindo que as pessoas acostumadas a se verem como morenos, mulatos, sararás, etc. resistissem a aderir a uma única identidade negra”. (FRY, 2005-2006, p. 183).

O que está em disputa não é apenas se nos identificamos como negros, mestiços,

pardos, brancos, não negros ou não brancos. A disputa é entre duas concepções do povo brasileiro, uma formada na união dos diferentes em busca da igualdade e a outra, na separação dos diferentes em busca da valorização das diferenças.

Costa (2001), menciona que:

... as nações contemporâneas não conformam coletivos orgânicos de indivíduos associados voluntariamente por vínculos essenciais comuns. Trata-se, ao contrário, de “comunidades imaginadas”, construídas de forma mais ou menos contingente, tanto através da ação política e bélica, quanto por meio da narrativa capaz de cunhar, no plano discursivo, a identidade comum. (p. 143)

No caso brasileiro, essa construção está sendo realizada pela ação política do Estado que segue como menciona Bhabha (1990), uma estratégia pedagógica e outra performativa. A ação pedagógica toma o povo como objeto dos discursos que reafirmam a origem comum e os laços essenciais que unem os indivíduos. No caso brasileiro, a identidade simbólica afrodescendente, o sofrimento comum oriundo da discriminação, o preconceito e a luta dos movimentos negros pelo mundo. A ação performativa promove a permanente reinterpretação dos símbolos nacionais e toma o povo como sujeito. A reinterpretação da história da escravidão, de personagens negros e das simbologias do mal relacionadas à negritude. “Essa dupla operação discursiva confere realidade à comunidade nacional imaginada, estabelecendo, ao mesmo tempo, seu ser e seu provir, a essência que a ela vincula um povo, uma cultura e um território e o movimento, a transformação”. (BHABHA, 1990, p. 297)

Com a opção da valorização das diferenças, o mestiço tem que deixar de existir, pois não se pode mais ocupar o espaço intermediário, que possibilita a circulação entre as linhas fronteiriças dos diferentes grupos, a qual, pode ser o elo de união entre esses grupos. É necessário escolher um espaço racial de pertencimento e negar os outros espaços possíveis; nega-se oficialmente o reconhecimento da mestiçagem e busca-se a construção de um povo racialmente bipolar. Vasconcelos (2012), alerta que as Ações Afirmativas podem destruir o conceito da mistura racial e produzir uma separação racial.

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2006, p. 21)

Ao exigirem que os indivíduos pensem sobre sua identidade racial, ganha-se em legitimidade e abre-se uma possibilidade única para a superação do racismo e para o reconhecimento de um povo mestiço na raça e na cultura, o que poderia finalmente formar a tão sonhada identidade nacional. Mas, ao construir critérios bipolares para a identificação dos indivíduos, cria-se uma nova barreira para esta identificação.

Para possibilitar que os indivíduos se identifiquem racialmente, simbologias referentes ao “ser negro” foram construídas e/ou reformuladas, dando significados positivos ao negro e à sua história dentro e fora do país, fortalecendo a identidade coletiva nacional e criando ferramentas de ascensão social, política, intelectual, econômica e de espaço físico e ideológico para os negros, em detrimento do mestiço.

Para construir simbologias positivas em relação ao negro, as simbologias positivas sobre o mestiço foram desconstruídas e características de brasilidade que, segundo Costa (2001), estavam inalteradas até os anos de 1970, sofreram uma reinterpretação negativa. As novas simbologias ganham força e espaços concretos nas relações sociais cotidianas, conforme as Políticas de Ações Afirmativas e as cotas raciais vão sendo legitimadas.

O aumento da visibilidade de negros e pardos nos meios de comunicação em massa, a discussão nos espaços escolares da diversidade, da história afro-brasileira e africana e a reinterpretação do papel do negro na história brasileira e internacional no mundo acadêmico, foram algumas das ferramentas utilizadas, sendo que as mesmas, trouxeram importantes mudanças na forma dos indivíduos se auto identificarem e de identificarem o outro.

Para que as novas simbologias ganhassem corpo e reconhecimento social, algumas transformações foram fundamentais, e vale destacar três representações descritas por Costas (2001):

1 – A construção de uma etnia quilombola: Quilombo era o termo utilizado para definir as localidades onde viviam os negros fugitivos do cativeiro. Com a possibilidade criada pela C.F. de 1988, os moradores dessas localidades passam a ter direito a propriedade da terra. Passa a ser importante ter uma definição de quem tem o direito a essas terras, transformando os moradores destas comunidades em uma etnia específica o que, até esse momento, não existia;

2 – A rediscussão do conceito de raça: raça deixa de ser discutida como um fundamento biológico e passa a ser discutida numa dimensão sociocultural. Passa a ser utilizada

politicamente para separar os grupos que, de alguma forma, haviam se unido na mestiçagem. Os movimentos negros passam a combater abertamente o racismo e requerem uma identidade negra;

3 - A etnização de diferentes grupos socioculturais: sendo a assimilação racial e cultural uma das características da mestiçagem, neste novo processo, a valorização das mais variadas etnias que vivem no território brasileiro se faz necessária. A etnização generalizada alcança desde etnias europeias no sul a etnias indígenas do norte do país. É valorizada a diferença racial e étnica e se cria etnias das mais variadas.

Ao mesmo tempo em que se constrói a valorização do negro, se constrói a invisibilidade do mestiço, que passa a não existir de forma oficial nos materiais didáticos, nos instrumentos oficiais do Estado e, principalmente, nas organizações do movimento negro.

Mesmo com a utilização política do termo negro ser importante e servir como ponto de referência para reivindicações, isso não foi suficientemente forte para tirar a mestiçagem das discussões; foram necessárias a ajuda de intelectuais e de técnicos do Estado para criar um caminho possível para a concretização deste objetivo.

A partir da década de 1980, intelectuais como Carlos Hasenbalg (1979 e 1985) e Hasenbalg e Silva (1988), dois técnicos do Programa Nacional de Direitos Humanos (1996) e Ricardo Henriques (2001), realizaram estudos estatísticos que mostraram as diferenças entre negros e brancos em vários setores da sociedade brasileira e construíram, metodologicamente, uma ideologia estatística que incorporava as categorias pretos e pardos dentro do mesmo contingente, os não brancos. Com o passar do tempo os pardos passam a incorporar todos os mestiços oriundos da mistura entre brancos, negros e índios e os não brancos passaram a ser considerados como negros, dando ao conceito negro o caráter de etnia.

Segundo Fry (2005-2006), Hasenbalg (1985), foi o primeiro intelectual a juntar pretos e pardos dentro de um contingente que chama de não-brancos e Hasenbalg (1985) definiu "... como não-brancos a soma do que os censos e a PNAD categorizam como pretos e pardos, excluindo-se a categoria "amarelos"". (p. 183)

Os argumentos de Hasenbalg são incorporados pelos movimentos negros, mas não ecoam nem na sociedade nem nos órgãos estatais. Apesar disto, possibilitou aos mesmos que reivindicassem mudanças na forma que o IBGE utilizava para realizar as coletas e as análises dos censos e, em 1996, surge entre as metas do Programa nacional

de Direitos Humanos, a sugestão para o IBGE considerar os mulatos, os pardos e os pretos como integrantes do contingente da população negra.

O caminho para a divisão racial entre os polos brancos e negros estava traçado e, quando o Estado reconhece a existência do racismo e passa a ser ator ativo no processo de combate ao mesmo, a concretização dessa divisão passa a ser uma questão de tempo, o que acontece quando Ricardo Henriques, em 2001, realiza estudo sobre desigualdade social no Brasil, para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O pesquisador une pretos e pardos dentro do mesmo contingente para análise dos dados estatísticos e os classifica como comunidade negra, transformando desta forma, negro em uma entidade socialmente organizada. Assim, raça se transforma em etnia.

Esta adequação na metodologia da coleta de dados e nas análises estatísticas das pesquisas do IBGE era o que faltava para que a divisão bipolar se efetivasse nos documentos oficiais do Estado, e para que passássemos de uma nação mestiça para uma nação de maioria negra, o que foi chamado por Carvalho (2004), de “genocídio racial estatístico”, que fez com que o mestiço deixasse de existir.

Para finalizar o processo oficial da desconstrução do mestiço, é aprovada por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em setembro de 2009 e pelo Senado, em 2010, a Lei nº 12.288/10, de autoria do Senador Paulo Paim, que cria o Estatuto da Igualdade Racial que também define no Art. 1º, quem faz parte da população negra: “... população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”; (BRASIL, 2010. s/p)

A lei 12,228/10 também cria, no Título III, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) que, no seu Capítulo II, dos objetivos, reforça a importância das Ações Afirmativas para a promoção da igualdade étnica e o combate ao racismo sofrido pela população negra:

Art. 48. São objetivos do Sinapir: I - promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas; II - formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra; III - descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais; IV - articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica; V - garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas. (BRASIL, 2010. s/p)

O Estatuto da Igualdade Racial segue os preceitos ideológicos dos movimentos negros, que repudiam a existência da mestiçagem, pois em nenhum momento se faz referência ao termo mestiço ou mestiçagem, como se essa realidade não mais existisse nas relações concretas e reais dos indivíduos, instituições e, principalmente, nas relações afetivas e amorosas. Os mestiços não são contemplados nos documentos oficiais do Estado, que tratam das questões raciais e das Políticas de Ações Afirmativas.

Apesar de o discurso oficial defender a nova construção ideológica da identidade racial, alguns movimentos sociais e intelectuais aparecem para contestar e solicitar o espaço social, intelectual e histórico do processo de mestiçagem e do mestiço como grupo racial e étnico do contexto real brasileiro. Jean-François Véran é um desses intelectuais que, em 2010, analisa a trajetória de alguns integrantes do movimento social batizado de Nação Mestiça, criado em 2001, na cidade de Manaus, no estado de Amazonas, que tem como slogan a frase: “sou mestiço nas minhas origens, caboclo na minha cultura e cidadão frente aos meus direitos”. (VÉRAN, 2010. p. 21)

O movimento Nação Mestiça luta contra o que chama de “mestiçofobia”, promovido pelo Estado e pelos movimentos negros. Denunciam que esse processo força os indivíduos e/ou grupos a fazerem escolhas identitárias que, primeiro as fazem destruir uma identidade construída na união das suas múltiplas descendências e depois as fazem construir uma nova visão identitária baseada na diferença e na escolha de uma das descendências, neste caso, a descendência negra. Mantem-se assim, a ideologia da separação racial, ao escolher uma das descendências, obrigatoriamente, deve-se negar as outras. No cotidiano das relações sociais, afetivas e familiares a mestiçagem continua a existir, o que se transforma é a maneira de ler racialmente a sociedade brasileira, uma vez que a mestiçagem deixa de ser o caminho da evolução para ser o caminho do retrocesso.

Essa mudança de foco na questão racial brasileira é muito profunda, pois, até então, o foco central estava na mestiçagem e na negação constante da negritude. Valorizava-se o mestiço como evolução do negro e como processo de aproximação ao ideal branco, o que traria evolução e boa imagem a nação. A mestiçagem era o diferencial identitário da nação brasileira perante o estrangeiro e um ideal de convívio para a superação dos conflitos raciais pelo mundo. Agora, o processo de mestiçagem passa a ser considerado um erro do passado que deve ser corrigido de qualquer forma e, a maneira mais fácil é desconstruir a ideologia da mestiçagem pela via do esquecimento

e da construção de uma ideologia que venha a valorizar os indivíduos e/ou grupo prejudicado para enfim, poder seguir um novo processo ideológico racial de nação.

Com esta nova ideologia, que culminou com as Políticas de Ações Afirmativas raciais, a mestiçagem passa a ser negada em troca da valorização do negro, busca-se a reparação histórica do negro, negando a mestiçagem e o seu processo histórico. Ao analisar os dados raciais do Censo de 2010, fica evidente que as ferramentas estão trazendo resultados positivos para o fortalecimento desta nova ideologia, causando mudanças na forma das pessoas se autoidentificarem e de identificarem o outro.

O Censo de 2010 mostrou que, dos 191 milhões de brasileiros, 91 milhões se auto identificaram como brancos (47,7%), 14,5 milhões se auto identificaram como pretos (7,6%), 82,2 milhões se auto identificaram como pardos (43,1%), 2 milhões como amarelos (1,6%) e 817,9 mil como índios (1%). Levando-se em conta os contingentes brancos, pardos e pretos em relação ao Censo de 2000, podemos perceber que houve um aumento do número de pretos de 6,2% para 7,6%, de 38,5% para 43,1% de pardos e uma diminuição de 53,7% para 47,7% de brancos, enquanto o contingente indígena e amarelo se manteve o mesmo.

Essa mudança vem da valorização da identidade negra; aqueles indivíduos mestiços com tom de pele mais clara, que se declaravam brancos, passaram a se declararem como pardos e aqueles indivíduos com tom de pele mais escura, que se declaravam pardos, passaram a se declararem pretos. Isso mostra a força ideológica das Ações Afirmativas no tocante à valorização da identidade negra. Também podemos encontrar essa característica na população iratiense, pois nos dados do IPARDES²⁰ de 2012 e 2015 aconteceram algumas mudanças como mostra o quadro abaixo:

IPARDES	2012 ²¹	2015 ²²	2012	2015
COR/RAÇA	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	EM %	EM %
BRANCA	46.387	45.750	82,53	81,40
PRETA	893	634	1,59	1,13
AMARELA	201	209	0,36	0,37
PARDA	8.690	9.501	15,46	16,91
INDÍGENA	36	114	0,06	0,19
TOTAL	56.207	56.207		

²⁰ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

²¹ IPARDES (2012), página 12

²² IPARDES (2015), página 15

Os dados de 2012 mostraram que, dos 56.207 mil iratiense, 46.387 mil declararam-se como brancos (82,53%), 893 se autoidentificaram como pretos (1,59%), 8.690 mil se autoidentificaram como pardos (15,46%), 201 como amarelos (0,36%) e 36 como índios (0,06%). Levando-se em conta os dados de 2015, podemos perceber que para a mesma população, 45.750 mil se autoidentificaram como brancos (81,40%), diminuição de 1,13%, 634 como pretos (1,13%), uma diminuição de 0,46%, 209 como amarelos (0,37%), um aumento de 0,01%, 9.501 como pardos (16,91%), um aumento de 1,45%, 114 como índios (0,19%), um aumento de 0,13%. A população branca e preta diminuiu, enquanto, a população parda, amarela e indígena aumentou, o que mostra o efeito dos novos conceitos, até mesmo em uma região predominantemente de população branca.

A segunda mudança aconteceu na forma como esses dados estão sendo lidos e divulgados pelo Estado. No passado, seríamos considerados um país branco (47,7%), com um grande contingente de mestiços (43,1%), a caminho do ideal de futuro postulado pelas ideologias racistas do branqueamento e da assimilação racial e cultural. O aumento do contingente preto (7,6%), seria uma preocupação, por representarem um peso e um obstáculo para a evolução da nação. Atualmente, na divulgação desses dados, os contingentes pretos e pardos ($43,1\% + 7,6\% = 50,7\%$), foram incorporados à etnia negra, recebendo muito destaque por parte do Estado o fato de que o número de negros seja maior que o de brancos (47,7%), o que demonstra a construção de uma sociedade que nega a mestiçagem e caminha para uma divisão racial bipolarizada, formada na diferença racial.

O movimento Nação Mestiça ainda traz à tona uma questão pouco discutida na nova formulação estatística Estatal, de que, nem todos os pardos podem ser considerados negros. O termo pardo é utilizado para identificar indivíduos que possuem diferentes origens raciais e podem ser denominadas de mulatos (branco e negro), caboclos (branco e índio), cafuzos (negro e índio), ou simplesmente mestiços. E,

De acordo com o Censo de 2000, o Amazonas é o estado mais pardo do Brasil, com 66,9% da população (a média nacional de pardos é de 38,45%). Porém, o estado tem a terceira menor população de cor preta (3,10%), depois de Santa Catarina (2,65%) e do Paraná (2,84%). Os dados exprimem o argumento central do movimento social: na Amazônia, os pardos são caboclos, mestiços oriundos da mistura de brancos e índios. Por esse motivo, não podem ser considerados negros. (VÉLAN, 2010, p. 28)

Os membros do movimento Nação Mestiça fazem parte da população cabocla e não encontravam uma identificação adequada dentro do novo contexto, sendo que, os mesmos não poderiam se autoidentificarem como negros, nem pela aparência física, nem pela descendência africana, o que os deixava fora do novo projeto de nação, baseada na bipolarização negros e brancos.

Dentro desse processo, onde os direitos estão baseados no princípio da diferença bipolar racial, ser mestiço ou caboclo significa não poder usufruir ou solicitar espaços e direitos reservados a uma outra categoria reconhecida e valorizada pelo atual processo. Ao identificar pretos e pardos como negros, o caboclo fica invisível dentro da história, sem espaço social e sem os direitos oriundos das Ações Afirmativas, que se baseiam na identificação negro – branco, tornando, desta forma, o caboclo e o mestiço, em um ser indesejável nas relações sociais. Nega-se a história e a presença de indivíduos e de uma região cabocla do processo de construção da identidade nacional.

O fundador do movimento Nação Mestiça, filho de pai cearense e de mãe amazonense, usa um termo interessante para se autoidentificar, dizendo que é um “negro-mestiço, um negro que se vê como oriundo da mestiçagem...”. (VÉRAN, 2010. p. 23). Para o Nação Mestiça, se faz necessária a luta pelo espaço e revalorização do processo de mestiçagem que, até este momento, era o ponto de identificação do povo brasileiro e que conseguia, apesar das dificuldades, incorporar todos os envolvidos neste processo.

Outra diferença, deste momento, é que o Estado está criando leis e projetos que direcionam as relações raciais no país, e que constroem fronteiras identitárias e fazem da concretização dessas fronteiras, a base para a reorganização democrática. O Nação Mestiça luta então para a criação e o reconhecimento da etnia mestiça e de suas diferentes construções étnico-raciais, valorizando o mulato, o cafuzo, e, no caso específico, do Nação Mestiça, o caboclo e de toda uma região ocupada por estes grupos étnicos-raciais, para que os mesmos possam ter os mesmos direitos dos negros.

Apesar das dificuldades, o Nação Mestiça conseguiu uma importante vitória. Em 2006, é promulgado no estado do Amazonas, a lei nº 3.044, que declara o dia 27 de junho, como o Dia do Mestiço e o dia 24 de junho como o dia do Caboclo. Constrói-se, desta forma, o reconhecimento político que faz com que mestiços e caboclos passem a existir de forma oficial dentro do contexto das etnias brasileiras. Essa conquista, apesar de regional, abre a possibilidade de reivindicar o mesmo reconhecimento do governo

federal, ampliando desta forma os grupos beneficiados pelas Políticas de Ações Afirmativas e, principalmente, recolocando o mestiço dentro do processo histórico da construção da nação e regionalmente valorizando cada construção oriunda deste processo.

Ações diferenciadas para se chegar à igualdade se fazem fundamentais neste momento, mas todos devem, dentro de sua característica individual e/ou grupal, possuir direitos e poder construir seus espaços simbólicos de identidade sem ter que negar uma parte de si mesmo. Para Véran e o Nação Mestiça, a mestiçagem não pode ser dita como problema e sim, como mais uma possibilidade de solução dos nossos problemas.

Em uma sociedade tão diversificada nas suas relações cotidianas, construir processos que valorizem conscientemente a diferença é um risco, que pode aumentar as desigualdades ou invés de eliminá-las. Realizar um projeto que valorize a diversidade e construir simbologias de unificação poderia trazer melhores resultados para diminuição das desigualdades, que foram construídas na valorização consciente das diferenças, as quais possibilitaram direitos para alguns e não para todos. O Nação Mestiça luta “contra a “mestiçofobia”, afirmando de um lado a especificidade da identidade cabocla, e do outro a realidade e a positividade da mestiçagem como o processo histórico do qual surgiu essa identidade.” (VÉRAN, 2010, p. 29)

Entender que há uma correspondência entre um ser mestiço, um conhecimento mestiço e um saber mestiço, que existe um saber construído na mestiçagem e este saber pode ser o elo simbólico para a formação da identidade do povo brasileiro, dando-lhe um caráter de pertencimento é importante, mas necessita de um referencial ideológico e filosófico diferentes dos já utilizados, que possa trazer novas possibilidades de análise. Acreditamos que isto possa ser possível com as formulações vindas da Filosofia Intercultural.

A Filosofia Intercultural postula que as relações entre os diferentes devam acontecer sem uma hierarquização de superiores e inferiores, como vem acontecendo até o momento nos estudos realizados no Brasil. As relações devem acontecer dentro de uma relação de igualdade, construindo uma rede de troca de informações, que trariam o surgimento de um novo ser para todos os envolvidos, pois todos têm o que trocar. Esse novo ser seria no entender de Serres (1997), o “terceiro instruído”, que nasce do encontro e da troca equilibrada entre os diferentes, cada um dos envolvidos sai diferente de como chegou, se transforma em um ser mais completo.

CAPÍTULO III – A FILOSOFIA INTERCULTURAL: UM CAMINHO POSSÍVEL.

No Brasil contemporâneo, confrontamo-nos ainda com o desafio de encontrar nossa identidade, tanto individual como coletiva. Acreditamos que as respostas para solucionar este problema podem ser encontradas através da Filosofia Intercultural, que tem como concepção o pressuposto básico de que todo o homem social interage e depende do outro para poder existir e, que os diálogos entre os diferentes devam acontecer de forma a valorizar todas as culturas e indivíduos numa relação de igualdade, sem as hierarquias propostas pelas ideologias raciais e etnocêntricas.

Dentro do percurso histórico nacional, a busca pela identidade sempre teve, como pano de fundo, as ideologias raciais, que não possibilitaram o reconhecimento das identidades e tradições dos grupos envolvidos em nosso processo de formação, construindo um processo de exclusão e negação. O foco de nossa identidade está centrado no papel e nas interpretações sobre a mestiçagem, interpretações estas que já foram raciais e étnicas e atualmente, são culturais.

Porém, pensar a mestiçagem nacional, é pensar nas complexas relações entre os diversos grupos, suas culturas, suas fronteiras identitárias e a forma como elas interagiram e ainda interagem.

Nesse sentido, Fornet-Betancourt (2004) nos diz que não é suficiente um diálogo entre culturas, o mais urgente é um diálogo de *situações* humanas, ou seja, uma reflexão profunda sobre o *locus* e as significações construídas por sujeitos concretos com memórias e desejos capazes de ressignificar os lugares onde estão situados. Partindo dos deslocamentos visíveis – que obrigam diferentes grupos humanos a viverem o êxodo – aos rearranjos dos mapas sociais, percebemos que pensar a cultura nos coloca a tarefa difícil de penetrar neste universo móvel. (MENEZES, 2011, p. 324-325)

O fato de pensar no universo móvel, ganha ainda mais importância, neste momento da história da humanidade em função do rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e Moraes (2001) diz:

... que o mundo se tornou menor. E o multiculturalismo, que existe porque os homens são diferentes entre si, hoje tem muito mais visibilidade, além do que certamente é mais rico e variado do que no passado, muito mais multi, exatamente graças ao intenso contato entre as mais diversas culturas propiciado pelo desenvolvimento tecnológico, pelo encurtamento das distâncias culturais na aldeia global. (p. 37)

Para entendermos as individualidades e as coletividades inerentes desta maior diversidade, se faz necessário que pensemos o mundo, os indivíduos, os agrupamentos, as relações sociais e os conceitos que os explicam de forma diferente, construindo conceitos e valores que possibilite a valorização de todos os envolvidos nestes encontros e que, ao mesmo tempo, dê espaço às individualidades e às coletividades. Acreditamos que a filosofia intercultural é a forma de pensar que irá possibilitar esse novo arranjo filosófico.

A filosofia intercultural tem no filósofo cubano Raúl Fornet-Betancourt, um dos seus maiores divulgadores. Segundo ele, a filosofia intercultural está relacionada a uma forma de diálogo, onde não há predisposições que impeçam a participação de todos os envolvidos, não sendo necessário negar seus ancestrais e seus conhecimentos culturais para ser acolhido ou incorporado. O objetivo final é compartilhar esses conhecimentos no mundo do outro, valorizando todos como iguais no processo de trocas, que valoriza a diversidade, inaugurando novas relações entre os sujeitos e promovendo a comunicação, a aceitação e a ampliação dos direitos humanos.

A filosofia intercultural “... surge no campo da discussão sobre os problemas associados ao multiculturalismo, à diversidade cultural, à ampliação de uma postura pós-moderna nas ciências humanas e sociais.” (ASTRAIN, 2014, p. 04)

Esta filosofia propõe mudar a forma como vemos os encontros com o outro, dando maior capacidade de diálogo para que as diferentes culturas possam integrar-se em uma diversidade histórica que possibilite melhores relações para a convivência. O desafio é encontrar uma forma de diálogo que seja capaz de realizar e contar as verdades particulares de cada sujeito, pois o

... entendimiento con cualquier otra cultura, para que se de un proceso comunicacional, parte de la aceptación de las proposiciones-lenguaje y símbolos de todas las culturas, aplicando una metodología interdisciplinaria e intercultural. (FERNÁNDEZ & MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, 2004, p, 13).

Ao mesmo tempo, propõe uma reavaliação da história cultural e racial, fazendo com que sejam ouvidas as vozes que foram silenciadas no decorrer do processo, reconhecendo que a forma de pensar, viver e interagir dos silenciados também é valiosa. Terminando desta maneira com o etnocentrismo, o racismo e a exclusão, “a interculturalidade se apresenta assim como uma exigência ética de reconhecimento do outro onde o diálogo torna-se um exercício de justiça.” (MENEZES, 2011, p. 324)

Pensar a história dos povos silenciados durante o processo de mestiçagem no Brasil, pode trazer novas reflexões e saberes, pois os povos indígenas e africanos foram silenciados pelas mais diferentes ferramentas ideológicas, tendo na mestiçagem a principal delas. Refletir sobre os encontros que aqui aconteceram dentro da perspectiva da filosofia intercultural, requer uma reinterpretação profunda sobre nossa história e sobre o papel de cada grupo dentro do mesmo.

Buscamos na filosofia intercultural uma forma de superar os problemas causados pelas ideologias raciais, que direcionaram os encontros em nosso território. Ideologias estas que criaram uma permanente negação do outro, o qual foi silenciado, assimilado e excluído das simbologias culturais de pertencimento.

Entendemos que todos os grupos humanos criam com o tempo suas simbologias de pertencimento, que envolvem os sujeitos que deles pertencem e ou que a eles se identificam, como iguais e também, como diferentes dos outros grupos. O processo da interculturalidade não é o simples encontro de duas ou mais culturas diferentes, e sim, as trocas que ocorrem dos inúmeros processos gerados por estes encontros e que formam uma nova cultura, uma nova realidade, sendo dada a todas as culturas envolvidas, a mesma importância sem hierarquias, possibilitando que cada sujeito possa construir um novo ser, sem contudo, ser obrigado a negar ou excluir o ser antigo. “Em síntese, nos parece que a interculturalidade alude a um tipo de sociedade emergente, em que as comunidades étnicas, os grupos e classes sociais se reconhecem em suas diferenças e buscam sua mútua compreensão e valorização do outro.” (ASTRAIN, 2014, p. 05)

Quando pensamos na sociedade contemporânea brasileira, fruto do encontro de sujeitos, culturas e olhares tão diferentes, vemos no diálogo baseado na igualdade a única maneira de formar um nexo identitário, o qual está teoricamente no ser mestiço, ser este, que também sofreu e ainda sofre uma rejeição de fundo histórico de difícil superação, por causa das características do nosso processo de mestiçagem e do nosso tipo de racismo (de marca). Neste panorama, a filosofia intercultural, ganha importância por postular que “... as instâncias dialogais esteja enfocada na aceitação mútua e na colaboração entre culturas que se entrecruzam. ...” (ASTRAIN, 2014, p. 05)

Podemos, desta forma, acreditar que a filosofia intercultural, poderá mostrar um caminho para responder aos diversos problemas causados pelo processo de mestiçagem no Brasil e, ao mesmo tempo, atender às necessidades de uma sociedade multicultural

como a nossa. O nexu pode estar centrado no respeito mútuo, construído por um saber moral e por uma história de origem comum só possível com uma reinterpretação do nosso passado, com uma desconstrução e reconstrução do papel de cada sujeito, etnias ou raças envolvidas.

... parece-nos que a interculturalidade refere-se a um tipo de sociedade na qual as comunidades étnicas, os grupos, as classes sociais e os povos, possam reconhecer-se em suas diferenças e buscar sua mútua compreensão e valorização, ao menos, naquilo que for possível numa história humana. O prefixo “inter” significa, antes de tudo, uma interação positiva que concretamente se expressa numa busca para suprimir as barreiras entre os humanos, quaisquer que sejam seus traços identitários e reconhecendo, inclusive, a possibilidade de zonas obscuras ou abismos²³. Isso pressupõe, de *per si*, a busca de instâncias dialogais que estejam enfocadas para alcançar o máximo de aceitação mútua e de colaboração entre culturas que se entrecruzam. (ASTRAIN, 2014, p. 14)

A filosofia intercultural pode nos auxiliar na busca de entender como construímos nossas simbologias dentro do processo de mestiçagem, e como o mesmo influenciou e ainda influencia o modo de pensar e agir do brasileiro, possibilitando desta forma, uma reflexão profunda sobre a pluralidade na qual a sociedade brasileira está envolvida e, principalmente, de como podemos construir uma nova realidade nas relações humanas, baseadas no respeito mútuo e na aceitação de sermos mestiços e/ou de nos identificarmos sem o referencial eurocêntrico como sendo o ideal.

Neste momento, temos que pensar como as relações afetivas interracialis ou interétnicas podem representar as ideologias da filosofia intercultural, pois pensar essas relações é procurar as fronteiras da superação das ideologias raciais, que pregam a hierarquização em todas as relações, sejam elas afetivas ou não, e de que forma a filosofia intercultural pode ajudar na releitura dos espaços construídos por esses casais.

A filosofia intercultural, necessariamente, nos faz repensar as representações que fazemos dos outros e, desse modo, força-nos a reconstruir nossas representações e ver a mestiçagem com o olhar da interculturalidade, ampliando as possibilidades do encontro do ser original que poderá, enfim, unir os grupos e sujeitos nacionais numa simbologia identitária, ultrapassando as questões superficiais que envolvem as múltiplas culturas e grupos que se uniram de forma desigual nas relações.

Pensar a partir da filosofia intercultural é propor diálogos que buscam a construção de relações recíprocas, de respeito ao saber que vem do outro, numa atitude

²³ López Sirio, *Ética de la liberación*, Rio Grande, 2000, tomo III, p. 106

de escuta e interlocução com estes saberes. É pensar também questões relevantes que interferem no cotidiano de diferentes comunidades que reconstruem o conhecimento e modificam as relações sociais diariamente.

A filosofia intercultural foi formulada pensando nas relações humanas acontecidas pelos diferentes grupos e etnias no solo da América Latina, encontros esses que tiveram no dispositivo da mestiçagem uma ferramenta de dominação, de assimilação, exclusão e, principalmente, de negação dos povos nativos ou dos africanos trazidos para o trabalho escravo. Os países latino-americanos se caracterizam por terem um alto grau de mestiçagem, com diálogos hierarquizados e com uma busca constante pelo ideário europeu, instituído por seus colonizadores, que desprezaram as culturas e os saberes locais para implantar um saber etnocêntrico, baseado no racismo e no ideal europeu de mundo. Guedes (2013), também menciona que esses encontros estariam ancorados “na idéia de um processo sociocultural em que as formas culturais separadas combinam-se para compor novas formas. Porém, essa combinação não estaria de modo algum isenta de conflitos...” (p. 08)

Fernández & Márquez-Fernández (2004), realizaram um estudo sobre a filosofia intercultural e relacionaram seus principais postulados e características, mostrando como a mesma traz novas dimensões aos debates filosóficos e às reinterpretações do mundo tanto antigo como contemporâneo. Analisaremos alguns deles e os relacionaremos com nosso tema de estudo.

1. O diálogo intercultural e sua relação com a filosofia.

Postula a necessidade de pensarmos a filosofia não como monológica, no qual ecoa apenas uma voz, e sim, como uma filosofia dialógica, que busca revelar as diferentes realidades culturais e os vários contextos humanos. Todas as vozes devem ser consideradas para que se possam entender os contextos históricos que formaram o momento atual. Essa mudança de pensamento permitirá levar em conta todas as simbologias e representações, criando uma perspectiva de um diálogo entre as culturas, sem dominação ou reduções. O importante é ser e ter uma cultura para o outro, fazendo uma interpretação histórica de cada uma, e isto implica num pluralismo no pensar filosófico,

Esta situación emplaza al diálogo, definido en un esquema de respeto

y reconocimiento del derecho que le corresponde a cada civilización en sus respectivas unidades culturales a justificar sus respectivas formas de progreso y desarrollo humano, sin que con ello se desestimen otros proyectos de transformación social y política, económica o científica. (FERNÁNDEZ & MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, 2004, p, 15).

É necessário, segundo Fonet-Betancourt (2004), deixarmos a filosofia eurocêntrica, que é monológica e reducionista, para construir uma filosofia intercultural, que é dialógica e inclusiva em que a participação de diferentes culturas possa acontecer em igualdade de oportunidades, realizando trocas na qual todos se completam. É necessário deixar o pensamento eurocêntrico e formar um pensamento planetário que reconheça o valor de todas as culturas como um processo histórico e social.

Pensar nos povos indígenas que aqui estavam na chegada dos portugueses dentro desta proposta, é pensar como esses grupos foram silenciados e como a humanidade ficou mais pobre. Cada etnia constituía uma cosmovisão diferenciada que possuía um nexos que as tornavam habitantes de um mesmo mundo real e imaginário; elas entendiam as simbologias umas das outras e possuíam simbologias compartilhadas. A chegada de um novo elemento, o homem europeu, foi encarada dentro das simbologias destas etnias mas, com o tempo, esse novo elemento, além de criar novas simbologias, forçou a aceitação de seu modo cultural em contraposição aos modos já existentes. As novas simbologias baseadas no eurocentrismo realizaram um etnocídio em nosso território, que depois foi ampliado com a chegada do contingente africano.

Dentro da ideologia da interculturalidade, ainda teríamos expressões culturais destas etnias, vivas no nosso modo de pensar e de agir, pois o encontro baseado na troca igualitária possibilita o surgimento de um novo ser, sem destruir ou negar os seres já existentes, os quais se completam, ao invés de se destruírem.

2. Características da filosofia intercultural

A filosofia intercultural demonstra uma atitude hermenêutica no sentido de buscar o intercâmbio entre as diferentes culturas, com clara oposição ao predomínio e ao monopólio cultural europeu. Caracteriza-se, por buscar uma identidade cultural e filosófica com o objetivo da participação universal e solidária entre todas as culturas e sujeitos.

Atualmente, vivemos um momento de fortalecimento de uma cultura sobre as outras, a ideologia eurocêntrica se estabelece no processo chamado de “globalização”, que aproxima as pessoas, mas tira delas suas simbologias identitárias e suas individualidades. As pessoas incorporam expressões culturais sem significado histórico, o que gera a negação do mundo ao qual estão inseridas e promove a constante luta por um mundo muitas vezes irreal.

A proposta é criar um mundo onde as culturas particulares são valorizadas e a troca e o intercâmbio com outras culturas são valorizadas como um instrumento de crescimento e desenvolvimento individual e coletivo, que pode incorporar todos os sujeitos, sem retirar suas simbologias.

3. Tarefas da filosofia intercultural

Uma de suas tarefas será contextualizar os conhecimentos e saberes levando em conta o processo historicamente construído pelos diferentes grupos humanos, buscando corrigir a perspectiva criada pela desculturalização vinda do colonialismo.

La filosofía intercultural tiene como deber principal transformar el mundo, cambiando las condiciones de la existencia humana, sintetizando la transformación hermenéutica y epistemológica en una antropológica, no basta una revolución económica, social, ni política, sino antropológica. (FERNÁNDEZ & MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, 2004, p, 18).

A tarefa da filosofia intercultural será encontrar um nexo, que venha unir a todos nós. No caso particular do Brasil, o papel da desculturalização, em relação aos africanos, foi fundamental para a assimilação e controle social dos mesmos. Os processos de dominação dos africanos desde sua captura até sua morte no cativeiro foram planejados e elaborados, tendo como foco não possibilitar que os mesmos pudessem expressar suas simbologias culturais, desumanizando-os, transformando-os em uma mercadoria. Cabe entendermos, que os mesmos fizeram uma reinterpretação forçada do mundo que conheciam, para conseguir sobreviver no mundo em que foram colocados. Reinterpretações que podem ser encontradas na religião, na culinária, na alegria e na adaptação constante do povo brasileiro perante as novas situações.

4. Desafios do diálogo intercultural

1º Desafio – Combinar diálogo-filosofia = construir metodologias onde o diálogo valorize as diferenças históricas de cada filosofia, promovendo a comunicação como meio de igualdade e não de dominação do pensar e do agir no mundo.

Temos que entender que o pensamento filosófico acontece, existe em todos os sujeitos e grupos e, que todos eles possibilitam uma construção simbólica do mundo e das relações que nele acontecem. Índios, africanos, europeus e os outros povos que construíram e ainda constroem nossa história, possuíam um pensamento filosófico antes dos encontros aqui realizados e, ao saírem desses encontros, construíram um novo pensar e um novo modo de se relacionar com o outro.

Nossos encontros foram, e ainda são, baseados no pressuposto da dominação cultural. A interculturalidade abre a possibilidade de analisarmos os encontros do passado de forma diferente e, principalmente, de realizarmos os encontros atuais e os próximos de forma a construir um novo arcabouço cultural que expresse as simbologias de todos os envolvidos.

2º Desafio – Ruptura com a Filosofia Europeia = acredita que seja necessária uma ruptura com a filosofia europeia etnocêntrica e dona da verdade. Necessitamos de liberdade de comunicação e da aceitação do outro como parte do processo da filosofia. Temos que aceitar a existência da reflexão filosófica em todas as culturas.

Essa ruptura se faz necessária e urgente dentro do contexto contemporâneo, onde os encontros e as mudanças de fronteiras geográficas e simbólicas acontecem com maior facilidade e intensidade. Não podemos ficar presos ao mundo ocidental como se fosse o único possível e verdadeiro, temos que aceitar a existência de outras formas de pensar, sentir, agir e interagir com o mundo e com as pessoas, tanto no plano simbólico quanto no real.

As filosofias indígenas, africanas, muçulmana, asiáticas, entre tantas outras, podem dar as respostas que atualmente não encontramos para as nossas velhas questões sociais e simbólicas.

3º Desafio – Refere-se ao momento hermenêutico = Surge na necessidade de iniciar nossa própria história, fazendo uma reinterpretação do nosso passado, e “incorporando

la perspectiva del Sur sobre el mundo y la historia [...] permitiendo la participación del otro dentro de este proceso en un sentido de “originalidad y dignidad” (FORNET-BETANCOURT, 1994, p.19).

Encontrar os invisibilizados, os esquecidos, os excluídos, os negados, enfim, todos aqueles que ficaram fora da história oficial é fundamental para construirmos uma história verdadeira e cheia de simbologias e nexos identitários, que possam nos dar um lugar de existência, superando os processos de negação ocorridos no nosso percurso histórico.

5. Pressupostos Hermenêuticos e epistemológicos.

1º Pressuposto – Criar condições para inclusão do discurso latino-americano no contexto global, a fim de legitimar a sua relevância, em detrimento de modelos estereotipados que não respondem às nossas necessidades existenciais.

Os modelos eurocêntricos não incluem o discurso latino-americano, pois ainda olham este pedaço do mundo com estranheza ou com desprezo.

2º Pressuposto – Realizar uma prática inclusiva e criar um espírito de inclusão, respeito e solidariedade. As relações humanas não devem acontecer tendo como base ideológica a racionalidade da hierarquia racial e cultural, que assimila e elimina o outro. Temos que criar condições para que as relações humanas aconteçam dentro da ideologia que valorize as trocas como um fator de enriquecimento e complemento do outro. Este pressuposto é de imenso valor para países como o Brasil, onde a diversidade é uma característica importante de sua composição social e histórica.

3º Pressuposto – Refere-se à passagem de um “todo” para uma “totalização dialética”. Temos que analisar a cultura como parte de um processo em andamento, e não como uma verdade pronta e acabada, como também, temos que analisar a cultura e seus diferentes processos de troca em uma dinâmica de igualdade, pois “la verdad no puede verse como algo determinado, sino como un proceso, como la conformación de una situación específica y su superación como un rehacer continuo, considerando la posibilidad de transformación del otro de manera permanente.” (FERNÁNDEZ & MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, 2004, p, 23). As verdades não são eternas, elas são

construídas e reconstruídas a cada novo encontro e a cada novo momento de reflexão, e acontecem em todos os locais e em todos os encontros, por este motivo não podem ser universais e estáveis.

4° Pressuposto – Diz respeito à necessidade de criar uma forma de inteligência real, com novos discursos que aspirem à sua legitimidade = é preciso reconhecer o valor de cada cultura em particular com a possibilidade da mesma transformar todas as outras com as quais tem contato. Cada cultura tem sua particularidade e, ao mesmo tempo, possui espaços nos quais as outras culturas podem transitar, causando uma melhor integração entre os diferentes. A cada encontro, nasce um novo ser, que pode se completar, e desta forma evoluir em relação ao ser que existia antes do mesmo acontecer.

5° Pressuposto – A filosofia intercultural é uma proposta epistemológica, que deve levar a um tipo de comunicação que valorize a interação e a interdependência que cada sujeito ou grupo humano assume em cada encontro e a cada troca de informação.

6. Um estilo de pensamento para a filosofia intercultural.

Devemos entender a filosofia intercultural como uma hermenêutica que nos permite pensar a realidade de diferentes pontos de vista, muito mais complexos e interativos. Propõe deixar pra trás um pensamento filosófico tópico, por um pensar filosófico diatópico; deixa de ver as realidades e verdades baseadas em apenas uma cultura, a europeia, para ver as realidades e verdades baseadas em múltiplas culturas.

Significa por consiguiente, que, en el intento y planificación de la filosofía intercultural, se impone la articulación activa de todos los sujetos, en tanto que hablan y participan con sus voces; para pasar luego a una relectura crítica de la filosofía oficial, por un reaprender a pensar respectivo y una transformación de la filosofía. (FERNÁNDEZ & MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, 2004, p, 25).

Contempla, desta forma, os discursos de grupos excluídos, dando-lhes a condição de reivindicar seu lugar de direito, tanto físico como simbólico, dentro do processo histórico ou contemporâneo, como são os casos dos indígenas e quilombolas no Brasil.

7. Qualidades da filosofia intercultural

A principal qualidade da filosofia intercultural é a de promover o diálogo entre os diferentes, dentro de uma perspectiva de igualdade, onde todas as vozes são ouvidas e levadas em conta. Tira desta forma a filosofia do paradigma monocultural e a leva para um paradigma multicultural, que possibilita a valorização e a inclusão das diferentes culturas envolvidas no processo de troca e de construção cultural.

Dentro das perspectivas da filosofia intercultural, vemos que a ação de releitura, reinterpretação e reflexão sobre as ideologias que direcionaram nossa história podem trazer respostas ou mostrar facetas até então escondidas nas subjetividades dos discursos e das ações.

Tendo a mesma, como base ideológica, para análise dos discursos dos nossos entrevistados, as simbologias encontradas poderão ter novos significados ou poderão dar novos significados às relações afetivas entre os diferentes sujeitos que compõem os casais e os grupos aos quais pertencem. Essas simbologias podem nos mostrar os desenvolvimentos do ideário hierárquico, que formulou os primeiros encontros raciais e étnicos em nosso território, como poderão mostrar, quais são as novas simbologias que constroem os relacionamentos contemporâneos.

CAPÍTULO IV- IDENTIDADE, MESTIÇAGEM E INTERCULTURALIDADE: ESCUTANDO OS ENTREVISTADOS.

4.1 - Relação da discussão teórica com a fala dos entrevistados numa brincadeira séria de “ser ou não ser” - Conhecendo os casais entrevistados.

Neste capítulo, vamos analisar e refletir sobre o discurso dos casais entrevistados, levando em conta que a mestiçagem é considerada por nós como uma ferramenta política, com objetivos formulados pelas elites intelectuais, políticas e econômicas que definem não apenas a identidade de um povo, mas também, o modo de vida do mesmo, direcionando as relações sociais, culturais e amorosas. Desta forma, o processo de mestiçagem toma uma dimensão tão ampla que pode direcionar as escolhas dos indivíduos e das sociedades.

Foram entrevistados quatro casais, sendo que um deles contou com a

participação da família. Em duas, a conversa foi individual e no local de trabalho dos envolvidos e um dos casais solicitou um questionário, pois o homem não se sentiu à vontade porque a entrevista seria gravada.

A entrevista mais curta durou trinta e nove minutos e a mais longa uma hora e doze minutos. Percebemos que os entrevistados queriam contar a história de suas vidas e sentiram, neste momento, uma valorização pessoal e familiar, também um momento de reflexão sobre os caminhos percorridos pelos seus antepassados.

Ao relacionarmos a fala dos entrevistados com o nosso referencial teórico, temos que ter em mente a nossa hipótese, na qual postulávamos que a sociedade brasileira, não possuía plena consciência da sua condição de mestiço, utilizando para sua identificação racial a cor de pele mais clara ou a etnia europeia, negando assim, sua condição de mestiço. Portanto, tentaremos buscar as subjetividades presentes no discurso dos indivíduos entrevistados, levando em conta de onde os mesmos saíram e encontram-se, visualizando não apenas a vida deles, mas também a história da sociedade brasileira.

Quadro de referência dos casais

Ordem	Nomes	Idade	Identificação
Casal 1	HC1	71	Ucraniano
	MC1	47	Negra
Casal 2	HC2	30	Índio
	MC2	21	Italiana
Casal 3	HC3	42	Negro
	MC3	36	Ucraniana
Casal 4	HC4	68	Ucraniano
	MC4	64	Polonesa

4.1.1 - CASAL 1 : HOMEM UCRANIANO E MULHER NEGRA

O casal um é formado por mulher negra que será identificada com o código MC1 (Mulher do Casal 1) e por homem não negro (branco), que será identificado com o código HC1 (Homem do Casal 1).

A MC1 tem 47 anos, nasceu na cidade de São Sebastião do Maranhão, em MG. e possui dois irmãos. É fruto de uma família que podemos considerar mestiça, pois os

avós maternos são formados por italiano com alemão, e os avós paternos são formados por negro e índio. Identifica o pai como negro, a mãe como italiana, os irmãos como morenos, pois não gostam dos termos: mestiço, pardo ou mulato. Identifica-se como negra e seu esposo como branco. Não sabe como é identificada pelo esposo ou pela família dele, pois nunca conversaram sobre o assunto, apesar de acreditar que a família dele a identifica como negra. Enquanto sua família identifica seu esposo como branco.

HC1 tem 71 anos e nasceu na cidade de Pirai do Sul, PR. Também é fruto de uma família mestiça, apesar de envolver menos etnias, pois tanto do lado materno como paterno, os avós são formados por ucranianos e poloneses. Identifica o pai, mãe, irmãos e a si mesmo como brancos brasileiros e nunca pensou na esposa em termos raciais e sim, como pessoa. Não sabe como é identificado pela esposa ou pela família dela, pois nunca conversaram sobre o assunto.

O casal não possui filhos e consideram-se, economicamente, de classe média. MC1 é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e trabalha como orientadora pedagógica na rede estadual de educação do Paraná. HC1 possui o ensino médio completo e trabalhou como vendedor até se aposentar. Atualmente, trabalha como terapeuta ocupacional, profissão na qual é autodidata.

Tanto MC1, como HC1, viveram em várias cidades. MC1 viveu em Itamarandiba MG. No PR. em Guaíra, Alto Paraná e Curitiba, no MT., viveu em Barra do Garça e no MS., em Aragarça. Sua família vive atualmente em Barra do Garça no MT.. O HC1 viveu em Pirai do Sul, São Jerônimo da Serra e em Curitiba, todas cidades do estado do PR., e sua família está, atualmente, em Curitiba, PR.

O casal conheceu-se na cidade de Curitiba, através da irmã do HC1, que trabalhava junto com a MC1. A irmã do HC1 era secretária na mesma escola em que a MC1 era orientadora educacional e insistia para que os dois se conhecessem, pois percebia que eram muito parecidos na forma de pensar e de agir. Os dois foram apresentados por telefone e, logo depois começaram a ter um convívio social constante. O namoro aconteceu de forma natural.

Quanto à aceitação do namoro, o HC1 percebeu algumas reservas em relação aos amigos e familiares da MC1 pela diferença de idade, que é de 24 anos, e não percebeu dificuldades na questão racial. A MC1 percebeu nas duas famílias a preocupação em relação à cor e à diferença de idade, narrando situações constrangedoras dos dois lados. Ao contrário do HC1, acredita que as questões raciais foram as principais preocupações.

Nas questões que envolvem os conceitos de mestiçagem e de raça, as opiniões foram distintas. Quando perguntada sobre o conceito de mestiçagem ou de raças, a MC1 definiu como pessoas de diferentes origens e se classificou como tal, devido às suas origens, negro, índio, italiano e alemão. Acredita não haver vantagem ou desvantagem em ser mestiço, mas acredita que os filhos oriundos de casais mestiços são mais fortes, fisicamente. Não vê como correto classificar as pessoas racialmente para definir direitos, pois somos todos brasileiros e que todos devem ter os mesmos direitos e oportunidades.

O HC1 definiu o conceito de mestiçagem ou de raças como uma segregação com o intuito de dividir as pessoas em grupos. Não se considera mestiço e não vê diferença entre os descendentes mestiços e não mestiços e, também acredita não haver vantagem ou desvantagem em ser mestiço. Acredita que tudo depende do esforço e desempenho de cada pessoa. A percepção da MC1 em relação às questões raciais é mais evidente e relata que sempre conviveu em regiões com muitos negros e índios. Cita que o preconceito racial contra esses grupos é mais evidente, pois a aparência física vem cheia de simbologias.

Alguns fatos narrados pela MC1 deixa clara a separação promovida pelas questões raciais:

- Quando o casal resolveu se casar, a família da noiva veio conhecer o noivo para dar aprovação. Além do caráter do noivo, outra preocupação foi o fato do mesmo ser branco. Segundo as simbologias da família da noiva, as pessoas brancas são mais fracas fisicamente, envelhecem mais rápido, ficam doentes facilmente e não gostam de trabalhar, principalmente, em serviços braçais.

O irmão mais velho possui uma posição de importância na hierarquia familiar e cabia ao mesmo aprovar ou não o casamento. O moço criou algumas situações que são desaprovadas pela família para testar o noivo, como por exemplo: pedir cigarro, convidar para ir beber em algum bar, puxar conversa sobre mulheres ou iniciava assuntos que pudessem desqualificar o noivo. Essas atitudes podem não ser consideradas como questões raciais, mas para a família são questões associadas de forma negativa aos negros e aos indígenas e por este motivo reprovadas pelos mesmos, que buscam atitudes positivas em todos os momentos, buscando superar assim, essas simbologias negativas. O irmão possui dentro da estrutura familiar, o papel chamado por Foucault (1986) de “poder disciplinar”, poder este que está “preocupado, em

primeiro lugar, com a regulação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo”. (HALL, 2006, p. 42)

Depois de alguns dias de convívio, perceberam que o noivo possuía um bom caráter e que isto era o mais importante. Outra situação diferente, foi durante o casamento.

Os familiares do noivo e da noiva não se misturaram, cada família ficou de um lado da igreja. Como disse a noiva, um lado era todo branco e o outro todo negro e índio, não se misturaram nem durante a festa.

O peso das questões raciais nessas situações foi mencionado pela MC1. O HC1 relacionou a preocupação natural da família em saber quem seria a pessoa que iria entrar na família e a separação no dia do casamento, pelo fato dos convidados e os familiares não terem nenhum tipo de convívio. A relação do casal com as famílias é respeitosa, pois a família da MC1 vive em Barra do Garça, no MT. e a família do HC1, em Curitiba, no PR. O casal vive em Irati, PR., e a distância facilitou o convívio entre os grupos.

Ao analisar a fala do casal um, podemos perceber como o conceito de raça é flexível e conflitante no pensamento coletivo e individual, como o mesmo toma formas e significados diferentes, até mesmo para pessoas que vivem juntas e se relacionam de forma mais íntima e afetiva. Quando mencionam que não existem diferenças e, que todos pertencemos à raça humana, estão desta forma, negando a existência de raças no âmbito biológico, o que é postulado por aqueles que se encontram na linha do eliminativismo racial (PONTES, 2014). Apesar de pensarem da mesma forma neste quesito, a percepção dos mesmos em relação à presença do conceito de raça e do preconceito racial, nas relações sociais e amorosas, em nossa sociedade, é distinta.

O HC1 vê o conceito de raças como uma ferramenta política para dividir as pessoas em grupos e, desta forma, favorecer um determinado grupo. Visualiza o preconceito racial como algo dos outros, longe do seu círculo social. Já a MC1 percebe o preconceito racial como algo presente no seu círculo social e muito presente na sua vida e nos lugares por onde viveu, apesar de não discutir o assunto. Está mais próxima do conceito de raça defendida pela linha do construtivismo racial (PONTES, 2014).

Esta confusão encontrada no casal um, nos mostra que o preconceito racial de marca e de origem (NOGUEIRA, 2006), está vivo em nossa sociedade e ainda é percebido nas relações sociais brasileiras como algo do outro, principalmente, pela

pessoa não negra ou pelas pessoas que não possuem a fenotipização negativa relacionada às raças inferiores. Este fato nos faz entender que a simbologização do racismo ainda cumpre seu papel de camuflar o preconceito com eficácia, tirando a responsabilidade da sociedade, para a responsabilidade do indivíduo.

A simbologização que serve de escudo para o preconceito racial, explica o motivo pelo qual o HC1 não percebe as situações narradas pela MC1 como motivadas pela diferença racial e sim, pela preocupação da diferença de idade e as pessoas não se conhecerem. A mesma simbologização que impossibilita o HC1 de visualizar o preconceito racial, também é responsável por possibilitar que a MC1 e sua família criem valores e simbologias referentes ao significado da raça branca, percebido neste caso quando a MC1 menciona que sua família acredita que os “brancos” são pessoas que envelhecem mais rápido, que são mais fracos e não gostam de trabalhar, principalmente, em serviços braçais. Não podemos imaginar que o racismo é uma via de mão única, ele possui mão dupla, onde a mesma pessoa pode racializar ou ser racializada.

Fica evidente o modo de atuar do preconceito racial de marca, onde as relações são flexíveis ao ponto da pessoa não perceber que está sendo discriminada, que é o caso do HC1, o qual enxerga o preconceito racial nas situações cotidianas das outras pessoas e não na sua.

A MC1 se vê como mestiça devido as suas origens e o HC1, apesar de ser filho de ucraniano com polonês, não se identifica como mestiço. Isso mostra como a marca é importante para as simbologias de identidade. Aqueles que trazem a marca da cor ou da aparência de forma evidente conseguem perceber a mestiçagem como ponto de identidade. A MC1 identifica-se e é identificada como negra, mas tem clareza do seu processo de mestiçagem. Enquanto HC1 identifica-se como branco e não percebe o processo de mestiçagem na sua formação, pois seu processo foi étnico/cultural, o que lhe permite identificar-se e ser identificado pelo quesito cultural ou pela proximidade com um determinado grupo étnico.

O casal não vê vantagens ou desvantagens em uma sociedade ou em um casal mestiços, apesar de a MC1 acreditar que filhos de relações mestiças sejam mais fortes fisicamente e mais bem preparados para viverem em uma sociedade que respeite a diversidade. Defendem que separar os indivíduos e/ou os grupos racialmente para definir direitos é um erro que pode vir a prejudicar o nosso país, pois somos todos brasileiros e isso é o que deveria servir de base para possuir direitos ou não; o

crescimento individual deveria depender do esforço de cada pessoa e não da sua aparência.

Mesmo sem o conhecimento científico do assunto, o casal acaba fazendo uma crítica à dinâmica da fenotipização das diferenças civilizatórias e culturais, que possibilita a organização da sociedade, levando em conta o fenótipo da sua população, com o objetivo de dar vantagem a um determinado grupo, criando uma ordem social baseada em uma ideologia raciológica e criando um pensamento racial coletivo importante para a identificação racial dos indivíduos e/ou grupos como vem acontecendo no Brasil, através das Políticas de Ações Afirmativas promovidas pelo Estado.

Para superar as dificuldades vindas das questões raciais com os familiares, o casal optou pelo distanciamento, morando em uma cidade diferente e não conversam sobre o tema, tanto que nenhum dos dois soube dizer como o outro o identificava racialmente. Esta é uma característica do preconceito racial de marca no tocante à etiqueta que, para evitar os conflitos e os momentos de desconforto, os indivíduos evitam falar sobre questões raciais ou de preconceitos.

A MC1 que tem a marca como forte fator de identidade, buscou a superação dos preconceitos vividos através da capacitação profissional e acadêmica, que é a reação comum de indivíduos discriminados pela marca. Procuram superar a marca distanciando-se das simbologias a ela relacionadas, facilitando assim sua aceitação social e racial.

Podemos também identificar que a mestiçagem da MC1 deu-se entre sujeitos diferentes cultural e racialmente, o que lhe deu uma percepção e uma amplitude maior do processo de mestiçagem e do peso dos preconceitos, já que carrega a marca do negro, o que negou à mesma a possibilidade de escolher sua identidade dentro das várias possibilidades de descendentes. Sua identidade é imposta pela marca. O processo de mestiçagem do HC1 aconteceu apenas na diferença cultural, o que lhe deu uma percepção de mestiçagem diferenciada. O peso do preconceito racial nas suas relações foi quase imperceptível. O HC1 não carrega em si o peso da marca, o que lhe possibilita passar despercebido na multidão e deu-lhe a possibilidade de escolher entre seus descendentes uma identidade. O critério de escolha foi pela afinidade cultural.

Neste casal, o processo de mestiçagem criou um novo ser, pois os preconceitos trazidos pela MC1 do seu núcleo familiar, em relação à raça branca foram superados

com o convívio com seu esposo, que não é segundo ela: “da maneira que ela imagina, ele é trabalhador e respeita todas as pessoas como iguais”. A MC1, de certa forma, colocou em cheque a ideologia do branqueamento, pois, apesar de ter na sua descendência italiano e alemão, possui o fenótipo do negro e do índio, o que contraria as expectativas dos seus idealizadores.

Possuem consciência de suas origens, mas entendem que são diferentes dos seus descendentes, se consideram brasileiros descendentes de outras raças e/ou etnias, dando assim um aspecto positivo para a mestiçagem brasileira e fortalecem o pensamento de que não existem povos, culturas, indivíduos ou sociedades puras, além do mundo das ideias.

Neste casal, nossa hipótese não se confirma, pois acreditávamos que os indivíduos não possuíam plena consciência da sua condição de mestiço. Podemos perceber que existe a consciência do processo de mestiçagem, sendo que o mesmo é proporcional à marca que o indivíduo carrega. Quanto maior a marca racial no indivíduo, maior o grau de consciência do seu processo de mestiçagem, que é racial e cultural. E naqueles que o processo é apenas cultural, a consciência da mestiçagem é menor. Isso não quer dizer que os indivíduos identifiquem-se como mestiços. A escolha da identidade se relaciona com a marca ou com a cultura e, aos poucos, as outras raças e/ou etnias envolvidas no processo vão perdendo força identitária, principalmente, pela questão da assimilação do novo, e não por uma escolha de negação consciente.

4.1.2 - CASAL 2 : HOMEM INDÍGENA e MULHER ITALIANA

O casal dois é formado por mulher branca, identificada como MC2 (Mulher do Casal 2) e por homem índio, que será identificado como HC2 (Homem do Casal 2).

A MC2 tem 21 anos, nasceu na cidade de Bituruna, PR. e possui uma irmã. Os avós maternos são bugres e os paternos, italianos. Identifica tanto pai, mãe e irmã como italianos. Identifica-se como italiana e seu esposo como índio, e tanto o esposo como a família dele, identificam-na como italiana.

O HC2 tem 30 anos e nasceu na cidade de Cruz Machado, PR. Possui nove irmãos. Os avós maternos são índios e os paternos, formados por alemão e polonês. Identifica pai como branco, mãe como índia e irmãos como mestiços. Identifica-se como mestiço e sua esposa como italiana. Tanto a esposa como a família dela o

identificam como índio.

O casal está junto há sete anos e não possuem filhos. Consideram-se economicamente de classe média. A mulher é estudante de fonoaudiologia na Universidade Estadual do Centro-Oeste em Irati, PR., não trabalha por estudar em período integral. O homem possui uma formação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Guarapuava, PR. e outra, em Sociologia pela Universidade de Canoinhas, SC. Trabalha como professor na rede estadual de educação do Paraná.

A MC2 sempre viveu em Bituruna até vir estudar em Irati e sua família vive em Bituruna. O HC2, viveu em várias cidades do estado do PR.: Guarapuava, Faxinal do Céu, Pinhão, Bituruna, Foz do Iguaçu, Antônio Olinto e Rebouças. Sua família vive em Cruz Machado.

Conheceram-se em Bituruna quando o HC2 foi trabalhar naquela cidade. HC2 conheceu MC2 no local de trabalho e, um ano depois, começaram a namorar. O namoro foi bem aceito pela família da MC2. Apenas alguns parentes distantes do lado da mãe, mostraram resistência ao relacionamento. Uma das amigas da esposa mostrou desde o início não gostar do HC2, principalmente, por sua aparência de índio. A família do HC2 aceitou o relacionamento com naturalidade, pois é acostumada com a mistura dentro da família. As famílias se entenderam logo de início e os amigos do HC2 também viram o relacionamento de forma natural.

Os dois perceberam situações de preconceito em relação aos familiares do lado da mãe e de alguns amigos da mulher, principalmente, de uma amiga. Situações que são pouco frequentes por causa da distância existente entre essas pessoas e o casal.

O HC2 percebeu algumas situações de preconceito em relação aos familiares do lado da mãe, que o cumprimentavam e conversam com ele quando estavam reunidos em família, mas quando o encontravam na rua ou em outros lugares, faziam de conta que não o viam ou nem conversavam com ele. Percebe na família da mulher situações que mostram o preconceito inconsciente existente no coletivo do povo brasileiro. Narrou que determinada vez, a MC2 estava contando para a mãe que: “uma mulher estava batendo na criança. Essa mulher tinha quatro ou cinco filhos. A mãe de MC2 comentou que isso é bem coisa de negro, é bem coisa dessa negada”. Relatou também que quando alguém sai com uma menina negra, logo falam que “fulano está saindo com aquela negrinha”, em tom pejorativo e, se fosse com uma loira, com certeza não iriam falar

“com aquela loirinha” a mesma forma pejorativa. Isso mostra o pensamento preconceituoso existente no inconsciente da família da MC2 e do povo brasileiro, e com o convívio fora do núcleo familiar fez com que a mulher percebesse essas situações de preconceito.

O HC2 acredita que sua aceitação foi facilitada por ser professor que, segundo ele, numa cidade pequena, traz certo status social.

Nas questões que envolvem os conceitos de raça, etnia e mestiçagem a MC2, acredita ter diferenças entre raça e etnia, mas não soube explicar com clareza as diferenças. Definiu raça como diferenças físicas, a cor da pele e etnia, como sendo sua origem, de onde você veio, as diferenças culturais. Vê a mestiçagem como uma mistura entre as raças, como é o caso da família do seu esposo, onde os irmãos são bem diferentes um do outro, e uma mistura cultural, como é o caso do povo brasileiro.

Acredita que as pessoas formadas e educadas numa relação mestiça aprendem desde cedo a ter um respeito maior pela diversidade, reconhecem o preconceito com mais facilidade podendo, desta forma, denunciá-lo e superá-lo. Acredita que, no Brasil e no mundo, não existem mais raças puras, seja na aparência ou na cultura e, por este motivo, devemos respeitar e aprender com os povos mestiços como o brasileiro. O HC2 definiu raça como sendo apenas uma, que é a humana e etnia, são as subdivisões das raças, as quais se diferenciam através da cultural. As etnias são formadas por pequenos grupos com costumes diferentes. Dá como exemplo os povos indígenas e africanos que, apesar das semelhanças físicas, tanto indígenas como africanos são divididos em várias etnias. As diferenças culturais formam as várias etnias, mas são todos indígenas ou africanos.

Acredita que a diversidade facilita o convívio em sociedade e pode, com o tempo, acabar ou diminuir com os preconceitos. Dá como exemplo sua própria família, onde não existe preconceito racial, pela própria constituição da mesma. Dos dez filhos, alguns possuem aparência indígena, outros são loiros de olhos claros, um é moreno de olho verde, um tem a pele mais escura do que a dele e os outros são morenos.

Acreditam que os casais interraciais podem ensinar a sociedade como superar os preconceitos, e defende que o primeiro passo é quebrar o preconceito dentro do núcleo familiar, depois das pessoas mais próximas e, finalmente, alcançar toda a sociedade. Ensinar através do exemplo é o melhor caminho pois, respeito, tolerância, aceitação e bom caráter só podem ser ensinados por quem os pratica. Entendem que a mestiçagem

brasileira é um ponto positivo para o país por torná-lo único e muito rico na sua diversidade racial e cultural. O problema está na não aceitação desta diversidade por parte das elites intelectuais, políticas e econômicas do nosso país.

A percepção da MC2 em relação às questões raciais foi se transformando durante a vida, pois não percebia o preconceito dentro do seu núcleo familiar e entre seus amigos, não conseguia ler as entrelinhas das relações sociais e acreditava que o modo de pensar e agir da sua família eram o correto. Convivendo com o HC2, com os amigos da faculdade e por morar em outra cidade, a percepção de mundo se modificou e agora consegue ler as entrelinhas e as situações de preconceito ficaram mais evidentes.

Ocorreu com a MC2 uma transformação que mudou suas simbologias de pertencimento e Hall (2006) acredita que estas mudanças “estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (p. 01)

Isso causa o que é chamado de deslocamento ou descentração do sujeito, que é no caso da MC2 causado pelo seu deslocamento “tanto do seu lugar no mundo social e cultural quando de si mesmo” (HALL, 2006, p. 01) causando uma crise de identidade, o que possibilita a construção, muitas vezes dolorosa, e o surgimento de um novo indivíduo, com novas simbologias de pertencimento e de diferenciação, agora como um indivíduo fragmentado com varias identidades.

Percebe o preconceito de algumas pessoas em relação ao seu esposo, por causa da sua aparência, e, em relação a ela, por causa do sotaque, mas acredita que a aparência traz mais dificuldades e gera mais preconceitos do que as diferenças culturais.

A percepção do HC2 em relação às questões raciais são bem fortes, pois desde criança situações de preconceito se fizeram presentes em sua vida. Sempre foi identificado pela aparência, chegando a ganhar o apelido de “índio” na escola e, sendo mais reconhecido pelo apelido do que pelo nome. Apesar de ter morado em várias cidades, sempre o identificaram como índio, o que lhe trouxe algumas dificuldades profissionais. Percebe que os preconceitos relacionados à aparência são muito mais fortes do que os culturais e deve se esforçar e ser sempre melhor do que os outros para ter o mesmo respeito.

O casal narrou algumas situações vividas, onde fica evidente o preconceito racial sofrido pelo HC2 no convívio com a família da MC2.

- O HC2 menciona que a família da MC2 se considera italiana, vivendo no Brasil, pois

sempre se identificam como “gringos”, no sentido de dizer que não fazem parte das coisas ruins que acontecem no Brasil. A MC2 somente relacionou essa situação com as questões raciais depois que passou a conviver com o esposo;

- Durante uma festa de aniversário de um primo, o avô do mesmo chegou, cumprimentou a todos de mão pegada e pulou o HC2. Nesta mesma festa também não cumprimentou o namorado da prima que era negro;

- Em outra festa, o avô dos primos conversou com o rapaz negro de forma respeitosa e perguntou para o HC2: “Como vai o nosso “nigre””? Palavra italiana para negro. Desta vez ficou evidente a rejeição por causa da aparência;

- Numa determinada vez em que o HC2 cortou a grama na casa da mãe da MC2, ficou um “toquinho” aparecendo e, um dos primos reclamou dizendo que aquilo era serviço de negro, num tom pejorativo. Todos consideraram como uma demonstração de provocação.

- Outro fato: Apenas uma amiga da MC2 não aceitou o namoro, deixando claro que não gostava do HC2 e sempre dizia que: “Ele (HC2) não combina com você (MC2), é muito feio pra você (MC2)”. A MC2 comenta que ela (a amiga), não vai com a “cara” dele, apesar de tratá-lo com respeito, mas dá pra ver que é pura falsidade. Essa situação é percebida pelo HC2, que relaciona apenas como preconceito, já que essa amiga tem descendência polonesa e, por este motivo, se acha superior a ele que tem descendência indígena. Ele simplesmente não se relaciona com essa amiga, mas não proíbe que a esposa tenha amizade com ela;

O HC2 sempre teve problemas por causa da sua aparência e relatou alguns problemas profissionais causados pelo preconceito:

- Os alunos o chamavam de “professor índio” em tom pejorativo, dizendo: “Ô índio, volta para o mato que seu lugar não é aqui”; - “não sabe nem corrigir um trabalho por ser índio”; - “onde já se viu um neguinho que andava carpindo e roçando querer dar aula para nós”.

Relatou o fato ao diretor da escola, o qual respondeu “que o mesmo tinha que aceitar isso, porque para os alunos era difícil vê-lo como professor”. O HC2 chegou ao ponto de não sair da sala dos professores durante o intervalo, por sempre ouvir provocações dos alunos, e a direção não tomou nenhuma atitude, achando isso normal, o que, segundo ele, é uma prova de como o preconceito contra o índio e o negro existe;

O casal passou por situação de constrangimento em dois bailes na cidade de

Bituruna. Todos os familiares da MC2 passaram tranquilamente pelos seguranças, o HC2 foi revistado, pois se alguém tinha a probabilidade de estar armado, de ser um bandido, era ele. Depois disto, o casal não foi mais em bailes na cidade;

O casal relatou a importância da educação formal para ampliação do entendimento de mundo e para a percepção das questões raciais, como também, para a aceitação das diferenças culturais. O convívio com outros grupos é importante para a superação dos preconceitos por possibilitar uma gama nova de conhecimentos e experiências.

A relação do casal com os familiares é muito próxima e boa. A família da MC2 trata o HC2 como o queridinho da família. A família do HC2, também trata a MC2 com o maior carinho. As famílias visitam-se e relacionam-se muito bem. A família da MC2 vive em Bituruna e a do HC2 em Cruz Machado.

No casal dois, o preconceito racial de marca é ainda mais vivo do que nos outros casais, não sendo apenas percebido nas relações sociais como algo do outro, mas como algo “meu”, principalmente para o HC2, que traz em si a marca negativada relacionada ao indígena. Em relação ao HC2 podemos perceber várias características do preconceito de marca, sendo que os mais visíveis são relativos:

- ao modo de atuar quando os familiares tratam-lhe de diferentes formas conforme a situação e o local;
- a definição do grupo discriminado e do grupo discriminador que está diretamente ligada à aparência, sendo que o HC2 sempre foi identificado por ele e, principalmente, pelos outros como índio, devido a sua semelhança com os descendentes da mãe, o que o impossibilita de escolher sua identidade;
- a carga afetiva que podemos perceber quanto à amiga da MC2 diz que ele é muito feio pra ela, está levando em conta apenas a aparência e reforçando as simbologias negativas ligadas à etnia indígena;
- a reação do grupo discriminado, o HC2 buscou na mudança intelectual e profissional armas para superar as discriminações sofridas e, principalmente, para desconstruir as simbologias negativas relacionadas aos indígenas, o que, segundo ele, facilitou e ainda facilita em algumas situações sua aceitação. De certa forma, o processo de capacitação acadêmica e profissional ao qual o HC2 passou possibilitou sua assimilação e adaptação à sociedade.

A camuflagem da simbologização é menos eficiente em relação ao HC2, mas

ainda protege a sociedade da responsabilidade do preconceito e deixa a responsabilidade no indivíduo que discrimina, mas mostra-se eficaz em relação à MC2 e a seu núcleo familiar. Quando a MC2 relata que, enquanto vivia apenas com seu núcleo familiar e de amigos, não percebia o pensamento preconceituoso, mostra que o inconsciente coletivo de seu grupo de convívio e da sociedade como um todo é preconceituoso e protegido pela invisibilidade promovida pela força dos símbolos criados em torno da marca.

Este fato fica evidente quando a MC2 menciona que as coisas que ela fazia antes de conhecer e viver com o HC2 acreditava serem certas, pois todos faziam e pensavam da mesma forma. Exemplifica com frases que eram comuns serem ditas por ela e pelas pessoas próximas como: “isso é coisa de negro”, “tinha que ser negro”, “olha a cor”. Nunca percebeu essa forma de pensar como preconceituosa, pois todos falavam e falavam desta maneira num tom de brincadeira, sem maldade, e que esta forma de pensar e de falar sem pensar faz parte da cultura brasileira.

Essa forma de pensar das pessoas que faziam parte do círculo social da MC2 demonstra o poder ideológico das dinâmicas raciais postuladas por Moore (2007), as quais criam diferenças baseadas no fenótipo, na criação de valores relacionados ao fenótipo e no estabelecimento de uma ordem social baseada no racismo, permitindo o controle social, mesmo quando o conquistador e/ou opressor não está mais presente. Essas dinâmicas constroem uma forma de pensar coletiva em relação ao outro e a si, tanto individual como coletivamente, construindo o que Moore (2007) define como metacoscilência histórica, mesmo quando o outro está distante.

A MC2 passou por um processo de transformação chamado por Michel Serres (1997) como o surgimento do terceiro instruído que, ao se mudar de cidade, conhecer novas pessoas na universidade e, principalmente, ao se unir com o HC2, modificou-se de tal maneira que o ser que existia antes deixou de existir para dar lugar a um novo ser. Isso fica evidente quando a mesma analisa que as ações de alguns amigos e familiares em relação ao HC2 são motivadas pelo preconceito racial, coisa que ela não perceberia antes. Destaca a importância de viver em outra cidade e de conviver com os colegas de universidade na sua transformação, que conheceu e percebeu a existência de outro mundo, ampliando sua visão e esse movimento

... exige um dilaceramento que arranca uma parte do corpo à parte que permanece ligada à margem do nascimento, à proximidade de parentesco, à casa e aos costumes próprios do meio, à cultura da língua e à rigidez dos hábitos. Quem não se mexe não aprende nada”. (SERRES, 1997, p. 23)

A MC2 passou por um processo de mestiçagem menos evidente, pois não carrega o peso da marca, tem a aparência desejada pelos idealistas do branqueamento e, apesar de ser descendente de bugre (índio) e italiano, é identificada como italiana, tanto racialmente como culturalmente. O processo de mestiçagem é pouco perceptível, como também é imperceptível o processo do preconceito racial. As ideias postuladas pela política do branqueamento alcançaram completamente seus objetivos quando pensamos na MC2, pois sua mestiçagem além de eliminar os traços indígenas de sua descendência, também realizou a assimilação cultural tão desejada, tirando os traços culturais indígenas da MC2. Não se considera mestiça, nem racial, nem culturalmente.

O HC2 também é a prova de que a política do branqueamento teve seus contratempos, pois apesar de ser descendente por parte de pai de alemão e polonês, a marca presente nele é a do indígena herdado pela mãe o que, de certa forma, contraria os ideais do branqueamento que, segundo Romero²⁴, iria com o tempo eliminar os traços físicos de negros e índios. Apesar de não alcançar seus objetivos raciais, a ferramenta do branqueamento alcançou o objetivo de assimilação do contingente indígena, pois culturalmente o HC2 não apresenta o comportamento cultural “esperado pelo pensamento coletivo” para a comunidade indígena. O HC2 sofreu um processo de mestiçagem racial e cultural que deu-lhe uma percepção ampliada tanto do processo da mestiçagem como do processo do preconceito racial brasileiro. Possui consciência de sua condição de mestiço, mas se identifica como índio devido a marca que lhe é evidente. Não nega suas outras linhagens, mas relata que nenhuma delas foi incorporada na sua educação de forma evidente, sendo essa mais uma característica da sua mestiçagem e, podemos dizer, de sua assimilação.

O casamento também transforma o HC2, pois o mesmo passa a entender melhor a forma de agir e pensar de outras pessoas, transformando-o em um novo ser. O HC2 relata que procura evitar o conflito nas relações familiares por entender que a família da MC2 vem de outro contexto, mas tenta mostrar para os mesmos que algumas formas de pensar e agir são motivados pelo preconceito racial e, que o mesmo está inconsciente em nossa sociedade. A marca é tão forte no HC2 que, mesmo vivendo em várias cidades, sempre é identificado como índio, o que lhe fez assumir esta identidade.

O HC2 acredita na visão defendida pelo eliminativismo racial, na qual não existem diferentes raças entre os seres humanos, e que somos todos de uma única raça,

²⁴ In: ALMEIDA JR. 2010, p. 78P.

mas defende que as diferenças culturais formam pequenos grupos que são as etnias. Apesar desta crença, reconhece que o conceito de raça é algo vivo e presente em todas as sociedades enquanto diferenciação baseada na aparência e que o preconceito racial é forte e presente na sociedade brasileira e mundial. Menciona que as simbologias, baseadas na aparência racial, já lhe trouxeram muitas dificuldades profissionais pois, segundo um ex-diretor é difícil para as pessoas enxergarem como professor devido a sua origem pobre e pela sua aparência de índio, pois dentro do imaginário coletivo, índio deve estar na aldeia e/ou fazendo balaio. Acredita que sofre preconceito, devido à aceitação coletiva da existência das raças e pela hierarquização construída por ela.

A MC2 não soube definir muito bem o conceito de raça, mas diferenciou raça de etnia. Raça está relacionada à aparência física, à marca, e etnia às questões culturais; por este motivo, não se identifica como mestiça e sim como italiana, pois não possui a marca da mestiçagem racial e nem cultural. O lado bugre de sua descendência perdeu força e identidade, visto que o núcleo familiar estava concentrado nos descendentes italianos e, fenotipicamente, todos são brancos e identificam-se como tal. Importante destacar que, apesar de não acreditar na existência de raças para formular sua identidade, leva em conta o fato de ser branca na aparência e de ser criada na cultura italiana, citando a língua e a culinária com elos de identidade com os descendentes. Podemos dizer que a MC2 utiliza os conceitos de etnia para se identificar, pois como destacou Munanga (2003), na etnia o indivíduo possui uma mesma história, uma mesma cultura e moram num mesmo local, que é o caso da família da MC2. Ela percebe a mestiçagem como uma mistura entre as raças, como é o caso da família do seu esposo, onde os irmãos são bem diferentes uns dos outros, e também como uma mistura cultural que é o caso da sua família e do povo brasileiro.

O casal vê muitas vantagens em uma sociedade mestiça, e que isto aumenta a riqueza da diversidade racial e cultural. Acreditam que casais interracialis podem ensinar a sociedade a conviver com o diferente e a ter um respeito maior pela diversidade, algo que é tão importante nas sociedades contemporâneas. Este convívio com o diferente pode levar as pessoas a reconhecer e superar todos os tipos de preconceitos, formando uma sociedade melhor para todos. Pode também ensinar a sociedade que é possível superar os preconceitos, sendo que o primeiro passo é quebrar os preconceitos dentro do núcleo familiar, depois das pessoas próximas e, finalmente, da sociedade. Ensinar através do exemplo é o melhor caminho e o HC2 dá como exemplo sua família, onde

cada irmão tem uma aparência e por isto não se permite nenhum tipo de preconceito, prevalecendo o respeito. Entendem que a mestiçagem brasileira traz vantagens ao país, que o torna único na sua diversidade cultural e racial.

O casal optou pelo distanciamento com os parentes preconceituosos, mantendo apenas uma relação de respeito. Com os familiares próximos, construíram uma relação muito boa, através do convívio constante das duas famílias e do casal com os dois núcleos familiares. Podemos perceber que tanto o HC2 como a MC2 sofreram uma assimilação inconsciente para facilitar o convívio com a família do outro, sendo que o processo de assimilação do HC2 foi mais complexo, pois passou também por uma assimilação social desde sua infância, para superar as simbologias negativas relacionadas à marca indígena. A MC2 passou por um processo de adaptação para o enfrentamento dos preconceitos direcionados ao esposo, os quais percebe e luta contra.

Vale destacar que, apesar de o casal narrar as mesmas situações de preconceito em relação à família e à uma amiga da MC2 para com o HC2, os dois não haviam conversado sobre o assunto, o que mostra a força do preconceito racial de marca, onde as pessoas procuram não conversar sobre as questões raciais para evitar algum desconforto ou situação de conflito.

Nossa hipótese não se confirma em relação ao HC2, que possui consciência de seu processo de mestiçagem, chegando a se identificar como tal, apesar do peso que a marca lhe impõe. Identifica-se racialmente como índio devido à marca e, culturalmente como mestiço, percebendo que, na sua família, o processo de mestiçagem está apagando as características particulares de todas as descendências e formando uma nova identidade, a brasileira.

Em relação a MC2 nossa hipótese se confirma, pois a mesma não possui consciência de sua condição de mestiça. Como não carrega o peso da marca, sua identificação baseia-se nas questões culturais o que possibilita identificar-se como italiana. Neste caso, o processo de mestiçagem apagou a descendência bugre (indígena).

4.1.3 – CASAL 3 : HOMEM NEGRO e MULHER UCRANIANA

O casal três é formado por mulher branca, identificada com o código MC3 (Mulher do Casal 3) e homem negro, identificado com o código HC3 (Homem do Casal 3).

A MC3 tem 36 anos, nasceu no distrito de Itapar, na cidade de Irati, PR., e possui nove irmãos. Os avos maternos são ucranianos e os avos paternos são poloneses. Identifica o pai como polonês, a mãe como ucraniana, os irmãos e a si como ucranianos. Identifica seu esposo como moreno e, tanto o esposo como a família dele a identificam como ucraniana.

O HC3 tem 42 anos, nasceu na cidade de Borrazpolis, PR. e tem quatro irmãos. Os avos paternos são formados por ndio e negro, filho de escravos, e os maternos são formados por português e espanhol. Identifica pai como branco, mãe como negra e irmãos como negros. Identifica-se como negro e sua esposa como ucraniana. Tanto a esposa como sua família, identificam-no como negro ou moreno.

O casal está junto há nove anos. Possuem dois filhos e se consideram economicamente de classe média. A MC3 é formada em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, possui ps-graduação em Gestão Escolar e está terminando o curso de Pedagogia da Alternância. Trabalha como orientadora educacional em uma escola particular e sempre viveu no município de Irati, PR. Seus pais ainda moram no distrito de Itapar, no interior de Irati, PR. O HC3 é formado em Geografia e também possui ps-graduação. Trabalha como professor na rede estadual de educação. Viveu em Juciara, Palmeiras e Curitiba, todas do Estado do PR. Sua família vive em Curitiba, PR.

O casal se conheceu em Faxinal do Céu, PR., durante um encontro sobre Cultura Afro-brasileira e Africana, no ano de 2006. O HC3 foi como representante de uma escola de Curitiba, PR. e a MC3 como representante de uma escola de Irati, PR. Em uma saída do auditório, o HC3 viu a MC3 na porta e tomou a iniciativa de iniciar a conversa. Como era último dia do encontro, trocaram e-mail. Voltaram cada um para sua cidade e começaram a trocar mensagens por e-mail e depois de uns sessenta dias ele propôs conhecerem-se melhor. Ela passou-lhe o número do celular e combinaram uma visita. Logo em seguida começaram a namorar.

O HC3 relata que a família da MC3 teve um pouco de receio por ele ser uma pessoa estranha que veio de longe, de outra cidade e que não tinham nenhuma referência sua e nem de sua família, o que para ele, era normal. Mas logo que o conheceram, passaram a aceitá-lo. Ficou sabendo depois que algumas amigas da MC3 tiveram alguma rejeição em relação ao namoro por não saberem quem era e quais eram as intences “daquele nego que vinha de outra cidade”. Acredita que as dvidas ou receios eram normais em relação  incorporação de uma pessoa estranha dentro do

núcleo familiar, mas quando o conheceram melhor e perceberam que era uma pessoa séria, honesta, de bom caráter e que suas intenções eram as melhores possíveis, namoro e casamento, tudo ficou bem tranquilo. A sua família, num primeiro momento, ficou preocupada com a distância e com o fato de não conhecer a outra família. Houve certa cobrança pela mãe do HC3, por ele ter saído de um relacionamento de seis anos e pensava ser mais uma aventura do filho. Assim que as famílias se conheceram, as dúvidas acabaram e, atualmente, se dão muito bem.

A MC3 relata que existia um pouco de receio por parte de sua família por ele ser uma pessoa totalmente estranha, vinda de outra cidade e por ser mais moreno. Esperava mais dificuldades na questão racial, pois na cidade e na região existiam poucas pessoas negras, o que trazia um pouco de preocupação por não saberem bem o que esperar. A MC3 mostrou que sempre teve o desejo de casar com um homem moreno e que tinha certa preocupação de como o HC3 seria recebido pelos familiares e amigos, mas surgiram poucos comentários e de forma muito discreta. Utilizou sempre a palavra moreno no lugar da palavra negro para identificar o esposo, os filhos e outras pessoas da cor negra. Relatou que como sempre quis casar com um moreno e, se a família não aceitasse, iria lutar pelo relacionamento, pois era seu desejo. Aconteceram alguns comentários como: - “Nossa! Ele é bem moreno, mas é gente boa”. Até o próprio pai comentou que ele era bem moreno. O irmão tinha receio e acreditava que o HC3 não tivesse interesse em casar, que queria só se aproveitar da situação. Uma amiga comentou que ela deveria ter cuidado por ele ser de fora e que ele se parecia com um pastor. O fato de sua melhor amiga ser negra facilitou a aceitação do relacionamento, pois toda família gostava muito dela e isso serviu de parâmetro. Aconteceram alguns comentários por parte de alguns amigos, que brincavam falando que ela deixou de ficar com eles, para ficar com um moreno, para ficar com um preto.

A MC3 sempre quis uma pessoa morena para casar, por achá-los mais bonitos e queria que os filhos fossem morenos para serem diferentes do restante da família. Achava difícil encontrar alguém, porque na cidade havia poucos que se encaixavam nesse perfil, inclusive na faculdade. Os que tinham, eram os jogadores de futebol, que vinham de outras cidades e não a interessavam. A família do HC3 a recebeu de forma muito boa e com muita naturalidade, por já existir outra pessoa loira na família.

A MC3 define raça e etnias, como sendo as descendências de cada um, é a cultura, a educação, a culinária, a forma de se vestir, a forma como a pessoa é criada e

como vai criar os outros, são os valores. Dá muito valor às questões culturais. Percebe o preconceito como algo presente; apesar de as pessoas acreditarem que não são preconceituosas, é possível perceber o preconceito na forma de olhar, nos comportamentos que elas apresentam no dia-a-dia em relação à aparência, ao modo de vestir. As pessoas não agem de forma natural com o diferente, elas comentam, ou agem de forma diferente em relação ao outro. Não mencionou diretamente o preconceito racial e sim, o preconceito contra o diferente, com aquilo que está fora do padrão social esperado. A percepção da MC3, em relação às questões raciais vai desde o seu núcleo familiar até a sociedade ao seu redor. Tem um olhar mais apurado dentro dos grupos dos quais faz parte e acredita que o preconceito exista de forma inconsciente nas pessoas. Também defende que o mais importante é a maneira como a pessoa se comporta, o seu caráter, o respeito que impõe, de como aproveita as oportunidades e como enfrenta os problemas.

A percepção do HC3 em relação às questões raciais são mais em relação à sociedade como um todo, defende que ela existe e que é um grande prejuízo para toda a sociedade, que o preconceito favorece alguns grupos e prejudica outros. Acredita que nas relações mundiais, o preconceito racial para com os negros é muito forte e evidente. Vê que o Brasil tem uma grande população negra, e relata que no sul do país, onde a população é de pele clara, na sua maioria, as pessoas acreditam que é a região mais rica do país e que por isso comanda o destino do Brasil. Vê isso como discriminação, pois o restante do país é de pele negra.

Não vê as reações dos familiares e amigos da MC3 como motivados pelo preconceito racial e sim, pela desconfiança gerada por ser uma pessoa totalmente diferente do núcleo familiar. Não percebeu nenhuma reação negativa por ser negro e, acredita que a maneira de ser da pessoa é que vai fazer com que ela seja aceita ou não em um determinado grupo ou sociedade. Acredita que fazer sempre o melhor e se mostrar uma pessoa correta e de bom caráter é o mais importante, e como a pessoa aproveita as oportunidades e enfrenta os problemas que surgem é que irá definir aonde ela irá chegar.

O HC3 mencionou que os filhos são registrados como brancos, mas que os considera pardos e procura sempre discutir as questões raciais. Relata que quando o filho mais velho começou a estudar, era um dos mais escurinhos e que hoje, já há mais crianças com o mesmo tom de pele ou até mais escura. Procura mostrar aos filhos o

porquê deles serem como são, fala das suas origens e explica a diferença entre eles e os primos, que são loirinhos dos olhos claros. Esclarece que é importante trabalhar essas questões de forma natural e quando as crianças perguntam sobre o assunto. A MC3 relata que nunca observou atos de preconceitos contra os filhos por serem morenos. Tinha certa preocupação em relação à escola, mas tudo foi bem tranquilo. Percebe que o filho mais velho está começando o processo de identificação e que, às vezes, diz que é da cor da mãe e que, ficará clarinho como ela e, outras vezes, diz que ele é da cor do pai e que ficará igual ao pai. Discute as questões raciais quando os filhos tocam no assunto, pois não vê a necessidade de falar sobre o tema, o deixa as coisas acontecerem naturalmente. Identifica os filhos como morenos.

O HC3 não acredita existir vantagens ou desvantagens em ser mestiço, o que conta é a maneira como as pessoas aproveitam as oportunidades e o esforço de cada um. Percebe como um ponto positivo a mestiçagem brasileira. Relata que temos pessoas de todas as tonalidades de pele e com os mais diferentes costumes e culturas presentes em todas as regiões do país, inclusive, na região Sul. Isso torna o Brasil um país fantástico e sem igual no mundo, e é preciso valorizar cada vez mais esta característica. Defende que a união de todos é que irá fazer com que o país seja forte e que a divisão em grupos distintos não irá ajudar em nada. Os líderes devem trabalhar pela união e pelo coletivo. Acredita que os casais mestiços podem ensinar muita coisa à sociedade, na cultura, na culinária, na religião, no conhecimento sobre as outras culturas e etnias, o respeito à diversidade, saber se colocar no lugar do outro para construir uma sociedade justa sem preconceitos raciais e étnicos.

A MC3 vê a mestiçagem como um fator positivo, pois o importante é conseguir pegar o melhor de cada um para formar um povo forte, não é a mistura que fará o país dar errado, é a forma como essa mistura será direcionada, como será aproveitado o melhor que cada um tem a oferecer. O importante é cada um lutar pelo coletivo, pela sua cultura e pela cultura do outro, pois cada um tem uma gama de conhecimentos e esta mistura pode deixar todos mais fortes. Não tem mais como separar, pois estamos tão misturados que não tem mais como definir quem é quem, temos que lutar por todos os brasileiros e não apenas por uma classe ou grupo. Pensa que os casais mestiços podem ensinar que o mais importante é não julgar as pessoas pela sua aparência, pela cor de sua pele, que o importante é o caráter, a honestidade, o respeito e a forma da pessoa agir com os outros. Não possui diferença entre um casal mestiço e um casal não mestiço,

pois a educação dos filhos tem que ser a melhor possível, indiferente de como o casal é formado.

Acredita que os filhos de casais mestiços terão mais tolerância e respeito com os diferentes, saberão reconhecer os preconceitos e terão uma postura de quebrar as simbologias erradas, podendo inclusive, defender outra pessoa que estiver sofrendo preconceito. Aprendem desde cedo que o importante é a maneira que a pessoa é e não a cor da sua pele ou etnia.

No casal três, a MC3 possui uma percepção maior em relação ao preconceito, em vários momentos mencionou a existência do preconceito racial, o qual chegou a ser uma preocupação constante no início de seu relacionamento. Nas subjetividades de sua fala, podemos dizer que era uma preocupação até antes mesmo de conhecer seu esposo. A MC3 percebe que o preconceito em relação à aparência das pessoas é real em todas as sociedades, inclusive na sociedade iratiense, explicada por ela pelo fato de no município existir um número pequeno de negros e pelas simbologias negativas sobre eles fazerem parte do inconsciente coletivo. Mencionou que esperava um pouco mais de dificuldades na aceitação por parte de sua família em relação ao namoro, tanto que chegou a relatar que como sempre desejou se casar com um homem moreno, mesmo que a família não aprovasse, ela lutaria pelo relacionamento, pois o que importava era seu desejo. Relatou alguns comentários preconceituosos de parentes e amigos, que não chegaram a incomodar, pois todos foram em tom de brincadeira. Essas são características do preconceito de marca no tocante ao modo de atuação, na forma de definir o indivíduo ou grupo discriminado, na ideologia e na etiqueta.

Acredita que a aproximação com uma amiga morena facilitou a aceitação do relacionamento, pois já possuíam uma referência positiva em relação às pessoas morenas. A MC3 mostra como no preconceito de marca, as relações cruzam fronteiras com facilidade podendo ter relação de amizade, profissional ou amorosa com uma pessoa do grupo discriminado, sem deixar de ser influenciada pelas simbologias do preconceito racial. Isso mostra como o preconceito de marca possibilita que as pessoas transitem pelos vários grupos e que sejam envolvidas pelas simbologias mais distintas.

As questões raciais são camufladas nas questões sociais, de classe e familiares, o que fica claro quando cita a preocupação dos seus familiares e amigos pelo HC3 ser de outra cidade e não saberem nada dele e de seus familiares. Este fato se tornou aparentemente, mais importante para aceitação do relacionamento do que as questões

raciais. Mesmo com todo esse conjunto de preocupações, fica claro em vários momentos de seu relato que a questão racial sempre estava presente, seja de forma evidente ou como pano de fundo.

O HC3 não mostrou a mesma percepção, neste quesito. Percebeu as preocupações trazidas pela distância e pela falta de conhecimento que todos tinham sobre ele e sobre sua família e, viu esta preocupação como natural em relação ao diferente, pois todos possuem uma curiosidade de saber quem é aquela pessoa, quais são suas intenções, como é sua família, qual a educação que recebeu e, principalmente, quais eram suas intenções quanto ao relacionamento. As transformações que envolvem a adaptação dos pressupostos raciais explicam esta forma de pensar, pois é mais fácil superar a falta de convívio, que se resolve com o contado diário, do que resolver as questões raciais que, segundo Cunha (2004), são atemporais, e permitem esconder os preconceitos em outras questões sociais ou culturais.

Apesar de perceber as situações de formas diferentes, é possível entender que a dinâmica da simbologização racial influencia o pensamento e a forma de ver as relações sociais dos dois. Enquanto a MC3 enfrenta uma batalha interna para superar as simbologias negativas relacionadas à cor de seu esposo, o HC3 trava uma batalha para mostrar que essas simbologias não são verdadeiras em relação a sua pessoa e aos seus familiares. A simbologização racial age como um escudo que protege o casal das situações de preconceito racial e, ao mesmo tempo, permite que se criem possibilidades de superá-lo sem situações de conflito e desconforto, característica do preconceito de marca. Utilizaram como escudo no primeiro momento o fato de morarem em cidades diferentes e a falta de conhecimento sobre a história de vida dos envolvidos. Passado o primeiro contato e resolvido o problema da distância, a aceitação ficou mais fácil e o relacionamento ocorreu de forma tranquila.

O casal tem dois filhos, os quais são identificados pelo pai como pardos, apesar de serem registrados como brancos e a mãe os identifica como morenos. Esse fato nos mostra o cuidado que deve-se ter no momento de formular uma política que busque a construção da identidade de uma nação, pois a política do branqueamento cai ao solo com o nascimento dos filhos deste casal que, ao invés de clarear a população iratiense, trouxe um tom mais escuro. Alguns poderão dizer que a família do pai ficou mais clara, que era o objetivo primeiro e que, com o passar do tempo, as próximas gerações ficarão mais claras, mas a família da mãe ficou mais escura e, pode-se dizer que se as próximas

gerações não se misturarem apenas com pessoas brancas, podem se tornar uma família de morenos ou negros. A mãe foge da lógica do branqueamento, que postulou como ideário de raça uma população branca, pois a MC3 relata que sempre quis ter filhos morenos, por achar os morenos mais bonitos e como disse: “para mudar um pouco a família”, pois todos são clarinhos e queria que os filhos fossem diferentes. Demonstra com orgulho que eles são, como diz o avô: “os neguinhos da família”, e ela responde que são, os seus “bombonzinhos”.

Podemos perceber como a construção das identidades é marcada por simbologias relativas ao outro, tanto, pai como mãe, identificam seus filhos tendo como referência binária negro/branco, pois tanto pardo como moreno, estão no meio desta oposição o que mostra como,

... a identidade é marcada por meio de símbolos relativos a outras identidades e, ao mesmo tempo, caracterizada por elementos que contribuem para explicar como ela é formada e mantida. [...] Tais sistemas simbólicos têm o papel de tornar possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. (PALLÚ, 2013, p, 506)

Percebemos que a MC3 tem dificuldade de falar a palavra negro. Procurou utilizar sempre a palavra moreno para falar do marido ou de outras pessoas e/ou grupos, que poderiam ser identificados como negros. Isso mostra a força das simbologias negativas que envolvem certos grupos, neste caso, o negro, e a força do preconceito de marca que postula a negação dos conflitos raciais através do relacionamento cordial. A identidade negra carrega tantas simbologias negativas que, atualmente, muitas pessoas ao falar com outra que é negra, não a identifica como tal, com receio de ofendê-la de alguma forma, de ser desrespeitosa ou até mesmo de ser classificada como racista. Fica evidente o desconforto das pessoas quando querem falar de alguém próximo e precisam utilizar a palavra negra(o), ou se justificam ou simplesmente não a utilizam, criando muitas vezes termos que consideram menos ofensivos.

A MC3 relatou que existia uma preocupação por parte dos familiares quando engravidou, de como seriam as crianças, se puxariam ao pai, se puxariam à mãe ou se iriam misturar um pouco de cada um, preocupação essa vista como natural e que existia uma expectativa positiva para que os mesmos fossem morenos.

As características do preconceito de marca ficam evidentes em vários momentos na fala do casal, especialmente, no quesito da identificação racial, onde o HC3 identifica-se e é identificado como negro, devido à sua cor. Os filhos são por ele

identificados como pardos pois, ao contrário do que vêm postulando as políticas nacionais, que unem estatisticamente pretos e pardos no contingente negro²⁵, seus filhos foram registrados como brancos. Apesar de serem oficialmente identificados como brancos, na vida real são considerados pelo pai como pardos e pela mãe e pelas outras pessoas como morenos. Faz, neste momento, uma crítica inconsciente à atual política de identificação racial promovida pelo Estado brasileiro e, ao mesmo tempo confirma a importância da marca na nossa identificação.

Vemos desta forma que a crítica feita por Véran (2010) e o Grupo Nação Mestiça, sobre a invisibilidade dos mestiços é algo relevante, não apenas na região norte e nordeste do país. É, sem dúvida, uma discussão relevante para toda a população nacional. Ao identificar os filhos deste casal como brancos, o Estado está definindo qual o lugar social e jurídico, não só destas crianças, mas de toda uma ou de várias gerações de brasileiros e construindo, desta forma, um novo processo de identificação racial.

O HC3 percebe nas relações mundiais, nacionais e regionais os conflitos raciais como algo vivo e muito dinâmico, relacionando os preconceitos com a aparência física, e que as populações negras sofrem de forma evidente com o preconceito, o que vem confirmar o que Cunha (2004) chama de dinâmica da espacialidade. Traz à tona simbologias regionais que são pouco discutidas e que demonstram a força do processo racial nacional, que criaram simbologias as quais dominam o pensamento coletivo da população do Sul do País, promovendo uma divisão racial intelectual e conceitual que permite aos sulistas acreditarem que são a principal região econômica e intelectual do país e desejarem separar o sul do restante do país, para formar um novo país rico, desenvolvido e de primeiro mundo. Relaciona esta ideia com as questões raciais, pois esta região é onde está a maioria da população branca. O que não concorda, pois esse desenvolvimento se fez a partir de um projeto político que favoreceu a população branca em detrimento da população negra, que não teve as mesmas oportunidades.

Apesar desta percepção, vê as situações de preconceito racial presentes na vida social ou direcionada a outras pessoas e outros grupos, não percebendo no seu dia-a-dia atos de preconceito para com ele, com a esposa ou com seus filhos. Procura discutir essas questões com a família apenas quando elas se apresentam e trata o assunto da forma mais natural possível. Postula que o desenvolvimento econômico, acadêmico,

²⁵ Segundo o Estatuto da Igualdade Racial, 2010, no seu Art. 1º "... população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas...".

social e pessoal, depende do esforço de cada pessoa e de como cada um aproveita as oportunidades que aparecem.

A MC3 percebe o preconceito como algo próximo do seu cotidiano e relata as várias formas de preconceito presentes nas relações sociais, confirmando o que defende Cunha (2004), que o preconceito é plural e se modifica para se adaptar ao momento histórico e social de uma sociedade ou de um indivíduo. Apesar de falar das várias formas de preconceito presentes no seu cotidiano, praticamente todos os exemplos são relacionados à marca, seja ela, na cor da pele, na forma física, na maneira de se vestir, enfim, o preconceito com o diferente e com o que está fora do padrão social esperado. Percebe que as pessoas são preconceituosas em algumas situações e em outras não.

O preconceito racial, para ela, é algo que está dentro do pensamento coletivo da população iratiense, não somente em relação ao negro, como também em relação ao branco, principalmente, às pessoas do interior. Elas riem por causa do sotaque, por causa da forma de se vestir, dizem que polaco é assim ou “assado”. Imagina que o preconceito racial em relação ao negro ou a outras comunidades é baseado na falta de conhecimento e na divulgação de ideias erradas sobre as pessoas e/ou grupos, o que forma um preconceito inconsciente em relação ao outro, ao diferente. Também acredita que o mais importante é como a pessoa enfrenta as dificuldades e aproveita as oportunidades; a forma como a pessoa se comporta, o seu caráter e a forma como se impõe nas relações sociais é que irão definir como a pessoa será vista e aceita.

A MC3 passou por um processo de mestiçagem relacionado às questões culturais, pois é descendente de ucranianos e poloneses, onde a marca não fica em evidência. Dá muito valor às questões culturais, percebendo de forma clara a mistura cultural. Não se considera mestiça racialmente, apesar de perceber que culturalmente já se misturou, vendo na religião e na culinária os principais elos com os descendentes. Observa que a cultura dos antepassados está se perdendo, as novas gerações não falam mais a língua polonesa ou ucraniana, por exemplo. Apesar de não se considerar mestiça racialmente, percebe-se como personagem ativo deste processo, pois trouxe um elemento novo para sua família, com a incorporação de uma pessoa morena e, depois mudou a linhagem racial com o nascimento dos filhos que, segundo ela, escureceu sua descendência.

A incorporação do marido e o nascimento dos filhos possibilita dizer que o objetivo de clarear a população através das relações sexuais e amorosas não era de todo

uma utopia, mas ao mesmo tempo podemos dizer que esse processo de clareamento não se fez eficiente em sua plenitude. O branqueamento da população em uma região de maioria negra se justifica, mas em uma região onde a população é de maioria branca, como é o caso de Irati, se torna um revés ao processo que, ao invés de clarear a população, o efeito é o contrário, acontece um processo de escurecimento. Da mesma forma que uma pessoa pode racializar ou ser racializada o processo de mestiçagem pode clarear ou escurecer uma família, uma região ou um país.

Defende que não existe como dizer que uma pessoa e/ou grupo é puro, pois mesmo sem querer todos se misturam, chegando a falar que não tem como separar a população brasileira pela identidade racial e cultural. Criou uma situação fictícia para explicar seu pensamento dizendo que se fosse para mandar as pessoas de volta para seus países de origem não teria uma forma de diferenciá-los como: poloneses, ucranianos, africanos, japoneses, italianos e etc. Não teria como separá-los por grupos, e se fossem embora, seriam os estrangeiros, os estranhos no país de origem dos seus antepassados. Vendo, desta forma, a população iratiense e brasileira como mestiça.

O HC3 se vê como mestiço tanto racial como culturalmente, pois teve um contato muito bom com as avós que eram de descendências distintas e, que ele é o verdadeiro brasileiro, pois vem da mistura de espanhóis, africanos, indígenas e portugueses, relatando inclusive, como as diferenças culturais dos seus avós se misturaram para formar sua personalidade. Expôs alguns fatos que ficaram na memória e que demonstram as diferenças existentes, como a do avô paterno que viveu numa fazenda de engenho e era um homem muito rigoroso na criação dos filhos. Contou ainda que o pai tinha muito da educação vinda deste avô. Descreveu a personalidade da avó indígena que mesmo vivendo na cidade, carregava muitos costumes desta etnia, como sentar no chão, fazer tapete, não utilizar calçados, comer com a mão, chegando a ficar desconfortável quando ia a um restaurante.

Entende de forma clara o processo de mestiçagem que ocorreu na sua família até chegar aos seus filhos e que esse processo faz parte da cultura brasileira. Percebe a mestiçagem como algo positivo para o Brasil, pois temos pessoas com todo tipo de tonalidade de pele, com os mais diferentes costumes e culturas, o que torna nosso país fantástico, sem igual no mundo. O HC3 também nos possibilita negar a eficácia do processo de branqueamento; apesar da mestiçagem ocorrida, o mesmo carrega a marca do fenótipo negro, fenótipo este que, segundo os defensores do branqueamento, não

deveria mais existir, pois calculavam que em algumas gerações não existiriam mais negros e os mestiços seriam cada vez mais brancos e que a composição racial do país em 2012, seria de 80% de brancos, 17 % de indígenas, 3% de mestiços e de 0% de negros²⁶. Tem plena consciência do seu processo de mestiçagem, tanto cultural como racial e valoriza-o como fundamental para seu desenvolvimento pessoal. Encontra em si semelhanças e diferenças em relação aos seus antepassados e não acredita que se identificar como negro apague suas outras identidades. Considera-se diferente por trazer consigo um pouco de cada raça/etnia. Vê como fundamental o desenvolvimento acadêmico para ter clareza dos processos sociais nos quais faz parte.

O HC3 acredita que casais interracialiais podem ensinar à sociedade como conhecer e entender melhor o outro, possibilitando, desta forma, o respeito à diversidade e construindo uma sociedade mais justa, sem preconceitos raciais ou étnicos. A MC3 diz que o principal ensinamento vindo de casais inter-raciais é mostrar à sociedade que o importante não é julgar as pessoas pela sua aparência, e sim, pelo caráter, pela educação, pela forma de agir, pela honestidade e pela forma de respeitar os outros, que são elementos que uma geração pode ensinar à outra.

Visualizam que uma sociedade formada por filhos de casais mestiços será melhor que a atual, pois os mesmos terão mais respeito, tolerância e saberão se colocar no lugar do outro com mais facilidade, por aprenderem deste cedo como é viver na diversidade e que as simbologias negativas sobre a aparência das pessoas não são verdadeiras. Seus filhos quando ouvirem falar mal do negro, do índio, do polaco ou do ucraniano, saberão que não é verdade, pois lembrarão dos seus familiares que são boas pessoas, de bom caráter, que respeitam a família e que sempre foram carinhosas com eles e, com certeza, irão lutar contra esse pensamento, seja em relação à família ou em relação a outra pessoa. Isso tornará a sociedade melhor e mais justa. A superação dos preconceitos pode ser ensinada e praticada nas famílias interracialiais, influenciando a sociedade, mudando a forma como as pessoas pensam e se relacionam.

O casal construiu uma relação muito boa com os familiares e amigos. As famílias se conhecem e convivem bem. A formação acadêmica foi uma importante ferramenta no processo de assimilação cultural do casal. A busca pela educação formal fez com que a MC3 abandonasse seu núcleo familiar e conhecesse outras realidades e outras formas de ver o mundo e, no processo do HC3 foi ainda mais significativa, pois o

²⁶ Almeida Jr. cita previsão de Roque Pinto no Congresso Brasileiro de Eugenia de 1930.

mundo acadêmico fez com que desejasse uma vida diferente da qual estava levando e, construiu outros objetivos de vida. O processo acadêmico foi fundamental para o encontro dos dois e para a formação da personalidade individual e familiar do casal.

Nossa hipótese não se confirma em relação ao casal três, o qual possui consciência de seu processo de mestiçagem, sendo que o HC3 se identifica como tal racial e culturalmente e a MC3 identifica-se culturalmente. Como o HC3 possui a marca negra, identifica-se e é identificado racialmente como negro, mas percebe que traz consigo traços de todos seus antepassados e por este motivo diz que é um brasileiro mestiço. A MC3 não carrega a marca racial e sim, a marca cultural, tanto que identifica-se e é identificada como ucraniana pelos aspectos culturais. Considera-se agente ativo do processo de mestiçagem por ter formado uma família interracial diferente da família formada por seus pais. Considera-se brasileira sem deixar de lado a cultura dos antepassados.

4.1.4 - CASAL 4 : HOMEM UCRANIANO e MULHER POLONESA

O casal quatro é formado por homem ucraniano, identificado com o código HC4 (Homem do Casal 4) e por mulher polonesa, identificada com o código MC4 (Mulher do Casal 4).

O HC4 tem 68 anos, nasceu no distrito de Gonçalves Jr., na cidade de Irati, PR. Tem dois irmãos vivos e três falecidos, é filho de pai ucraniano e mãe polonesa, e identifica os irmãos e a si como brasileiros, descendentes de ucranianos. É mais ligado à cultura ucraniana devido ao convívio com a avó paterna que morava junto com a família. A MC4 tem 62 anos e também nasceu no distrito de Gonçalves Jr., na cidade de Irati, no PR. Possui nove irmãos vivos e quatro falecidos, é filha de pai polonês e mãe ucraniana e identifica os irmãos e a si mesma como brasileira, descendentes de poloneses. É mais ligada à cultura ucraniana devido à mãe ter sido a responsável pela educação dos filhos.

O casal tem quatro filhos e consideram-se de classe média, mas já passaram momentos difíceis, principalmente, quando viviam no interior. Possuem o ensino fundamental incompleto. O HC4 é agricultor e a MC4 dona de casa.

O HC4 comenta da dificuldade no relacionamento dos seus pais, pois os avós não aceitavam o relacionamento. Existia um conflito muito grande entre ucranianos e

poloneses por causa da segunda guerra mundial. Os ucranianos acusavam os poloneses de traição e os poloneses, por sua vez, defendiam-se da mesma forma. Essa união entre poloneses e ucranianos seria pouco provável na Europa pós-segunda guerra mundial. Os reflexos desses conflitos refletiram diretamente no convívio desses povos aqui no Brasil e criou-se o preconceito étnico e um distanciamento das gerações mais velhas, que não aceitavam facilmente os relacionamentos amorosos entre ucranianos e poloneses.

O HC4 conta que o pai arrumou uma namorada polonesa e quando a mesma frequentava a sua casa, a mãe varria o chão em que a moça pisava. Quando perguntavam o porquê dela estar varrendo, ela respondia que não queria ver rastros de polaca no seu terreno. E, mesmo depois de casados, as avós não se visitavam, não conversavam uma com a outra. Era uma briga, por serem de etnias diferentes. O HC4 menciona que o pai nasceu a bordo do navio quando vinham da Áustria para o Brasil, e foi registrado aqui no nosso país.

A mesma dificuldade aconteceu no relacionamento dos pais da MC2, pois a briga acontecia por serem de raças diferentes e não queriam que se misturassem. Afirmavam categoricamente que ucraniano é ucraniano e polonês é polonês. O pai da MC4 participou do treinamento para segunda guerra mundial, mas não foi para o confronto nas linhas de frente. Enquanto o pai ficava à disposição das forças militares no seu país, a mãe veio para o Brasil com os filhos e, assim que a guerra terminou, ele veio viver com a família.

Não houve dificuldade para que pais e tios aceitassem o relacionamento amoroso do casal, pois tanto os pais como outras famílias, já eram formadas por ucranianos e poloneses, apenas os avós não viam o relacionamento com bons olhos. Contam que para a geração dos pais foi muito difícil, os mais velhos ainda carregavam os conflitos nascidos com a segunda guerra mundial e não aceitavam a mistura. A mistura só foi possível pelo fato de as famílias terem que viver na mesma comunidade e esse convívio diário facilitaram os relacionamentos de amizade e amorosos dos mais jovens. O fato de estudarem na mesma escola também facilitou o contato entre os mais jovens e a quebra dos preconceitos. Apesar de estarem na mesma comunidade, cada etnia procurava manter seus costumes, como na alimentação, na religião, na língua, na educação, etc. Mas, como as dificuldades eram muitas, as famílias começaram a se aproximar e se ajudarem para superar as dificuldades encontradas neste novo país.

A MC4 mencionou que na comunidade existia até dois cemitérios, o cemitério

dos ucranianos e o cemitério dos poloneses, sendo que a mortalidade infantil era muito grande devido às epidemias que eram comuns na época. As crianças eram enterradas na parte da frente do cemitério e os adultos, na parte de trás. Nessa época, era comum as famílias terem muitos filhos, chegando a receber incentivo financeiro do Governo brasileiro para terem filhos.

Consideram-se brasileiros, mas procuram manter viva a cultura de seus descendentes, tendo na religião, na culinária, no elo familiar e no respeito aos mais velhos, os principais elos de identificação étnica. Na questão religiosa são divididos em ucranianos católicos ortodoxos e católicos romanos²⁷. Os ortodoxos utilizam o calendário gregoriano para comemorar as festividades religiosas. Dá como exemplo, a cerimônia do Natal, que na cultura católica romana dura três dias, 25, 26 e 27 de dezembro e, para os católicos ortodoxos é no dia 07 de janeiro. As festividades de Natal sempre acontecem na casa da pessoa mais velha da família e têm todo um ritual para a alimentação, os presentes, o enfeite da casa, o ritual religioso, tendo sempre como referência o respeito às pessoas mais velhas. Nas festividades de Natal, para simbolizar essas pessoas, existe o costume de colocar embaixo da mesa palhas de trigo formando uma cama. Essa cama de palha de trigo é chamada de Didur, que significa avô e simboliza o homem mais velho da família. No canto da casa é colocado um feixe de trigo todo enfeitado que é chamado de Baba, que significa avó e simboliza a mulher mais velha da família. O feixe de trigo tem a mesma simbologia da árvore de natal.

A manutenção dos costumes é uma característica das sociedades tradicionais e servem como fonte de ligação com sua linhagem, “o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações” (GIDDENS, 1990, p. 37). Esse esforço de manter as tradições possibilita que o indivíduo se identifique com algo mais amplo, com algo que, mesmo só existindo no seu imaginário, o faz se sentir mais completo, o faz se sentir parte de algo concreto.

Na questão racial e étnica identificam-se como brasileiros que já são mestiços e explicaram que é difícil saber quem realmente é ucraniano e quem é polonês, pois na primeira leva de imigrantes vindos para o Brasil²⁸, todos viviam no que era chamado na

²⁷ Atualmente existem quatro igrejas na comunidade: a Igreja Senhor Bom Pastor (Evangélica Luterana), a Igreja Santo Estanislau (Polonesa), a Igreja São Pedro e São Paulo (Ucraniana Ortodoxa) e a Igreja São Pedro e São Paulo (Rito Católico-Ucraniano). (NAJUÁ, 2013) <http://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/distrito-de-goncalves-junior-completa-102-anos/18386/>

²⁸ Em 1908, “... recebe a primeira leva de colonos estrangeiros, custeados pelo Governo Federal,

época, de Império Austríaco, e seus descendentes vieram da Galícia que depois foi dividida no que hoje é conhecido como Ucrânia e Polônia. Essa primeira leva de imigrantes veio para o Brasil por falta de terras, pois os países eram pequenos e as famílias eram numerosas.

Relataram que o governo brasileiro assediava as pessoas através de falsas propagandas. Diziam que o Brasil era o país do “hidromel”, onde o mel fluía pelos rios, que existiam terras suficientes para todas as famílias e vendiam a ideia de um país tropical onde tudo que se plantasse dava. O incentivo financeiro visava não apenas o aumento da população para colonizar o país, mas também para formar uma população de pele clara.

Acreditam que um casal mestiço pode ensinar a sociedade que o importante é cada um ser como é e valorizar suas origens e tradições, sabendo que todos são brasileiros e devem ser respeitados. Apesar de terem descendências diferentes, todos são misturados culturalmente e o respeito com o outro é o mais importante. Ucrânios e poloneses podem ensinar para todas as sociedades que o mais importante não é o dinheiro, mas o respeito à família e aos mais velhos. O ensinamento dos mais velhos é o que possibilita que os mais novos tenham uma vida melhor.

Visualizam a mestiçagem como um ponto positivo devido a própria história das suas famílias que tiveram uma força maior, e à união entre poloneses e ucranianos. Se continuassem separados, os dois povos passariam mais dificuldades. Essa mistura é o que forma o povo brasileiro que, culturalmente, prepara o brasileiro para viver em qualquer lugar do mundo, pois podemos fazer uma comida ucraniana no almoço e no jantar uma comida japonesa ou indígena; rezar no rito católico num dia e no rito afro no outro sem ter que negar suas origens. Em relação à raça, vê todas as pessoas como uma única, a humana.

Percebem a mestiçagem dentro do foco cultural, onde os preconceitos são originados pelas diferenças culturais, principalmente na questão religiosa. Valorizam as datas festivas, as danças folclóricas, a história dos seus descendentes, pois é importante saber de onde a pessoa veio para facilitar o caminho futuro. Possuem grande preocupação com as gerações mais novas que não querem mais aprender a língua, seguir os costumes religiosos, não respeitam mais os rituais das festividades e isso faz

formados por alemães, holandeses e, principalmente, poloneses, os quais iriam dar impulso decisivo à economia local” (IBGE, 2015, s/p.) , os ucranianos chegam a partir de 1910-1912.

com que a identidade familiar se perca aos poucos. Compreendem que não é mais possível viver como os mais velhos, os mais jovens vão se misturando e se transformando de forma muito visível. Defendem que as gerações mais velhas devem respeitar os costumes das mais novas e que as mesmas também devem respeitar os costumes dos mais velhos, pois todos têm o que aprender um com o outro.

Essa família apresenta o que Hall (2006) chama de Tradução. Este conceito descreve os indivíduos que atravessam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que saíram para sempre de sua terra natal. Esses indivíduos possuem fortes vínculos com suas origens e suas tradições. São obrigadas a negociar de forma constante com seus novos espaços

...sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias "casas" (e não a uma "casa" particular). (HALL, 2006, p. 88-89)

O casal quatro é o único que não possui diferenças na questão da raça, pois são fisicamente parecidos, se encaixam no mesmo grupo racial, mas são diferentes na questão étnica e, Weber (1974), citado por Silva e Silva (2006), diz que essa diferença é percebida quando um conjunto de indivíduos afirma ter traços culturais comuns que os diferenciam dos outros grupos. Por estarem racialmente no mesmo grupo, os brancos, podemos imaginar que as questões pertinentes a esta pesquisa não se aplicam, porém, as questões étnicas são tão pertinentes quanto as raciais, e segundo Munanga (2003), a mudança do conceito de raça pelo conceito de etnia não destrói a hierarquização das diferenças, e isso é o que constitui o nó do racismo e dos preconceitos.

Irati foi colonizado por imigrantes europeus vindos, principalmente, da *Polônia*, da Ucrânia, da Holanda e da Alemanha e, com o passar do tempo, alemães e holandeses foram para outras regiões, ficando cada vez mais significativa a presença de poloneses e ucranianos, os quais foram se fundindo e formando o que hoje é a população iratiense. Apesar de outras etnias irem se unindo no decorrer do percurso a região é conhecida como uma região de polacos e ucranianos.

Tanto o HC4 como a MC4 são descendentes de ucranianos e poloneses, o que os tornam mestiços étnico-culturais, pois possuem traços culturais diferentes na sua

origem. A percepção do casal em relação ao preconceito étnico foi relatada na vida dos pais, que enfrentaram dificuldades para confirmarem suas relações amorosas devido aos conflitos nascidos durante a segunda guerra mundial. Esses Conflitos permitiram a criação de simbologias negativas e positivas ligadas aos dois povos, as quais reforçam o espaço ideológico, geográfico e identitário de um povo em relação ao outro, construindo uma hierarquização baseada na diferença cultural, o que podemos entender como etnocentrismo, o qual segue a mesma lógica do racismo. Esses conflitos chegaram até o Brasil e influenciaram o relacionamento entre essas etnias. As avós não aceitavam a união dos filhos, mesmo depois de serem oficializadas com o casamento.

O processo de mestiçagem, vindos dos relacionamentos amorosos, foi tão forte que criou uma nova ordem étnica, pois foram construídos novos costumes, novos diálogos e novos seres no decorrer da caminhada, sendo que os entrevistados acreditam que não existe mais a possibilidade de separar quem é realmente polonês ou ucraniano na população iratiense, tendo como ponto de referência para identificação cultural a história familiar, pois a religião, a culinária e a língua, ou já se misturaram ou estão deixando de existir.

O HC4 reconhece o processo de mestiçagem pelo qual passou e menciona que se identifica culturalmente como ucraniano devido, principalmente, à aproximação com a família da avó ucraniana que mantinha os costumes desta etnia, visto na culinária, na religião e nas festividades. A língua perdeu força com o tempo, chegando a relatar que a avó praticamente só falava em ucraniano, mas que muitas vezes eles não conseguiam se comunicar, e quando a mesma tentava falar em português era motivo de risadas. Então seu critério de identificação deu-se através da cultura vinda da educação familiar. Considera-se brasileiro por ver muita diferença dos descendentes de ucranianos que vivem no Brasil e os ucranianos que vivem na Ucrânia que, em sua opinião, são povos totalmente diferentes. Diz que muitos dos costumes que preservamos aqui não são mais vistos na Ucrânia.

Podemos ver na relação com a avó a presença do preconceito de marca tomando corpo e influenciando as relações sociais entre as gerações, pois quando a dificuldade de comunicação se torna um ponto de diferenciação e de dificuldade entre as mesmas, o critério da marca, sotaque, se faz presente e cria simbologias negativas, fazendo com que as novas gerações não se interessem em manter a cultura viva, neste caso, a língua dos avós.

A MC4 tem a mesma percepção do processo de mestiçagem. Utiliza a proximidade cultural para se identificar em relação à descendência, apesar de comentar que possui alguns costumes poloneses e outros ucranianos, o que considera comum, pois não tem como viver em comunidade sem a troca de costumes um do outro. Desde a infância convive com descendentes de ucranianos e poloneses e este convívio fez com que os costumes fossem se misturando. Dá como exemplo a religião, pois na comunidade existe uma igreja ucraniana em frente a uma igreja polonesa, as quais possuem ritos e cerimônia diferentes, inclusive são rezadas na língua materna, as pessoas sabem reconhecer as diferenças e algumas até frequentam as duas igrejas.

Essa possibilidade de circular entre os diferentes grupos sem causar desconforto é o caminho defendido pela filosofia intercultural, pois na MC4, criou um novo ser dentro do diálogo das culturas, não tentou uma hierarquização e sim uma aproximação igualitária.

O casal teve quatro filhos que foram educados de modo diferente do deles, pois a mistura cultural já era maior do que na geração dos seus pais. Os filhos são identificados como brasileiros e possuem uma proximidade com a cultura ucraniana porque a família tenta preservar os costumes, a religião e a culinária desta etnia. O elo mais forte que preservam é a valorização da família, o respeito aos mais velhos, a transmissão dos seus valores e o conhecimento de suas origens para as gerações mais novas.

Neste casal, o processo de mestiçagem ocorreu no contexto étnico cultural, mas para a geração dos filhos, ampliou-se, visto que uma das filhas é casada com um homem negro e aceito por eles com naturalidade. Acreditam que não podem impedir que os filhos realizem suas escolhas.

Percebem o preconceito como uma realidade que deve ser combatida e que afeta todas as raças, inclusive a eles, pois as pessoas falam dos poloneses e dos ucranianos, muitas vezes, de forma pejorativa, através de piadas ou brincadeiras. Existe, segundo os mesmos, simbologias negativas que identificam poloneses e ucranianos, as quais pesam mais nas pessoas que vivem na zona rural. Essas simbologias estão muito ligadas ao modo de falar, de vestir e de agir. Relatam que algumas pessoas que vivem no interior ainda têm certo receio em relação às pessoas negras, mas acreditam que é bobeira, porque todos são iguais.

O fato de perceberem que sofrem preconceitos e que algumas ideias sobre os

negros também causam alguns receios, mostra como a mesma pessoa racializa ou é racializada, dependendo do lugar onde está identificada. Aqui os preconceitos raciais e étnicos se misturam e nos levam a pensar como as marcas posicionam os indivíduos e/ou grupos conforme o momento histórico ou conforme a posição social.

Não explicaram de forma clara o que seria raça e etnia. Mencionaram as diferenças culturais e as diferenças físicas como modo de diferenciação dos conceitos e que essa diferenciação não traz nada de positivo para as pessoas e para o Brasil. Consideram-se mestiços culturais e dão muito valor à preservação dos costumes e a história da família.

Percebem que os costumes estão se perdendo aos poucos, pois eles mesmos já não falam mais a língua dos descendentes e notam que os filhos e netos também deixaram de realizar alguns costumes que viam como fundamentais e, conforme os idosos vão morrendo, levam consigo os costumes. Dão como exemplo a língua, que era comum ser falada no âmbito familiar devido aos mais velhos não falarem o português. Entretanto, assim que eles foram morrendo, as novas gerações deixaram de falar o ucraniano ou polonês e passaram a se comunicar em português. Visualizam que outros costumes estão seguindo o mesmo caminho. Esperam que os mais jovens possam resgatar alguns costumes perdidos com o tempo e venham a valorizar cada vez mais a cultura de seus antepassados.

Acreditam que a mestiçagem é natural no Brasil e que não tem mais como separar as raças ou etnias e que todos deveriam se considerar brasileiros sem diferenças pelo motivo da aparência ou da descendência. O mais importante numa sociedade como a nossa, toda misturada, é o respeito. Pensam na mestiçagem como algo positivo, que deixa os povos mais fortes e mais preparados para enfrentarem as dificuldades tornando-se cada vez melhores e usa como exemplo, o povo ucraniano e polonês que se uniu de várias formas em nossa região. Se continuassem a lutar aqui no Brasil, poderiam ter se destruído; porém, com a união ficaram mais fortes e venceram as dificuldades impostas pelo novo mundo no qual foram inseridos. Vê também como a trajetória deles foi importante para que filhos e netos pudessem ter uma vida melhor do que as suas e desenvolver a família como um todo. Por este motivo a importância de valorizar os mais velhos, pois sem eles a vida dos mais novos não seria como é.

Para superar as dificuldades encontradas, o casal foi se misturando cada vez mais, e isso possibilitou que os filhos escolhessem seus parceiros amorosos, valorizou

as tradições, mostrou a importância de cada etnia e ensinou sobre a história dos antepassados. As famílias possuem um bom relacionamento e o processo de mestiçagem envolveu a todos na questão cultural racial. Não enfrentaram muitas dificuldades para confirmar a relação. A identificação cultural se mostrou fundamental para a formação do casal e para a construção da família.

Este casal apesar de ter um processo de mestiçagem baseado apenas no quesito étnico/cultural tem clareza de sua condição de mestiço e do processo que aconteceu em suas famílias, desde seus avós até seus filhos e netos. Percebem que esse processo de aproximação com outras etnias e raças tornou-os diferentes de ucranianos e poloneses que vivem na Europa, chegando a dizer que são brasileiros e que se identificam como ucranianos ou poloneses para manter o elo familiar com seus antepassados, mas não possuem mais condição de se considerarem como tal e que as gerações futuras se misturarão cada vez mais. Pensam que a mestiçagem no Brasil é algo comum e visto com tanta naturalidade que poucas pessoas se preocupam com isso. Aponta ainda que as pessoas se relacionam com aquelas pessoas de quem gostam, sem ver a cor da pele ou a etnia e que isto deveria servir de exemplo para todas as pessoas e para todos os povos.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS: O MOMENTO DO DIÁLOGO

Percebemos que a mestiçagem brasileira envolveu todos os entrevistados. Em alguns momentos, de forma semelhante e em outros, bem distinta, mostrando a complexibilidade de estudar um tema que já foi tão debatido na nossa história. Entendemos que as questões raciais ainda possuem um lugar de destaque neste tema, pois além de ser a base ideológica é o que possibilitou sua concretização e, principalmente, a criação de uma mestiçagem nova e cheia de contradições.

Vemos que a marca é um critério de separação, mas principalmente, de união entre os casais. Da mesma forma que criou simbologias negativas para todos os envolvidos, também criou simbologias que estimularam a fantasia e o desejo de estar com o outro.

Poderíamos dizer que os preconceitos prejudicaram apenas os indivíduos negros e indígenas, mas não, percebemos na fala de todos os entrevistados, o peso do preconceito de marca. Marca está presente no sotaque, na origem étnica, na aparência física, na posição intelectual, na condição social e na cor da pele, seja ela negra, branca

ou de qualquer outro tom. Marcas estas responsáveis por construir as fronteiras de pertencimento, entre o ser e o não ser, possibilitando o ir e vir entre as fronteiras, as quais apresentam falhas que além de não invisibilizar totalmente o outro, permitem que se transite de um lado para o outro, sem necessitar a desconstrução das simbologias negativas referente a um determinado grupo. Essas falhas permitem que se desconstruam as simbologias negativas apenas dos indivíduos envolvidos nesta ação.

Nossas relações sociais e amorosas foram historicamente baseadas na hierarquização racial dos indivíduos e/ou grupos e acreditamos que nossos entrevistados, apesar de estarem envolvidos neste processo, estão também criando uma nova ideologia para os relacionamentos amorosos e quem sabe, uma nova ideologia para os relacionamentos sociais.

Conseguimos perceber em muitos momentos, características da filosofia intercultural, pois quando reconhecem suas origens e visualizam o processo de mestiçagem na sua história familiar, estão realizando o que “... Fornet-Betancourt (2004) chama de diálogo de situações humanas, ou seja, uma reflexão profunda sobre o *locus* e as significações construídas por sujeitos concretos com memórias e desejos capazes de ressignificar os lugares de onde estão inseridos.” (in MENEZES, 2011, p. 324)

Quando os entrevistados mencionam seus antepassados e refletem como eles influenciaram suas crenças e escolhas, estão realizando o oposto do que diz a hierarquia das diferenças. Realizam um resgate da fala dos até então silenciados, dando novos significados aos mesmos e traçando um novo caminho para as futuras relações sociais e individuais, buscando sua mútua compreensão e valorizando uns aos outros, criando desta maneira a possibilidade de troca sem hierarquias, baseadas na igualdade.

Quando fazem esta reinterpretação histórica, destroem a cerca que separa os grupos e constroem uma via que possibilita a transição baseada na igualdade, do reconhecimento do outro como o diferente que se complementam e possibilitam o nascimento de um novo sujeito, valorizando o eu e o outro da mesma forma. A possibilidade de dialogar com todas as culturas e raças de forma igualitária poderá construir uma ideologia baseada nas multiculturas e nos múltiplos sujeitos, transformando a todos em cidadãos, indiferentes de sua aparência, da sua condição econômica, intelectual, social, geográfica, etc. mudando assim, a forma de pensar, agir e de ser no mundo real.

Uma semelhança presente nos casais um, dois e três é a forma de assimilação e adaptação realizada pela vivência em outros espaços sociais e geográficos diferentes do seu núcleo familiar e, principalmente, pela assimilação realizada no ambiente acadêmico, que apresentou aos indivíduos uma ideologia étnico/racial onde o outro é sempre o melhor, no nosso caso, a ideologia europeia de hierarquização racial e cultural. Quanto mais assimilado e adaptado a esta ideologia, menor o peso dos preconceitos, facilitando sua inserção nos vários grupos. O viver em outras cidades e conviver, desta forma, com outros grupos sociais ampliou a visão de mundo e dos preconceitos que envolvem a sociedade brasileira.

Outra semelhança que envolveu todos os entrevistados é que vivenciaram e/ou visualizaram as várias formas do preconceito enquanto conceito abstrato e, principalmente, como uma realidade concreta. O preconceito se mostrou plural e democrático, envolvendo de alguma forma e/ou em algum momento a todos, seja como agente opressor ou oprimido. As simbologias negativas em relação às etnias envolveram ucranianos, poloneses, indígenas, italianos e negros de forma marcante, criando estereótipos de como é ser ou não ser, criando fronteiras de pertencimento e de separação. Evitam o confronto e os conflitos raciais dentro do núcleo familiar e social, sendo que todos relataram que nunca haviam conversado sobre esse tema com o outro ou com os filhos.

As diferenças mais marcantes estão relacionadas ao peso da marca racial, que é mais forte no indígena, que ainda dentro das simbologias raciais brasileiras, deveria estar vivendo na floresta e sendo subjugado, tendo um papel de servidão em relação aos outros grupos, dificultando sua aceitação. Quanto maior a semelhança com a etnia indígena, maiores os obstáculos de aceitação. O processo de adaptação do nosso entrevistado foi à capacitação acadêmica e o posicionamento forte frente às situações de preconceito. Este processo também está presente nos indivíduos negros, que também escolheram a capacitação acadêmica como forma de adaptação. O processo de assimilação entre os indivíduos negros foi mais acentuado, o que, de certa forma, facilitou sua aceitação em outros grupos. Como objetivo primeiro da mestiçagem, é mais comum vermos em nossa região casais interraciais formados por negros e não negros. Diferente do indivíduo indígena, os negros não possuem um enfrentamento direto contra as situações de preconceito.

Nossos entrevistados que são da raça branca, passaram por um processo de

mestiçagem diferente, pois os outros grupos é que necessitavam adaptar-se e/ou serem assimilados à cultura europeia; porém, este processo não foi tão simples assim, eles também vivenciaram uma significativa transformação, pois não se identificam como ucranianos, poloneses ou italianos “puros”, uma vez que conseguem visualizar as diferenças ocorridas no percurso histórico de suas famílias. A perda de símbolos de identidade como a língua materna e a criação de outros valores como a língua portuguesa, acabaram transformando-os em seres mestiços.

O processo de mestiçagem envolveu todos os grupos, de forma tão significativa que criou o brasileiro, filho de várias culturas, etnias e raças, dentro de uma hierarquização dos diferentes que caminha para nação multicultural, onde os diálogos podem ser igualitários, valorizando todos os grupos envolvidos e possibilitando finalmente o fortalecimento de uma identidade que nos permita ser e estar no mundo como um ser que além de possuir um espaço geográfico e político, também tenha um espaço filosófico, cultural e racial no mundo contemporâneo.

Entendemos que o processo de mestiçagem é algo complexo de ser compreendido, principalmente quando se está incorporado no mesmo, como é o caso de todo brasileiro. Este processo envolve todas as relações, sejam elas individuais, de grupos, institucionais ou não. É um processo de negação e afirmação constante, como também, o surgimento do novo, de um ser diferente dos originais. Dentro desse processo se faz necessário entender os conceitos de raça e suas implicações nas simbologias e crenças dos indivíduos e grupos, no tocante a sua identidade e à identidade do outro.

Nosso processo de mestiçagem conseguiu misturar os conceitos greco-romanos, como a ideia que a mesma deveria ser realizada pelo Estado sem que as pessoas notassem, para não criar discórdia e conflitos, e conceitos árabes de cunho ideológico-religioso para justificar a hierarquização e a inferioridade de alguns grupos. Esses povos utilizavam a mestiçagem para ampliar seu domínio territorial e cultural, mas com características diferentes. O modelo brasileiro conseguiu, de forma sutil, unir as duas formas, pois idealizaram um sistema político e social, sem a participação popular, fundamentada na hierarquia e inferioridade racial, o que possibilitou a chegada dos imigrantes europeus, transformando, desta forma, o povo brasileiro num povo novo.

As ideias de Gobineu (1816-1882) influenciaram de forma decisiva na construção de nossa mestiçagem, pois ela foi construída para eliminar o contingente

negro de nossa nação que, segundo o autor, impossibilitava a inserção no mundo civilizado. Apesar de Gobineu classificar as nações mestiças da mesma forma, os idealizadores da nossa mestiçagem imaginavam que com o passar do tempo as características consideradas inferiores seriam eliminadas, o que podemos confirmar que foi um erro.

Apesar de muitos cientistas defenderem que o conceito de raça não é um conceito real, nossos entrevistados mostraram que o mesmo está vivo e interfere de forma ativa nas suas vidas. Por este motivo, acreditamos que o conceito de raça baseado no naturalismo racial é verdadeiro e está presente em todas as sociedades e grupos.

Outra criação da nossa mestiçagem foi o tipo de preconceito, chamado por Nogueira (2006) de preconceito racial de marca e que ainda está vivo, dinâmico e se transformando de forma tão sutil. É uma ferramenta de controle social tão forte que prejudica não apenas as relações sociais individuais, mas todas as relações e simbologias construídas para explicar e/ou definir quem são os brasileiros e quem é o Brasil. Permite o preconceito racial, étnico, cultural, intelectual, econômico, entre outros, como também permite a corrupção, a falta de envolvimento político, a divisão social, o descaso com o serviço público, cidadão, as leis, entre tantos outros descasos históricos. Ainda permite a construção simbólica da inferioridade perante o outro, estrangeiro, e ao mesmo tempo, a construção simbólica da grandiosidade, do senso de megalomaníaco, tão comum ao brasileiro.

O nosso processo de mestiçagem e o preconceito de marca nos transformaram em um povo de contrastes, características essas que, são baseadas nos conceitos simbólicos vinculados ao preconceito de marca, que impossibilita o confronto social; mistura questões raciais, sociais, educacionais, intelectuais, econômicas, etc. em um mesmo nível, o qual dá a possibilidade de a pessoa ser uma ou várias ao mesmo tempo, conforme a situação em que ela se encontra. Cria a invisibilidade da população e dá visibilidade ao indivíduo, que constroem elos macrossociais frágeis e, ao mesmo tempo, constroem elos microssociais extremamente fortes, como: morrer pela escola de samba ou pelo time de futebol, mas não lutar pelos direitos sociais ou políticos da nação.

A falta concreta de uma identidade nacional faz com que os indivíduos não se percebam como um todo, cada indivíduo é ou não, conforme as situações as quais está inserido. Não existe, desta maneira, um senso de coletividade que permita a luta pela transformação social, impossibilita o surgimento de líderes que possam influenciar a

quebra do *status quo*, deixando tanto indivíduos como nação à mercê da sorte ou na mão de uma elite europeizada e que visualiza o estrangeiro como objetivo final de nação, valorizando em extremo o outro e desvalorizando o eu.

O atual Estado brasileiro segue a lógica histórica do processo de assimilação, pois todas as vezes que se construía uma ideologia capaz de formar uma identidade forte e concreta para o povo brasileiro, essa ideologia sofria mudanças importantes, chegando muitas vezes a se transformar totalmente, que é o caso contemporâneo. No momento em que a mestiçagem estava sendo incorporada no inconsciente coletivo como símbolo de pertencimento identitário, as políticas públicas buscam a valorização dos diferentes, construindo múltiplas identidades dentro de uma mesma nação, determinando direitos e simbologias para a criação de etnias, processo esse que desconstrói a mestiçagem como elo e cria elos (não reais) de etnias.

Agora se luta em nome de determinado grupo que, para ter seus direitos confirmados, faz-se, necessário negar os mesmos a outros grupos. Cria-se, desta maneira, o eterno confronto entre os diferentes e impossibilita a união social.

Apesar de todas essas dificuldades podemos constatar que a mestiçagem alcançou muitos dos seus objetivos, pois a população se transformou de forma visível. Já fomos o país de maioria indígena, depois de maioria mestiça, depois de maioria negra, depois de maioria branca que era um de seus objetivos e, atualmente caminhando novamente para maioria mestiça, com características diferentes dos outros momentos.

Culturalmente, o processo de mestiçagem alcançou seu objetivo, pois conforme nossos entrevistados, não se tem como diferenciar as etnias de forma eficiente e precisa. Racialmente, podemos dizer que alguns dos objetivos não foram alcançados, o objetivo de assimilação foi completo. Os comportamentos são tão parecidos que dificilmente poderemos dizer que alguém é de uma raça ou de outra pela forma de agir. Mas no quesito cor da pele, que era o principal objetivo, não se concretizou, pois ao invés da nação estar cada vez mais clara, está cada vez mais morena ou negra, fato este percebido em nosso município, que foi colonizado por imigrantes europeus e que, atualmente, passa por um processo lento e contínuo de negritude de sua população, devido a vinda de profissionais de outras regiões, mas também, devido aos relacionamentos amorosos interracialis.

O surgimento desse novo contingente está transformando as relações sociais na sociedade iratiense, já é possível encontrar pessoas negras ocupando cargos importantes

dentro da esfera social, principalmente, no campo da educação formal.

Pelas características de nossos entrevistados, podemos afirmar que a mestiçagem conseguiu envolver todas as raças e etnias que se encontram no território nacional, seguindo a mesma lógica da assimilação e adaptação cultural e racial, transformando o povo brasileiro, criando uma possibilidade real para a superação do etnocentrismo, do racismo, da hierarquização das diferenças e da valorização do diálogo para a construção do novo, sem ter que negar uma parte do que se é. Podemos construir uma sociedade baseada nas ideologias da filosofia intercultural, que é múltipla e valoriza todas as vozes. Acreditamos na mestiçagem como elo ideológico de pertencimento, dentro de uma perspectiva intercultural e como resposta para enfrentamento dos conflitos encontrados em nossa sociedade, conflitos nascidos pela falta de identidade e pela valorização do outro em detrimento do nosso. Os nossos entrevistados refutaram nossa hipótese, pelo fato de terem consciência do processo de mestiçagem ao qual foram submetidos; seja de forma racial, cultural ou étnico, não negam suas origens de forma consciente. Muitas vezes sentem-se forçados pelo Estado a escolherem uma etnia ou raça para não perderem direitos. Acreditam que a valorização das nossas múltiplas identidades permitirá que deixemos de ser o país do futuro, para sermos o país do hoje e legitimarmos nosso lugar dentro do contexto contemporâneo das nações, cada vez menos hegemônicas e puras.

IV - REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABIB, P. R. J. **A mestiçagem como um processo de re-significação de identidades.** 12 de maio de 2009. Disponível em:

[http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/mesticagem como um processo de res ignificacao de identidades.pdf](http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/mesticagem%20como%20um%20processo%20de%20resignificacao%20de%20identidades.pdf) - Acesso em 25/06/2013 às 01h. 32m.

AGUIAR, M. M. **A especificidade da ação afirmativa no Brasil: o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba - MG /**. Editora da Universidade Federal da Grande Dourados; Dourados, MS: UFGD, 2009. 146 p.

ALMEIDA Júnior, A. de J. **Administração e racismo: ampliando as formas de análise do desenvolvimento sustentável.** 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ARAÚJO, M. C. **A identidade e a questão racial no Jardim Alvorada em Maringá/PR.** GT1 – Cultura, Identidades e Diferenças. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: http://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/arac3bajo_marivc3a2nia-conceic3a7c3a3o.pdf - Acessado em 09/08/2014. – Acessado em 02/08/2014

ASTRAIN, R. S. **Ética intercultural e pensamento Latino-Americano.** Problemas e perspectivas de uma ética intercultural no marco da globalização cultural. ASAFI – Associação Sul Americana de Filosofia e Teologia Interculturais - Chile. Revista eletrônica, 1º Abril, 2014. Disponível em: <http://asafti.org/wp-content/uploads/2014/04/ÉTICA-INTERCULTURAL-E-PENSAMENTO-LATINO-AMERICANO.-Problemas-e-perspectivas-de-uma-ética-intercultural-no-marco-da-globalização-cultural.pdf> - Acessado em 10/07/2014.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Disponível em: www.institutoveritas.net/livros-digitalizados.php?baixar=114 – Acessado em 05/06/2013.

BHABHA, H. (1990) **Dissemination: time, narrative and the margins of the modern nation.** In: _____ (org.). *Nation and narration*. London/New York, Routledge, p. 291-322.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 DE Julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12288.htm. Acessado em Jan. 2015.

_____. **IBGE.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@; Seção - Histórico do Município. Monografia nº 154, ano 1957. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411070&search=||infográficos:-histórico> - Acessado em 07 de Março de 2015.

_____. **Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos.** Brasília, 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Educação, 1989. 292 p.

CANCLINI, G. N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* São Paulo: Edusp, 1997.

CARVALHO, J. M. **“Genocídio Racial Estatístico”**, in O Globo. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1493&sid=396&tp>. Acessado em Dez./2014.

COSTA, S. **A mestiçagem e seus contrários** - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(1): 143-158, maio de 2001.

COUTO, C. P. **Políticas de Ações Afirmativas de corte racial no Brasil:** um panorama histórico. *Revista eletrônica monografias Brasil Escola.* Disponível em: <http://monografias.brasilecola.com/historia/politicas-acoes-afirmativas-corte-racial-no-brasil-um-panorama-historico.htm>. Acessado em nov./2014.

CUNHA, S. H. P. **Um retrato fiel da Bahia: Sociedade - Racismo- Economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902.** 2004. 279 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

CURSO de Formação para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras. **Módulo 4 – Educação e Relações Étnico-raciais.** CEAQ/UFBA: Salvador, BA, 2012.

DONALD, J. e RATTANSI, A. (org.) *“Race”, Culture and Difference*, Londres: Sage, 1992.

FERNANDEZ, D. G.; MÁRQUEZ-FERNANDEZ, A. B. **Raúl Fonet-Betancourt:** diálogo y filosofía intercultural. *Frónesis* [online]. vol.11, n.3, pp. 9-39. 2004

FONET-BETANCOURT, R. **Hacia una filosofía intercultural latinoamericana.** Costa Rica: DEI. 1994.

_____. **Interculturalidade, críticas, diálogos e perspectivas.** São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

FOUCAULT, M. *"The subject and power"*. In Dreyfus, J. e Rabinow, P. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics.* Brighton: Harvester, 1986.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. 2ª edição, São Paulo, Livraria José Olympio Editora. 1951.

FRY, P. **Ciência social e política “racial” no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 180-187, dezembro/fevereiro 2005-2006.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais**. In Revista de Administração de Empresas, v. 35, nº 3, Mai./Jun. 1995, p. 20 – 29.

GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2010.

GILROY, P. “The end of anti-racism”. In Donald, J. e Rattansi, A. (org.) “Race”, Culture and Difference, Londres: Sage, 1992.

GUEDES, V. M. **A contribuição de Stuart Hall e de Néstor Garcia Canclini para os estudos da identidade cultural contemporânea**. Revista Temática: Ano IX, nº 02, fev., 2013. Disponível em: <http://www.insite.pro.br> – Acessado em 10/10/2015

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Ed. 34. Universidade de São Paulo, SP. 1999. Disponível em:

http://books.google.com.br/books?id=jA4hnXoxMNIC&pg=PA3&hl=ptBR&source=gb_s_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false – Acesso em 13/03/2014.

_____. **A Desigualdade que anula a desigualdade**: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.233-242.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu Silva. Guaraci Lopes Louro - 11 ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARVEY, D. *The Condition of Post-Modernity*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. **“Raça e Mobilidade Social”**, in C. Hasenbalg & N. D. V. Silva. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1988 (1985), pp. 164-182.

HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial no Brasil**: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

HOONAERT, E. (1993). **A questão do corpo nos documentos da primeira evangelização.** Em Maria Luiza Marcílio (Org.), *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil* (pp. 11 -27). São Paulo, Edições Loyola.

HOFBAUER, A. **O Conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX** - Bases ideológicas do racismo brasileiro. Revista Teoria & Pesquisa, nº 42 e 43 Janeiro-Julho, Universidade Federal de São Carlo, SP., 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Síntese dos Indicadores de 2009. Rio de Janeiro; 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf. - Acessado em 14 de dez. de 2014.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais.** Rio de Janeiro; 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_dtb_int.shtm. – Acessado em 15 de janeiro de 2015.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Irati,** Dezembro de 2012. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/irati2012.pdf - Acessado em 17 de maio de 2015.

_____, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Irati.** Agosto de 2015. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/irati2012.pdf - Acessado em 7 de agosto de 2015.

JACCOUD, L. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil.** In: THEODORO, Mário (org.), JACCOUD, Luciana, OSÓRIO, Rafael, SOARES, Sergei. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

KIEWIET, R. **Imigrantes – Immigranten.** História da Imigração holandesa na região dos Campos Gerais, 1911-2011. A Colônia de Gonçalves Júnior - Irati - PR: A imigração holandesa de 1908 - 1909 no Brasil. Carambeí: Estúdio Texto / APHC Editorial / NMC - Núcleo de Mídia e Conhecimento, 2011. Disponível em: <http://www.aphc.com.br/almanaques/golcalves-junior.pdf> - Acessado em 15 de fevereiro de 2015.

LACLAU, E. *New Reflections on the Resolution of our Time.* Londres: Verso, 1990.

LIMA, M. **Reseña de “Razão, “Cor” e Desejo: Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul”** de Laura Moutinho. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fevereiro, Vol. 21, nº 60, pp. 175-176. Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, Brasil, 2006.

MARTINS, S. S. **Ação afirmativa e desigualdade racial no Brasil.** Estudos

Feministas. IFCS/UFRJ-PPCIS/Uerj, v. 4, n.1, p.202-208, 1996.

MENEZES, M. M. **Nos interstícios da cultura: as contribuições da filosofia intercultural.** Revista Educação, vol. 34, nº 3, p. 324-329, set/dez. (2011). Porto Alegre. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/7410/6782> - Acessado em 09/06/2013.

MERCER, K. Welcome to the jungle”. In Rutherford, J. (org). Identity, Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

MINAYO; M. C. S. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**, 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOEHLECKE, S. **Ação Afirmativa: História e debates no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, nº 117, p. 197-217, nov./2002.

MOORE, C. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORAES, A. P. Q. Multiculturalismo e identidade: O papel dos meios de comunicação e da escola. Artigo Nacional: Comunicação & Educação, São Paulo, (21): 37 a 42, mai/ago. 2001.

MORENO, R. **Somos diferentes – Somos iguais: construção e desconstrução do conceito raça.** Revista Dialética, v. 1, n. 1, p. 19-26, Fevereiro 2011. Disponível em: <http://www.revistadialetica.com.br/ojs/index.php/web/article/viewFile/4/2> - Acessado em 14/05/2013.

MOURA, C. F. “**Não colocar todos os ovos no mesmo cesto...**” da biodiversidade a nível biológico ao conceito de mestiçagem em Michel Serres. s/ ano. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6228.pdf> - Acesso 17/06/2013 às 23h. 05 m.

MUNANGA, K. **O Anti-racismo no Brasil.** In: MUNANGA, K. (org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, p.79-111, 1996.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: BRANDÃO, A. A. (org). Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira. Ed. Universidade Federal Fluminense (EdUFF), Niterói, RJ. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%205%20%20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf> – Acesso em 10/08/2013.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

M'BOKOLO, E. **África Negra: história e civilizações.** São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

NAJUÁ, R. **Distrito de Gonçalves Jr. completa 102 anos.** Rádio Najuá on line, secção

Notícias/Irati e Região. Texto publicado em 24 de abril de 2013. Disponível em: <http://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/distrito-de-goncalves-junior-completa-102-anos/18386/> - Acessado em 29 de maio de 2015.

NETO, R. C. **Mesclas americanas: uma leitura historiográfica do fenômeno e do conceito de mestiçagem na América ibérica.** Revista Eletrônica e-hum. Vol. 06, nº 1. Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG, 2013. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/download/886/595> – Acessado em 15/04/2014.

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem:** Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, nº 1, pp. 287-308, v. 19 – Novembro, SP, 2006.

PALLÚ, N. M. A produção social da identidade e a pedagogia da diferença. Educere Et Educare: UNIOESTE, Cascavel, Vol. 8, nº 16, p. 505-510, jul./dez. 2013.

PINA, M. C. D. **A escravidão no Livro Didático de História do Brasil: três autores exemplares (1890-1930).** 2009. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas.

PONTES, J. I. **O problema em torno do conceito de “raça”: será que a “raça” é uma ilusão?** Ed. Kairos. Revista de Filosofia & Ciência 9: 73-107. /centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/356115/O_problema_em_torno_do_conceito_de_raca_sera_que_a_raca_e_uma_ilusao - Acesso em 15/05/2014.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUY, J. C. **A mestiçagem é sinônimo de democracia racial?** Revista Espaço Acadêmico. Nº 46, março, Ano IV. Maringá, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/046/46cruy.htm> - Acessado em 11/05/2013.

ROSA, G. C. A discussão do conceito de identidade nos estudos culturais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/a2/GT3-26-Identidade_conceito_celacom.pdf – Acessado em 10/08/2015.

SILVA, C. A. F.; MOTTA, J. F. **Relendo o significado de raça.** Revista Augustus. Vol. 14, nº 27. Fevereiro de 2009. Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, R.J.

SILVA FILHO, A. L. da. Ações afirmativas no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 862, 12nov. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7497>>. Acessado em: 16 dez. 2014.

SILVA, M. H.; SILVA, K. V. **Dicionário de Conceitos Históricos.** Ed. Contexto: São

Paulo, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/86520646/SILVA-Kalina-Vanderlei-Dicionario-de-Conceitos-Historicos> - Acesso em 15/02/2014.

SHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TADEI, E. M. **A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional**. Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Vol. 22, nº 04, dez. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&nrm=iso – Acessado em 10/04/2013.

VASCONCELOS, P. A. **O debate sobre a questão racial no Brasil urbano: passado e presente**. Biblio 3W: REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES – Vol. 12. Barcelona. Junho, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-729.htm>. Acessado em nov./2014

VÉRAN, J. **‘Nação Mestiça’: As políticas étnico-raciais vistas da periferia de Manaus**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 3 - no 9 - JUL/AGO/SET 2010 - pp. 21-60

ZARUR, G. C. L. **Raízes Étnicas do Brasil: modelos de integração**. Conferência apresentada à 38ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil. Editora CNBB: Porto Seguro, BA. Disponível em: <http://www.georgezarur.com.br/artigos/75/raizes-etnicas-do-brasil-modelos-de-integracao> - Acessado em 15/06/2014.

V – ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1ª Parte: Identificação do participante

Nesta parte o participante se identifica, fala sobre como se constitui sua família e um pouco de sua história de vida.

- Qual sua Idade?
- Onde Nasceu?
- Onde estudou?
- Qual a Profissão?
- Possui Irmãos?
- Qual cidade viveu?
- Qual a formação Acadêmica?
- Em qual classe econômica se identifica?

2ª Parte: Identificação da história do casal.

O participante falará sobre como conheceu o(a) parceiro(a), como começaram a namorar, como resolveram se casar, como as famílias e amigos aceitaram o relacionamento, como os familiares e amigos aceitaram os(as) filhos(as).

- Como conheceu o(a) parceiro(a)?
- Como começaram a namorar?
- Como foi à aceitação dos amigos ao relacionamento?
- Como foi a aceitação da família dela(e) ao relacionamento?
- Como foi à aceitação da sua família ao relacionamento?
- Como foi à aceitação da sua família ao nascimento do(s) filho(s)?
- Como foi à aceitação da família dele(a) ao nascimento dos(s) filho(s)

3ª Parte: Identificação racial/étnica

Nesta segunda parte o participante falará sobre sua descendência racial/étnica e de sua família.

- Qual a nacionalidade de seus Avôs?
- Qual a nacionalidade de seus e Pais?
- Como identifica seus Avôs racialmente/eticamente?
- Como identifica seus Pais racialmente/eticamente?

- Como identifica seus irmãos(as) racialmente/eticamente?
- Qual sua nacionalidade?
- Como se identifica racialmente/eticamente?
- Como identifica seu parceiro(a) racialmente/eticamente?
- Como seu parceiro(a) identifica você racialmente/eticamente?
- Como sua família identifica seu parceiro(a) racialmente/eticamente?
- Como a família dela(e) identifica você racialmente/eticamente?
- Como identifica seus filhos(as) racialmente/eticamente?
- Como a família dela(e) identifica seus filhos(as) racialmente/eticamente?
- Como a sua família identifica seus filho(as) racialmente/eticamente?
- Como seus amigos(as) identificam você racialmente/eticamente?
- Como seus amigos(as) identificam seu parceiro(a) racialmente/eticamente?
- Como seus amigos(as) identificam seus filhos(as) racialmente/eticamente?

4ª Parte: Identificação do conceito mestiçagem.

O participante falará sobre o que entende sobre mestiçagem.

- O que você sabe sobre o conceito de mestiçagem?
- Você acredita que existe diferença entre casais mestiço e casais não mestiços?
- Você se considera mestiço?
- Por quê?
- Ser mestiço traz dificuldades ou benefícios? Fale sobre alguns deles?

Este é apenas um roteiro para facilitar a entrevista, as perguntas irão acontecendo conforme for sendo realizado o discurso do entrevistado.

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – COMEP****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **RELAÇÕES INTERRACIAIS E MISTIÇAGEM – NO MUNICÍPIO DE IRATI, Pr.**, sob a responsabilidade de **ELITON EDUARDO CANDIDO**, que irá:

- Investigar os processos de mestiçagem oriundos de casamentos interraciais, pondo em relevo as contingências culturais, antropológicas e psicológicas que circunscrevem suas identidades sociais.
- Conceituar mestiçagem com base em autores e obras consagradas;
- Identificar o grau de consciência que algumas pessoas apresentam a respeito de suas próprias condições de mestiço;
- Problematizar as consequências da condição de mestiço, frente à realidade social e cultural vigente;
- Analisar os meios de adaptações que mestiços e parentes de mestiços empregam para superar as dificuldades oriundas desta condição.

INTRODUÇÃO e JUSTIFICATIVA

O Brasil é conhecido internacionalmente, desde meados do século XIX, como o país da mistura de raças, deste então, autores dos mais variados ramos das ciências e dos mais variados locais do mundo realizam estudos contra e a favor desta mestiçagem. Nesta pesquisa vamos estudar a mestiçagem, acreditando que escrever sobre esse tema é escrever sobre como é ser brasileiro e sobre a identidade nacional, pois segundo Lima (2006, p. 175), “nossa mestiçagem está longe de ser simples. Pelo contrário, tem sido motivo de muitos debates acerca de seu significado e suas consequências sociais e políticas para o entendimento da sociedade brasileira.” A mestiçagem como fator identitário do povo brasileiro, ganha dimensões culturais, antropológicas, psicológicas e sociais, pois, envolvem todos os aspectos da vida cotidiana do brasileiro, suas crenças, seus saberes, sua forma de relacionar-se com o mundo concreto e abstrato e com a forma de ser diferente dos outros povos. Entendemos que a mestiçagem não é natural, ela foi e ainda é um projeto político com bases racistas, em que o dispositivo de poder da mestiçagem no Brasil sempre teve como ponto de partida a superioridade da etnia e da cultura branca, europeia, sobre as outras etnias e culturas, africanas e indígenas. Desta forma a mestiçagem deve ser vista como um fato histórico a que não cabe condenar ou elogiar, pois é o resultado das condições concretas do convívio humano ao longo do tempo que nos levou à situação atual, com suas contradições, conflitos e potencialidades. Os principais estudos sobre a mestiçagem e sobre a identidade nacional se ocuparam de discutir as relações entre negros, brancos e indígenas e seus pontos

positivos ou negativos tomando como base a existência de uma hierarquia entre as raças/etnias e nosso desafio aqui é discutir a mestiçagem tendo como base teórica a filosofia intercultural e mostrar que a mestiçagem pode e deve ser realizada considerando a igualdade de importância entre as raça/etnias envolvidas neste processo e que isto pode trazer um novo significado no que é ser brasileiro. Essas novas possibilidades podem explicar uma face do povo brasileiro até agora pouco estudada, a face do momento atual, onde as relações inter-raciais no se baseiam mais no padrão original de negros, índios e brancos, onde os casais eram formados por homens brancos e mulheres negras e indígenas. Atualmente temos relações interracialis envolvendo as mais variadas raças/etnias, com homens e mulheres se envolvendo de forma independente, por este motivo no nosso estudo vamos envolver casais formados por negro(a)/branco(a), japonês(a)/branco(a), índio(a)/branco(a), ucraniano(a)/polonês(a), para tentar explicar e/ou entender como se dá a mestiçagem e como é formado o povo brasileiro contemporâneo.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Ao participar desta pesquisa você será entrevistado pelo pesquisador responsável sobre temas que envolvem o foco da pesquisa. Será realizada uma entrevista com cada membro do casal em separado (dias e horários diferentes), será combinado a data, local e horário com o entrevistado. A entrevista será gravada (apenas áudio), para que posteriormente o pesquisador possa realizar a descrição da mesma e após será realizado o estudo e a análise dos dados encontrados levando em consideração as duas entrevistas que envolva o mesmo casal.

A entrevista seguirá um roteiro semiestruturado para que a conversa não fuja do assunto principal, mas o caminho da mesma será determinado pelo entrevistado.

Será possível se assim for o desejo do casal entrevistado realizar a entrevista no mesmo momento ou ainda em último caso disponibilizar um questionário no lugar da entrevista. É previsto uma entrevista com cada participante, mas se caso se faça necessário poderá acontecer mais de uma entrevista com o mesmo participante, para que possa modificar, excluir e/ou complementar os dados fornecidos no primeiro contato.

Será permitido que o entrevistado seja acompanhado por uma pessoa de sua confiança, caso o mesmo sinta necessidade.

Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista sem nenhum prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS:

O procedimento utilizado será uma entrevista gravada e a mesma poderá trazer alguns riscos e desconfortos como:

- Reconhecer os preconceitos existentes nas relações mais íntima;
- Refletir sobre as ações negativas oriundas dos preconceitos de raça/etnia oriundos da própria família;
- Criar conflitos na aceitação dos preconceitos oriundos da própria ação em relação a sua família, a família do cônjuge ou em relação as suas ações cotidianas;

- Se sentir desconfortável em relação ao tema da entrevista;
- Descobrir que existe uma hierarquização racial/étnica na relação familiar;
- Refletir sobre sua identidade e sobre como os outros a identificam.

O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo que será reduzido pela entrevista ser realizada em separado, pelo esclarecimento detalhado sobre os objetivos da pesquisa, de como o discurso do entrevistado é importante para se alcançar os objetivos propostos, explicar que o entrevistado é influenciado pelo processo histórico do nosso país e principalmente que a entrevista vem valorizar a história de vida do entrevistado que é um personagem central na construção histórica do nosso povo e de sua família.

3. BENEFÍCIOS:

Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de que o participante:

- Reconheça os critérios de pertença de raça/etnia que utiliza;
- Reconheça as formas de enfrentamento e superação dos preconceitos cotidianos em relação à raça/etnia que sofre sua família;
- Reflita sobre os critérios para escolha do parceiro ou da parceira para as relações amorosas;
- Reflita sobre a formação identitária da família formada pela união inter-racial da qual faz parte;
- Reflita sobre o que é ser mestiço e/ou ser brasileiro;
- Valorize a sua história de vida;
- Reflita sobre sua identidade;

4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA: Se você precisar de alguma orientação (TRATAMENTO, ORIENTAÇÃO, ENCAMINHAMENTO ETC.) por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, ou se o pesquisador descobrir que você tem alguma coisa que precise de tratamento, você será encaminhado(a) para o atendimento psicológico oferecido pelo Departamento de Psicologia da UNIVERSIDADE ESTAUAL DO CENTRO OESTE – UNICENTRO – da unidade de IRATI, PR

5. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas pela entrevista serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados pessoais, ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum do trabalho, nem quando os resultados forem apresentados. No lugar do nome será utilizado Mulher Casal 1 (MC1), Homem Casal 1 (HC1), Mulher Casal 2 (MC2), Homem Casal 2 (HC2), Mulher Casal 3 (MC3), Homem Casal 3 (HC3), Mulher Casal 4 (MC4), Homem Casal 4 (HC4), Mulher Casal 5 (MC5), Homem Casal 5 (HC5), para sigilo e proteção dos participantes.

6. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador

responsável que manterá os dados da pesquisa em arquivo, físico e digital guardados sobre sua responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa e os mesmos ficam a disposição dos envolvidos na pesquisa a qualquer momento.

Nome do pesquisador responsável: ELITON EDUARDO CANDIDO
 Endereço: Rua Caetano Zarpelon, 778 – Rio Bonito – Irati, Pr.
 Telefone para contato: (042)34225582
 Horário de atendimento: período noturno

Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP
 Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG
 Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli
 CEP: 85040-080 – Guarapuava – PR.
 Bloco de Departamentos da Área da Saúde
 Telefone: (42) 3629-8177

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

O **sujeito de pesquisa** ou seu representante legal, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.

O **pesquisador responsável** deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e

procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Guarapuava, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Ou Representante legal

Assinatura do Pesquisador